

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CCNE – CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**RECONFIGURAÇÕES ESPACIAIS NO OESTE
CATARINENSE: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO
RURAL E DO URBANO
(1917-2013)**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Cristiomar Golo

**Santa Maria, RS, Brasil
2013**

**RECONFIGURAÇÕES ESPACIAIS NO OESTE
CATARINENSE:**

**CONSIDERAÇÕES ACERCA DO RURAL E DO URBANO
(1917-2013)**

Por

Cristiomar Golo

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Área de Concentração Produção do Espaço e Dinâmica Regional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para a obtenção do grau de **Mestre em Geografia.**

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Gilda Maria Cabral Benaduce

**Santa Maria, RS, Brasil
2013**

**Santa Maria, RS, Brasil
2013**

**Universidade Federal de Santa Maria
CCNE – Centro de Ciências Naturais e Exatas
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**RECONFIGURAÇÕES ESPACIAIS NO OESTE CATARINENSE:
CONSIDERAÇÕES ACERCA DO RURAL E DO URBANO
(1917-2013)**

“elaborada por”
Cristiomar Golo

Como requisito para obtenção do grau de
Mestre em Geografia

Comissão Examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Gilda Maria Cabral Benaduce (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Prof. Dr. Cesar De David (UFSM)
(Comissão Examinadora)

Prof. Dr. Marcos Clair Bovo (UNESPAR)
(Comissão Examinadora)

Dedico este trabalho à minha família. Minha esposa Andrieli Duz e minha querida e amável filha, Letícia Cristina Golo. É a ti filha todo meu esforço.

Cristiomar Golo

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar aos meus pais, Valdecir Golo e Sueli Maria Golo, pela incondicional ajuda tanto financeira, quanto moral. Agradeço também, a meu irmão Francimar Ilha da Silva Petrolí pelas nossas discussões sobre a historicidade do Oeste Catarinense. Muito obrigado por sua ajuda.

Gostaria também, de deixar minha gratidão a alguns professores que ajudaram a chegada até aqui.

Primeiramente a ti, professor Rodrigo dos Santos Faria. Talvez nem você saiba a importância que aquela aula, no curso de especialização em História e Geografia no ano de 2009 em Chapecó, despertou-me o interesse de perceber a amplitude das questões urbanas.

Posteriormente gostaria de deixar meus agradecimentos à Professora da Universidade Federal de Santa Maria Vera Maria Favila Miorin. Por sua transparência, seu incondicional caráter. Estendo estes elogios a professora Gilda Maria Cabral Benaduce, a qual prosseguiu a orientação. Pela confiança, pela paciência e principalmente pela propriedade que tem me dado para que escreva algo em que acredite. Tenho a felicidade de estar dentre professores de caráter inabalável.

Agradeço aos meus colegas de trabalho do CCE – Consciência Comunitária Escolar. Agradeço a ti Marení Rosa da Silva, amiga irreconhecível, presente, compreensiva e fraterna. Sempre disposta a estender a mão. À Salete Fanin pelas adoráveis conversas. Historiadora vivente, entusiasta das transformações regionais. Ininterruptamente pronta a ajudar, não importando o que precisaria ser feito. Tua hombridade é louvável.

A ti dona Marilene Caon, está o abraço de quem não somente passou, mas permaneceu levando seu exemplo de alegria, entusiasmo e iniciativa. Pode ter certeza de que fazer o bem é a melhor forma de se provar quão grande somos. E você Mari, é uma gigante.

Aos meus colegas do Mestrado, Alberto Yates Moroni e Kelly Perlin saudáveis conversas enquanto ficávamos ao meio dia na universidade.

Lembranças a minha querida vó Leonilda Bressan. Muitas pessoas deveriam ter sua juventude intelectual. Sempre atenta às transformações da sociedade. Conselhos que ninguém poderá esquecer. Enfim vó, se pensarmos pelo fato que todos os seus netos, não veem a hora de chegar final de semana para ir a sua casa tomar chimarrão e escutar os seus conselhos, mostra a importância que você tem em nossas vidas. Que Deus ilumine seus passos, pois o

seu sorriso estará sempre presente. Logo chegará seu centenário, e aqui fica mais uma homenagem.

Enfim, a todos aqueles que de uma forma ou de outra me ajudaram a dar este admirável passo em minha vida, o meu muito obrigado.

Percebo que há muito por ser dito. Há muito ainda a ser escrito, mas um importante parágrafo acaba de ser editado.

MUITO OBRIGADO.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências
Universidade Federal de Santa Maria

RECONFIGURAÇÕES ESPACIAIS NO OESTE CATARINENSE: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO RURAL E DO URBANO (1917-2013)

AUTOR: CRISTIOMAR GOLO
ORIENTADORA: GILDA MARIA CABRAL BENADUCE
Santa Maria, 02 de outubro de 2013.

Pensar a respeito das reconfigurações espaciais na região Oeste de Santa Catarina, a partir da contemplação do rural e do urbano, partindo do estudo das condições econômicas e políticas. Contextualizar assim, as ações políticas responsáveis pelas transformações espaciais com base no seu núcleo estrutural em termos de região, a cidade de Chapecó, considerada como a “Capital do Oeste”. Perceber a emergência do rural e do urbano enquanto objeto de estudo e de questionamento, tendo em vista a dinâmica de funcionamento em época de economia global. Criada politicamente ao final da década de 1910, a região Oeste de Santa Catarina (a qual tinha por nome sua maior cidade - Chapecó) foi à última região do estado a se fazer presente politicamente e a ter, portanto, os limites consolidados. Nas próximas décadas, com os desmembramentos que adviriam na região, a cidade de Chapecó continuaria exercendo influência vital. No entanto, como processo transformador, a própria cidade criará bases economicamente sólidas, tendo influência direta nas questões culturais, econômicas e políticas de toda a região Oeste de Santa Catarina. Essa influência se dará primeiramente em decorrência de se constituir como uma das poucas cidades brasileiras da época que tiveram inicialmente um planejamento e que, portanto, não cresciam ao acaso, desordenadas. Nesse sentido, é possível observar que a consolidação da cidade física/material e seu entrelace econômico/político perpassam as relações concisas da própria cidade e estão interconectados ao meio rural. No crescimento dessa cidade consolidada, a relação urbana se tornará a solda entre as modificações espaciais. O urbano também é colocado, portanto, como processo transformador e é considerado variável na relação que exerce sobre a cidade, que igualmente se mostra variável em relação ao processo urbano. O rural é modificado, melhorado e transformado, não como modo secundário, mas como forma contida nas próprias especificidades. Não é o meio rural dependente da cidade, assim como não é a cidade crescente, exclusivamente aos lapsos do meio rural, visto que cada um exercerá sua própria modificação e tais alterações trarão na essência a transfiguração modificadora da população chapecoense. Nesse sentido, a cidade não é o resultado das inovações, da modernidade ou do crescimento pelo qual Chapecó está passando em quase um século de existência, ela é um dos resultados. Deve-se considerar, ainda, que ela é mutável, tanto no aspecto físico/técnico quanto na cotidianidade. O rural também é mutável e, para entender a cidade, seu planejamento e ordenamento – produção espacial -, o diálogo com o rural se torna essencial.

Palavras chave: cidade, rural, produção do espaço.

RESUMEN

Disertación
Programa de Posgrado en Geografía y Ciencias de la Tierra
Universidade Federal de Santa Maria

RECONFIGURACIONES ESPACIALES EN EL OESTE CATARINENSE: CONSIDERACIONES ACERCA DEL RURAL Y DEL URBANO (1917-2013)

AUTOR: CRISTIOMAR GOLO
ORIENTADORA: GILDA MARIA CABRAL BENADUCE
Santa Maria, 02 de octubre de 2013.

Pensar en las reconfiguraciones espaciales en la región Oeste de Santa Catarina, a partir de la contemplación de lo rural y de lo urbano, a partir del estudio de las condiciones económicas y políticas. Contextualizar así, las acciones políticas responsables por las transformaciones espaciales en función de su núcleo estructural en términos de región, la ciudad de Chapecó, considerada como la "Capital Del Oeste." Percibir la emergencia del rural y del urbano en cuanto objeto de estudio y de interrogatorio, teniendo en vista la dinámica del funcionamiento en época de economía global. Criada políticamente en finales de la década de 1910, la región Oeste de Santa Catarina (la cual tenía por nombre su mayor ciudad - Chapecó) fue la última región del estado a se hacer presente políticamente y a tener, por lo tanto, los límites consolidados. En las próximas décadas, con los desmembramientos que vendrían en la región, la ciudad de Chapecó seguiría ejerciendo influencia vital. Sin embargo, como proceso transformador, la propia ciudad criará bases económicamente sólidas, teniendo influencia directa en las cuestiones culturales económicas y políticas de toda la región Oeste de Santa Catarina. Esa influencia se produce primeramente debido a ese constituir como una de las pocas ciudades brasileñas de la época que tuvieron primeramente un planeamiento y que, por lo tanto, no desarrollaban al acaso, desordenadas. En ese sentido, es posible observar que la consolidación de la ciudad física/material y su entrelace económico/político imbuya en las relaciones concisas de la propia ciudad y están interconectados al medio rural. En el desarrollo de esa ciudad consolidada, la relación urbana se tornará la soldadura entre las modificaciones espaciales. El urbano también es puesto, por lo tanto, como proceso transformador y es considerado variable en la relación que ejerce sobre a ciudad, que igualmente se muestra variable en relación al proceso urbano. El rural es modificado, mejorado es transformado, no como modo secundario, mas como forma contenida en las propias especificidades. No es el medio rural dependiente de la ciudad, así como no es la ciudad creciente, exclusivamente a los lapsos del medio rural, visto que cada uno ejercerá su propia modificación y estos cambios traerán en la esencia la transfiguración modificadora de la población chapecoense. En ese sentido, la ciudad no es el resultado de las innovaciones, de la modernidad o del crecimiento por lo cual Chapecó está pasando en casi un siglo de la existencia, ella es uno de los resultados. Se debe considerar, todavía, que ella es mutable, tanto en el aspecto físico/técnico cuanto en cotidianidad. El rural también es mutable y, para entender la ciudad, su planeamiento y planificación –producción espacial-, el diálogo con el rural se torna esencial.

Palabras llave: ciudad, rural, producción del espacio.

ABSTRACT

Master Dissertation
Graduate program in Geography and Geosciences
Federal University of Santa Maria

SPATIAL CHANGES IN WESTERN SANTA CATARINA: CONSIDERATIONS REGARDING THE RURAL AND URBAN (1917 – 2013)

AUTHOR: CRISTIOMAR GOLO
ADVISER: GILDA MARIA CABRAL BENADUCE
Santa Maria, October 02th, 2013.

Thinking on the spatial changes in Western Santa Catarina, from the contemplation of rural and urban, starting at the study of economic and political conditions. Thus contextualize the political actions responsible for the spatial changes based on its structural core regarding to region, the city of Chapecó, considered as the West's "Capital". Starting from the study of political and economic conditions. Realize the emergence of rural and urban as an object of study and questioning, with a view to the dynamics operating in a time of global economy. Politically created in the late 1910s, the Western Santa Catarina (which had its name due to its largest city – Chapecó) was the last region in state to set itself politically and consequently, to have its limits consolidated. In the next decades, with the dismemberments that happened in the region, the city of Chapecó would continue having vital influence. Nonetheless, as a transformative process, the city will create solid economic bases, having a direct influence on cultural issues, and economic policies throughout the Western Santa Catarina. This influence will happen primarily because Chapecó was one of the few Brazilian cities of the time which had an initially planning and, therefore, did not grow at random, disordered. Thus, it is possible to observe that the consolidation of the city physically/materially and its economic/political intertwining relations concise run through the city itself and are interconnected to the rural. In the growing of this consolidated city, the urban relation will become the bond between the spatial changes. So the urban is also set as a transformative process and it is considered variable in its relation to the city that equally set itself as variable in relation to the urban process. The rural is changed, improved and modified, not as secondary, but as a suppressed form in its own specifications. It is not the rural dependent on the city, as well as the growing city, exclusively to the lapses from the rural areas, since each one of them will have their own change and this alteration will bring in essence the transfiguration modifier of Chapecoense population. Accordingly, the city is not the result of innovations, modernity or growing that Chapecó is passing on nearly a century of existence, it is one of the results. One should also consider that the city is changeable, considering either the physical/technical aspect as the everyday life. The rural is also changeable, and to understand the city, its planning and organization - spatial production - the dialogue with the rural becomes essential.

Key words: city, rural, spatial developing.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	11
LISTA DE MAPAS	12
LISTA DE TABELAS	13
INTRODUÇÃO	14
1 MÉTODO DE PESQUISA	20
1.1 Procedimento Metodológico	31
2 OESTE CATARINENSE:	
A REGIÃO COMO POSSIBILIDADE	33
2.1 Criação política do Oeste Catarinense	33
2.2 Organização administrativa e desenvolvimento econômico no Oeste Catarinense	38
2.3 Novas dinâmicas espaciais: a emergência do êxodo rural	54
3 TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS NO OESTE CATARIENSE:	
A VIABILIDADE TÉCNICA E MATERIAL DA CIDADE DE CHAPECÓ	59
3.1 Vicissitudes ligadas à cidade: subjetividade e prática discursiva	59
3.2 Reordenamento territorial da cidade de Chapecó	64
3.3 Viabilidade técnica e material da cidade de Chapecó	68
3.4 O papel das instituições na conjunção espacial de Chapecó: breves considerações sobre a função do Estado, da Igreja e da política no ordenamento territorial	74
3.5 Crescimento populacional de Chapecó	84

4 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO OESTE CATARINENSE E SEU PROCESSO NA FORMAÇÃO URBANA	90
4.1 Chapecó como processo transformador	90
4.2 Vicissitudes do campo e da cidade na formação urbana chapecoense	97
4.3 Breves considerações sobre o “novo rural” brasileiro	101
4.4 O espaço como condição mutável	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	127

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Projeto de uma rede de linhas telegráficas do Estado do Paraná, ano de 1907 _____	32
FIGURA 2: Vista da localidade descrita como Passo dos Índios, possivelmente da década de 1910 _____	34
FIGURA 3: Colégio Bom Pastor, principal instituição de ensino da cidade de Chapecó, na década de 1940 _____	36
FIGURA 4: Colégio na vila de Palmitos, cuja colonização foi efetuada praticamente com descendentes de alemães _____	37
FIGURA 5: Propaganda para venda de tratores. Cópia da Biblioteca Municipal de Chapecó _____	47
FIGURA 6: Propaganda indagando sobre o que seria melhor deixar na terra, milho ou mato _____	48
FIGURA 7: Vista aérea da cidade de Chapecó, 1957 _____	62
FIGURA 8: Desenho de cidade moderna para a vila Passo dos Índios – denominada Chapecó a partir de 1938 _____	65
FIGURA 9: Desenho inicial para a cidade de Chapecó _____	71
FIGURA 10: Vista Sul/Norte de Chapecó, década de 1950 _____	72
FIGURA 11: Retrato lateral da Igreja, datado da década de 1970 _____	78
FIGURA 12: Análise das Velhas e das Novas Políticas Rurais _____	98
FIGURA 13: Análise de Henri Lefebvre sobre o processo de urbanização _____	100
FIGURA 14: Vista aérea da cidade de Chapecó, datado de 2007 _____	120
FIGURA 15: Representação das relações da cidade, do rural e do urbano na atualidade no Oeste Catarinense _____	124

LISTA DE MAPAS

MAPA 1: Mapa do Município de Chapecó_____	13
MAPA 2: Mapa do Estado de Santa Catarina com grupos de povoamento_____	14
MAPA 3: Parte da Carta Cartográfica da Província do Paraná, ano de 1882_____	30
MAPA 4: Municípios desmembrados de Chapecó_____	82
MAPA 5: Ocupação urbana em Chapecó em fins da década de 1950_____	110
MAPA 6: Ocupação urbana em Chapecó na metade da década de 1960_____	111
MAPA 7: Ocupação urbana em Chapecó, final da década de 1979_____	112
MAPA 8: Ocupação urbana em Chapecó na década de 1980_____	113
MAPA 9: Ocupação urbana em Chapecó na metade da década de 1990_____	114
MAPA 10 Sobreposição de mapas do crescimento urbano de 1957 a 2009_____	115
MAPA 11: Representação das relações da cidade, do rural e do urbano_____	118

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Chapecó: Crescente da população urbana_____ 81

TABELA 2: Municípios que foram emancipados de Chapecó_____ 83

TABELA 3: Chapecó e Santa Catarina: Taxas de Crescimento populacional_____ 84

INTRODUÇÃO

A pretensão da presente pesquisa é discorrer sobre as ações responsáveis pela reestruturação espacial do Oeste Catarinense, com ênfase na sua maior cidade, também considerada enquanto polo regional – Chapecó. Analisar as formas de produção espacial; o ordenamento territorial; a dicotomia concisa nas questões ligadas à cidade, ao rural e ao urbano, serão os pontos principais. Já que, a cidade material, física, técnica tornar-se-á possível diante de uma série de fatores. Fatores migratórios, econômicos, políticos, religiosos, sociais. Todos estes, em maiores ou menores intensidades foram preponderantes nas formas de ordenamento e estruturação tanto da região, quanto, posteriormente da cidade em questão.

Entretanto, algumas questões vieram à tona no embate e desenvolvimento da pesquisa, pois na primeira metade do século XX percebe-se, através da documentação analisada, a necessidade de construção de uma cidade referência, atualmente chamada “Capital do Oeste de Santa Catarina”. Uma das principais preocupações dos colonizadores, além da viabilidade da comercialização de terras e desenvolvimento das práticas agrícolas, era com a possibilidade e finalidade da construção de uma cidade por inteiro. Cidade esta, pensada, projetada e posta em prática por alguns migrantes gaúchos que ligações diretas com membros políticos nacionais.

O município de Chapecó, cuja criação política ocorreu no ano de 1917, pode ser visto enquanto tentativa do governo catarinense com o estabelecimento de uma base econômica, através do preenchimento de áreas de fronteira, consideradas ‘vazias’ do ponto de vista da existência populacional. A área delimitada correspondia um montante de 14 000 Km²,¹ sendo que o trabalho das empresas colonizadoras consistia não apenas na introdução de migrantes, mas muito com o desenvolvimento da economia – pequena propriedade agrícola, atividades comerciais e industriais. Frisamos que quando falamos na região de Chapecó, não estamos cometendo um equívoco em não restituí-la enquanto município, uma vez que Chapecó foi o nome dado a toda região Oeste Catarinense quando de sua criação política. Por isso que nossa pesquisa, após os desmembramentos municipais posteriores, focar-se-á em seu núcleo, em seu polo econômico.

¹ Neste sentido ver: PIAZZA, Walter Fernando. **A Colonização de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

Busca-se, com isso, pensar a cidade enquanto corpo vivo, diretivo, subjetivo, agente direto das transformações econômicas e espaciais. O elemento cultural é importante na análise da cidade e do urbano, porém, compartilhamos da perspectiva de Henri Lefebvre (2000) em torno das bases materiais responsáveis pela produção do espaço, ao considerar a questão da produção e reprodução do capital. Desta forma, as relações de poder somente se tornam possíveis de compreensão pelo reconhecimento da importância dos interesses econômicos na história. Para discutir as premissas de análise sobre o espaço, compartilhamos das concepções de Ana Fani. Em sua obra *A (re) produção do espaço urbano (1994)*, a autora realça a ideia de que o espaço deve ser visto como produto social e histórico e que é necessário articular dois processos para entendê-lo: o de produção e o de reprodução. Em todo caso, o processo de reprodução estaria associado às condições de vida da sociedade e determinado por ela. São as condições sociais de produção que determinam o grau e na medida em que se dá à ampliação e o desenvolvimento de suas relações.

De qualquer modo, alguns questionamentos são necessários mesmo entendendo as várias possibilidades de respostas. Parte-se, assim, da análise da organização sobre desenhos/projetos de cidade para Chapecó, em diversos momentos históricos. De que forma, do ponto de vista econômico e político, tornaram-se possíveis? Quais seriam os sujeitos políticos responsáveis pela (re)organização espacial da maior cidade oestina? Que patamares os mesmos seguiram? E, por último, o peso das produções espaciais na reconfiguração política e econômica do próprio Oeste Catarinense enquanto região?

O reconhecimento limítrofe da região Oeste Catarinense é recente – final da década de 1910 –, perante as outras regiões do Estado. A configuração cultural deu-se em meio a conflitos, estratégias e readaptações – tanto dos migrantes gaúchos, quanto de índios e caboclos já residentes. Fazer a tríade entre a possibilidade e necessidade de criação política do Oeste, assim como, de seu fortalecimento limítrofe; a criação físico/técnica da cidade de Chapecó; e a relação entre a cidade e o urbano, o agrícola e o rural, é sem dúvida, os principais desafios traçados pela pesquisa, na tentativa de compreender as características estruturais da criação política e do amoldamento atual do Oeste Catarinense, com base na sua maior cidade – Chapecó – atualmente com aproximadamente 200.000 habitantes.

Com a criação da região Oeste de Santa Catarina,² em 1917, o município de Chapecó passou a ser denominado pela literatura de “Velho Chapecó”, em virtude da sua abrangência territorial. Assim, investigar as questões econômicas e políticas em torno da criação e

² Após a definição dos limites territoriais entre os Estados de Santa Catarina e do Paraná, em 1916, quatro municípios foram criados: Chapecó, Mafra, Cruzeiro (atual Joaçaba) e Porto União.

consolidação do Oeste Catarinense torna-se necessária. Logo, leva-nos a entender as estratégias do poder público em torno da consolidação migratória na região, e os pressupostos posteriores na reorganização e produção do espaço. Produção esta, que abarca tanto a estrutura dos traçados das ruas, das avenidas na materialização da cidade, quanto das contribuições de sujeitos políticos regionais, ligados diretamente às instâncias do poder federal, estadual e municipal.

Para entender o direcionamento da pesquisa, tornar-se-á necessário, a nosso ver, durante o primeiro capítulo, discorrer sobre os pressupostos metodológicos a serem abordados. O porquê deste direcionamento e desta base conceitual. Método este, que precisa ter fluidez, e que trate de relacionar, passado e presente. Assim, tem-se a questão metodológica intrínseca no materialismo dialético.

Tendo a base metodológica exposta, passaremos para a análise posterior, que consiste no amoldamento em torno da produção do espaço oestino, pensamos ser fundamental articular no transcorrer do segundo capítulo, as questões históricas do arcabouço que delimitou politicamente o Oeste e o fez presente enquanto região. A importância desse espaço para Santa Catarina e para a Nação. As ações dos sujeitos no novo território no sentido de viabilizar a agricultura, o comércio e a indústria. E, por último, as estratégias políticas como a ‘Marcha Para o Oeste’, promovida por Getúlio Vargas durante o Estado Novo, momento histórico muito importante em virtude da dinamização da colonização. Este debate na história tornar-se-á imprescindível para que tenhamos maiores propriedades de discutir a configuração posterior para o Oeste e para Chapecó. Já que, questões ligadas à criação da cidade, estão estritamente atreladas no desenvolvimento econômico posterior – consolidação migratória, desenvolvimento da agroindústria, crescimento populacional, etc.

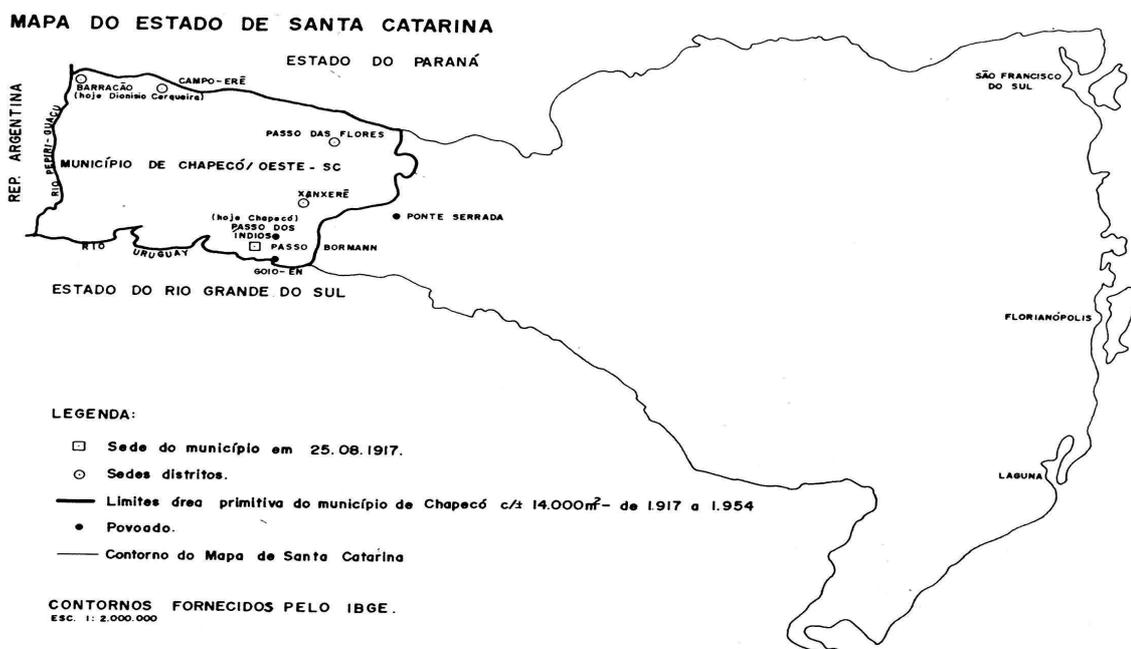
Por outro lado, durante o transcorrer do terceiro capítulo, procuramos investigar a cidade a partir de sua construção física. Pensamos atrelar esta discussão durante as décadas de 1930 a 1960. Ponderamos, nestas décadas devido aos vários acontecimentos marcantes ao qual a região passara. Desmembramento territorial de Chapecó, e, surgimento de novos municípios; destaque nos ciclos econômicos regionais como a madeira e a agroindústria; condição geopolítica de Chapecó no Oeste; equilíbrio econômico de Chapecó em níveis estaduais; estruturação espacial da cidade. Foi também, durante estas décadas que a cidade de Chapecó despontaria (principalmente após seus desmembramentos) como a cidade polo do Oeste Catarinense. Estes são, a nosso ver, os principais pontos a serem contextualizados.

No quarto e último capítulo busca-se perceber as transformações espaciais no período posterior aos anos 1970 até os nossos dias. Além disso, procura-se abranger de que forma tais

mudanças alteraram a dinâmica de funcionamento econômico da cidade, considerando, igualmente, as vantagens para o 'entorno', ou seja, para o próprio Oeste Catarinense. Atribuímos às importâncias devidas da cidade com relação ao campo. Do fenômeno urbano no entrelace agrícola e citadino. Não procuramos, e não pensamos durante este capítulo compreender a cidade enquanto produto da cidade. Procuramos concebê-la enquanto resultado de uma série de fatores e relações. Dentre estes, sua relação com o setor agrícola e com a questão rural.

A produção do espaço da cidade de Chapecó não pode ser vista como 'obra' da cidade. Deve ser vista como processo de uma somatória de fatores. Logo, esta cidade não é o instrumento principal da potencialidade econômica. A cidade será – talvez, em maiores proporções -, um dos resultados da produção e reprodução espacial.

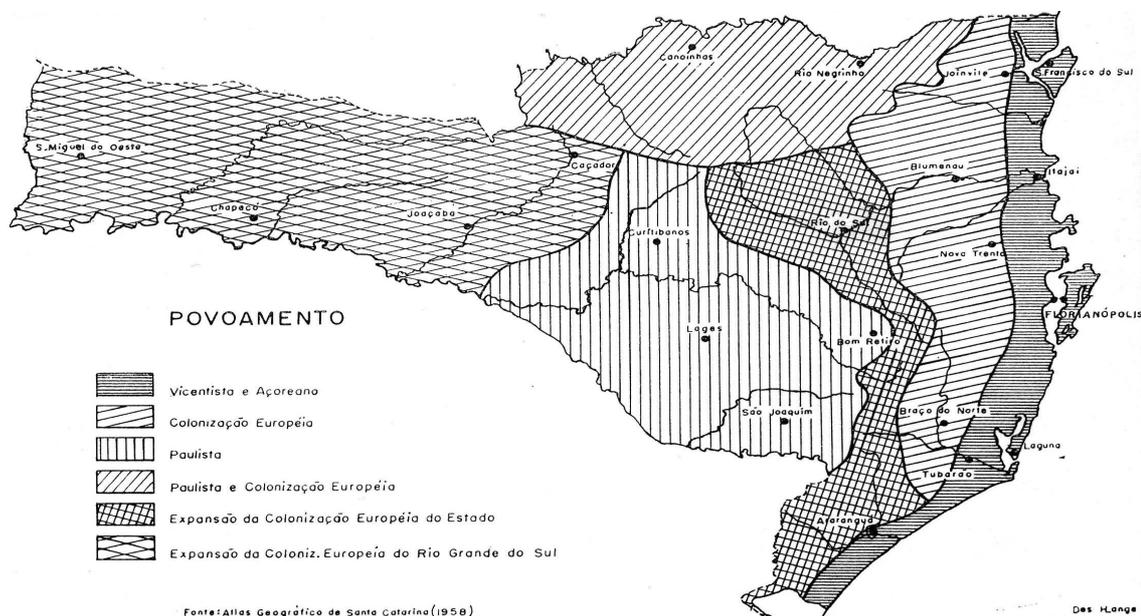
Traremos duas características imprescindíveis, para análises da pesquisa em questão. A primeira se remete a localização do município de Chapecó quando de sua criação, como mostra o mapa 1. Nota-se que o município de Chapecó possui sua sede com o nome de Passo dos Índios.



Mapa 1: Mapa do Município de Chapecó
Fonte: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina - CEOM.

A segunda das características condiz à colonização gaúcha na região Oeste Catarinense. Fato este, decisivo na reestruturação espacial da cidade, no modo de vida, nas formas de trabalho, na incentivo de acúmulo de capital, e, enfim, no próprio direcionamento econômico do Oeste.

Já no mapa 2, datado de 1958, percebe-se que a colonização de descendentes de europeus provindos do noroeste e norte do Rio Grande do Sul, encontraram terras a fixar-se na região Oeste e em parte no Planalto. Únicas regiões do Estado a ter, portanto, gaúchos no processo de colonização. Fato este, que sem dúvida está ligado ao tempo histórico de processo colonizador do Estado, á localização e aos obstáculos naturais, como a Serra do Rio do Rastro, que dificultava à ligação litorânea com o Oeste, assim como, a escassez de terras no Rio Grande do Sul ao qual incompatibilizava com a crescente populacional. Logo, a estruturação fundiária, seria para os gaúchos a forma primeira para satisfazer suas necessidades.



Mapa 2: Mapa do Estado de Santa Catarina com grupos de povoamento.
Fonte: Arquivo Histórico do Exército.

A forma estrutural da cidade de Chapecó passou por diversas etapas constitutivas para tornar-se como uma das cidades que mais crescem economicamente no Brasil. Logo, a potencialidade deste crescimento está relacionada à sua pluriatividade produtiva e tem na produção espacial seu maior bojo. Desta forma, notemos a cidade enquanto possibilidade, a cidade enquanto realidade e a cidade enquanto condição mutável em seu processo de reprodução espacial.

CAPÍTULO 1

1 MÉTODO DE PESQUISA

A presente pesquisa está centrada na criação política do Oeste Catarinense, no planejamento e ordenamento da maior cidade da região (Chapecó) e nas relações contidas na cidade, no urbano e no rural, as quais possibilitaram a (re)configuração e a multiplicação do espaço em questão.

Desta forma, diante de tais embargos, torna-se profícuo problematizar essas transformações por meio de um método que trabalhe com questões materiais. Assim, o materialismo dialético traz as reais possibilidades de contextualizar sobre os problemas que a pesquisa está prestes a discutir.

No entanto, entendemos ser necessário, nesta etapa, abrir algumas discussões que nos trarão maior segurança, quando da exposição futura do tema. Igualmente, a distinção e a proximidade do materialismo histórico e do materialismo dialético precisam ser discutidas com maiores atributos.

Por meio das análises feitas por Oliveira (1996), obtém-se a premissa de que o caráter marxista explica seu sucesso, dentre outros motivos, por ter conservado o lado substancial da dialética, uma vez que concentra a tematização do outro elemento constitutivo da dialética, ou seja, o momento material da práxis humana, portanto, o momento da mediação prático-material de todo conhecimento humano. Apropriamo-nos da ideia de Oliveira de que o mundo para o homem não é algo a ser contemplado, mas a ser construído, é um espaço aberto em direção ao qual o homem tem que se orientar para formar a si mesmo através de sua ação.

Outro autor que ajudará neste debate sobre a questão dialética e a questão histórica é Alfredo Llanos. Em sua obra: *Introdução à dialética* o autor traz discussões sobre historicidade e a aplicabilidade do materialismo dialético. Segundo Llanos, o pensamento marxista está conciso na transfusão do material traduzido e transposto para a cabeça do

homem. O estudioso faz, também, as distinções entre o pensamento de Hegel e Marx sobre a materialidade. Para Hegel, os processos materiais são uma manifestação do processo do pensamento, da ideia absoluta. Já para Marx, o processo do pensamento é um reflexo de fatos materiais, que tem lugar independentemente do pensar.

Llanos ressalta, ainda, que Marx repele, em consequência, a mistificação hegeliana da realidade e do processo do conhecimento, porque desse modo se ocultava o estado e coisas imperantes da sociedade burguesa. A dialética focaliza todas as formas atuais, sem omitir, portanto, o que tem de perecível e sem se deixar intimidar por nada.

Neste sentido, para o entendimento da mobilidade da matéria, o autor monta a base conceitual do pensamento marxista atrelado às questões ligadas ao materialismo dialético. Llanos procura esclarecer sobre a origem do processo de desenvolvimento da natureza, da sociedade e do pensamento. A matéria se move por si mesma, o que se deve procurar, dessa forma, são as possíveis leis que fazem com que isso aconteça. Llanos aponta três leis que dão embasamento a essas questões: a unidade e a luta dos contrários, a transformação de mudanças quantitativas em qualitativas e a negação da negação.

A primeira das leis é condizente à análise do núcleo da dialética materialista. Cada objeto contém contrários. A contradição existente no interior da essência do objeto se resolve em transformar o velho objeto em um novo. Resultam na manifestação do processo de desenvolvimento, das contradições internas dos objetos e dos fenômenos do mundo externo. O conhecimento dessa lei seria essencial para descobrir e compreender a dialética da natureza e da sociedade. Fato este que é notável, segundo Llanos, pelo exemplo do ímã.

No ímã, os contrários se apresentam como polo norte e polo sul. A vida, por seu lado, é a unidade dos contrários, tais como a assimilação e a desassimilação, a hereditariedade e a mutabilidade. No plano social, tem-se o mesmo problema, com as lutas entre as classes das sociedades antagônicas. A partir das transformações e diferenças, os contrários não podem manter entre si uma relação pacífica e indiferente. Lutam uns contra os outros e, por esse meio, resolvem suas contradições. Essa luta é, então, a fonte do desenvolvimento, das mudanças qualitativas.

O caráter incondicional da luta dos contrários manifesta o fato de que essa luta jamais se interrompe e que o movimento é um processo incessante que destrói a estabilidade dos objetos e prepara para a transformação qualitativa.

A união desses dois aspectos – a unidade relativa dos contrários e o caráter absoluto da luta entre eles – constitui a complexa contradição dialética de todos os fatos do mundo. “A

concepção materialista dialética do desenvolvimento como luta dos contrários se revelou com a máxima plenitude nos fenômenos da vida social (Idem, p. 208-210)”.

A próxima lei das questões materialistas propostas por Marx consiste na transformação de mudanças quantitativas em qualitativas. Esta, por sua vez, é a determinação interna, a especificidade dos objetos e fenômenos, em que a qualidade não pode ser considerada algo independente, que existe à margem dos objetos. Em consequência disso, as qualidades são tão reais como os objetos o são.

Portanto, a especificidade das qualidades não exclui o comum que estas podem conter. Assim, as plantas e os animais são qualitativamente diferentes, mas essa diferença supõe entre eles semelhanças, como a nutrição, a excreção, a excitabilidade, a capacidade de crescer, de multiplicar-se, etc. O mundo é, segundo Llanos (p. 215 – 216), um ininterrupto processo de movimento e mudança, no qual o “momento de mutabilidade é inesperável do de estabilidade, e o materialismo dialético ensina a focalizar a análise dos saltos de um modo histórico concreto e a apreciar suas diferenças qualitativas”.

A última das leis marxistas é a lei da negação da negação. Esta, por sua vez, expressa a relação do novo com o velho no processo de substituição de umas transformações qualitativas por outras. Revela que num estágio superior de desenvolvimento se repetem até certo ponto algumas das propriedades do estágio inferior. Fundamenta, também, o caráter ascendente, progressivo, do desenvolvimento e determina a tendência, a direção principal do curso geral do desenvolvimento.

Essa lei traz concisa a ideia marxista de negação. Sendo este termo, um elemento essencial da dialética materialista. As modificações intrínsecas ao processo de desenvolvimento acarretaram, na análise de Llanos, tarde ou cedo, à destruição do velho e ao nascimento do novo. O novo que surge terá por resultado a negação do velho. Através da negação do velho pelo novo e através da negação da negação se realiza o movimento de avanço da natureza, da sociedade e do pensamento. A negação na dialética, assim, deve ter a capacidade em poder criar algo novo, e não dizer meramente não.

Essa negação, por sua vez, por ser o resultado do autodesenvolvimento da matéria na base das contradições que lhe são inerentes, não é nunca absoluta. É a consequência do desenvolvimento precedente. O negativo conserva então algo do passado e nesse aspecto é, ao mesmo tempo, positivo. O momento da negação se concebe como a superação e supressão, mas como descontinuidade com as fazes precedentes.

O sentido da negação dialética consiste em que esta não atua só como momento da destruição do velho, mas também como conexão do novo com todo o positivo criado sob as antigas formas de desenvolvimento. As novas formas contêm as anteriores, “eliminadas”. Por exemplo, o fruto contém como fases superadas o broto e a flor. (Idem, p.218).

Ainda por meio de Llanos, fazemos a correlação da dialética materialista com a metafísica. Essa última, ao repelir as ideias metafísicas sobre o desenvolvimento, afirma que o processo progressivo não se move num círculo fechado, nem em linha reta, mas por uma curva, em espiral. A forma da espiral não foi adotada de modo casual para exprimir a negação da negação. Cada ciclo da espiral representa uma tese superior do desenvolvimento, e é ao mesmo tempo um aparente retorno ao já conhecido. Cada volta da espiral é um ciclo dialético e sua sucessão caracteriza a infinidade do desenvolvimento, a eterna ascensão do inferior ao superior.

Konder (1982, p. 26) relata que Hegel utilizou a palavra alemã *aufheben* - verbo que significa suspender - para análise da superação da dialética. Mas este suspender tem três sentidos diferentes. O primeiro sentido é o de negar, anular, cancelar. O segundo sentido é o de erguer alguma coisa e mantê-la erguida para protegê-la. E o terceiro sentido é o de elevar a qualidade, promover a passagem de alguma coisa para um plano superior. Segundo Konder, Hegel emprega a palavra com três sentidos diferentes ao mesmo tempo. Para Hegel, a superação da dialética é simultaneamente a negação de uma determinada realidade, a conservação de algo de essencial que existe nessa realidade negada, e a elevação dela a um nível superior.

A modificação do todo, conforme Konder, só se realiza, de fato, após um acúmulo de mudanças nas partes que o compõem. O pensamento dialético é obrigado a um paciente trabalho: é obrigado a identificar, com esforço, gradualmente, as contradições concretas e as mediações específicas que constituem o “tecido” de cada totalidade, e que dão a “vida” a cada totalidade (idem, p. 46).

Na tentativa de resgatar o espírito dialético de Marx e a concepção materialista da história, Karl Korsch (1977) defende que o método dialético não trabalha com fatos e, sim, com o concreto. A visão da teoria, como mera hipótese sobre um fato, significa tão somente o isolamento do referido fato e de sua referida explicação, a teoria do fato e, portanto, ambos são fetichizados, pois são isolados e transformados em objetos sem historicidade. A concepção marxista de teoria é que ela é a expressão da realidade.

Althusser e Badiou (1986) também dialogam sobre as características e abrangências do marxismo. Esses autores, por meio de sua obra: *Materialismo histórico e materialismo dialético* trazem à tona o que chamam de espécies de marxismo, sendo este representado pelo marxismo fundamental - que propõe uma antropologia geral centrada na noção polissêmica de trabalho, marxismo totalitário - exalta insistentemente a cientificidade e a totalidade histórico-natural, embasadas empiricamente de supostas leis dialéticas e da ideia de transformação de quantidade em qualidade. - e marxismo analógico – que se prende na principal obra marxista (*O Capital*) como obra fundamental, mas concebe a relação entre as estruturas de base e as superestruturas. Sendo o conhecimento definido pelo sistema de funções, que permite reconhecer em um determinado nível a mesma organização formal que em outro e verificar, assim, a invariabilidade de certas representações que são mais combinações simples. “O marxismo analógico é um marxismo da identidade” (idem, p. 9).

Além das separações teóricas expressas em Marx, Althusser e Badiou (p. 34-35) abordam a diferenciação entre materialismo histórico, ou ciência da história, e o materialismo dialético, ou filosofia marxista.

O materialismo histórico, segundo os autores, estuda sua estrutura, sua constituição e as formas de transição, passagem de um modo de produção para outro. Não se reporta somente ao modo de produção capitalista, mas sim a todos os modos de produção, aos quais fornece uma teoria geral. Esse materialismo histórico refere-se tanto à antiguidade e ao período medieval como ao mundo moderno. A teoria da história ou materialismo histórico é a teoria da natureza específica da totalidade orgânica ou estrutura fundamentada e tem relevante dependência dessa estrutura em relação ao nível econômico. Está assentada, assim, na possibilidade de uma teoria realmente autônoma do nível econômico de um modo de produção determinado. É por isso que é considerada, segundo Althusser e Badiou, como a teoria do sistema econômico do modo de produção capitalista.

Entretanto, Marx, ao fundar esta nova ciência (materialismo histórico), criou ao mesmo tempo outra disciplina teórica: o materialismo dialético ou filosofia marxista. A filosofia marxista, na realidade, nunca nos é dada em uma forma em que esteja em correspondência com seu objeto. O materialismo dialético é uma disciplina teórica distinta do materialismo histórico. A distinção entre essas duas disciplinas repousa na distinção que existe entre seus objetos. “O objetivo do materialismo histórico está constituído pelos modos de produção, sua organização, seu funcionamento e suas transformações (idem, p. 38-43)”.

Ainda fazendo a diferenciação entre os materialismos, Althusser e Badiou comentam que o materialismo dialético considera as diferenças práticas e suas articulações de um ponto

de vista que não é o materialismo histórico, isto é, em função de um objeto distinto. O materialismo dialético não se refere às diferenças práticas, exceto com relação ao aspecto da intervenção delas na produção de conhecimentos, e não se refere a elas como instâncias constituintes dos modos de produção, o que é objeto do materialismo histórico.

Teoria e método são assim dissertativos, já que caminham juntos na periodização dos acontecimentos e na materialização dos objetos. Logo, resulta-se numa teoria que contém o sistema conceitual teórico no qual se pensa o objeto e um método que expressa a relação que mantém a teoria com seu objeto na sua aplicação a ele. Dessa forma, teoria e método estão profundamente unidos e constituem dois aspectos de uma mesma realidade: a disciplina científica em seu corpo de conceitos (teoria) e em sua vida, e sua prática (método). “O materialismo não está livre desta tentação metodologista, na qual a teoria (materialismo) sacrifica-se nas aras do método (dialética)” (idem, p. 45).

Assim, no materialismo dialético é o materialismo que representa esquematicamente o aspecto da teoria, enquanto a dialética representa o aspecto do método. No entanto, sem deixar de ter bem presente que cada um dos termos se remete a outro, e automaticamente o inclui.

Se pensarmos na objeção citadina do Oeste Catarinense, enquanto obra material, não ficaria tão vago o método a ser elencado na tentativa de desvincilhar características do surgimento político do território, o planejamento da cidade de Chapecó e as relações estabelecidas por meio do urbano e do rural na caracterização da cidade.

Pensando, ainda, na questão do método e suas problematizações enquanto probabilidades de decifração das questões materiais, Althusser e Badiou colocam que o objeto precisa de um método para seu entendimento. O materialismo marxista inclui, assim, a dialética e o seu método é a forma de aplicação da teoria no estudo de seu objeto. Porém, o que distingue a dialética marxista de toda a dialética anterior, principalmente da platônica e da hegeliana, qualificadas como idealistas, é que a dialética marxista é necessariamente materialista. Sendo assim, o materialismo histórico necessita de um “guia” e este guia não pode ser outro que um “guia” qualificado teoricamente - o materialismo dialético. Este, por sinal, não está acima das ciências, ele não é senão a teoria de sua prática científica (Idem, p.55).

Outra importante obra que nos ajuda a entender e a defender a utilização do método dialético na aplicabilidade da presente escrita está contido na obra de Josef Stalin intitulada *Materialismo dialético e materialismo histórico*. Stalin nos mostra, por meio de uma escrita elementar, a diferença e a relação entre o materialismo dialético e o materialismo histórico.

Segundo Stalin, o materialismo dialético é assim chamado porque a sua maneira de considerar os fenômenos da natureza, o seu método de investigação e de conhecimentos é dialético e a sua interpretação, a sua concepção dos fenômenos da natureza e a sua teoria são materialistas. Na antiguidade, complementa, entedia-se por dialética a arte de chegar à verdade, descobrindo e superando as contradições contidas no reacionário do adversário.

A dialética olha a natureza não como uma acumulação acidental de objetos, de fenômenos separados uns dos outros, isolados e independentes, mas como um todo unido, coerente, em que os objetos, os fenômenos, estão ligados organicamente entre eles, depende um dos outros e condicionam-se reciprocamente. A dialética olha a natureza como um estado de movimento e transformação perpétuos, de renovação e desenvolvimento incessantes, em que sempre nasce e desenvolve-se qualquer coisa, desagrega-se e desaparece qualquer coisa (Idem, p. 15-16).

A dialética, conforme Stalin considera o processo de desenvolvimento que passa das mudanças quantitativas e latentes a mudanças evidentes e radicais, ou seja, a mudanças qualitativas - sendo essas mudanças qualitativas não expressas de forma gradual, assim como, não são contingentes, mas necessárias. Conseqüentemente, a vida social, a história da sociedade, deixa de ser uma acumulação de contingências, pois a história da sociedade e o estudo da história social passam a constituir uma ciência. Já o método dialético considera a passagem do estado qualitativo antigo a um novo estado qualitativo, como um desenvolvimento que vai do simples ao complexo, do inferior ao superior.

É a dialética que parte do princípio que os objetos e os fenômenos da natureza possuem contradições internas. Todos eles têm um lado negativo e um lado positivo, um passado e um futuro. Todos eles têm elementos que desaparecem ou que desenvolvem. “A luta destes contrários, a luta entre o velho e o novo, entre o que morre e o que nasce, entre o que se desagrega e o que se desenvolve é o conteúdo interno da conversão das mudanças quantitativas em mudanças qualitativas” (Idem, p. 19).

O autor soviético faz algumas menções ao cuidado em escrever, utilizando-se o método dialético sem ter a sensibilidade em que o escritor que aborda tal método tem que ter, em situar-se num dado contexto de interpretação, e acrescenta que

(...) é claro que qualquer regime social e qualquer movimento social na história devem ser julgados, do ponto de vista das condições que deram origem a este regime e a este movimento e com as quais estão ligados. O regime de escravatura nas condições atuais seria um contrassenso, um absurdo contra a natureza. Mas o regime de escravatura nas condições do regime da comunidade primitiva em decomposição é um fenómeno perfeitamente compreensível e lógico, pois significa um passo em frente em relação à comunidade primitiva (idem, p.20).

Desta forma, Stalin complementa sua ideia dizendo que o materialismo filosófico parte do princípio que o mundo, pela sua natureza, é material, que nos múltiplos fenómenos do universo são os diferentes aspectos da matéria em movimento e o condicionamento recíproco dos fenómenos estabelecidos pelo método dialético que constituem as leis necessárias ao desenvolvimento da matéria em movimento e que o mundo se desenvolve segundo as leis do movimento da matéria, sem a necessidade de qualquer espírito universal.

A matéria é concebida, dessa forma, como primordial, pois é a origem das sensações, das representações e da consciência. Esta, por sua vez, é um dado secundário, é o reflexo da matéria, reflexo do ser.

O pensamento também é um produto da matéria, essencialmente quando esta atingiu no seu desenvolvimento um alto grau de perfeição. O pensamento é o produto do cérebro e o cérebro é órgão do pensamento; não se poderia, portanto, separar o pensamento da matéria sob a pena de cair num erro grosseiro.

Se for verdade que a natureza, o ser, o mundo material são o primeiro dado, quanto à consciência, o pensamento é o segundo dado, derivado do primeiro; se é verdade que o mundo material é uma realidade objetiva, que existe independentemente da consciência dos homens, enquanto a consciência é um reflexo desta realidade objetiva, resulta daí que a vida material da sociedade, o seu ser, é igualmente o primeiro dado, enquanto a vida espiritual é um segundo dado, igualmente derivado do primeiro; que a vida material da sociedade é uma realidade objetiva, que existe independente da vontade do homem, enquanto a vida espiritual da sociedade é um reflexo desta realidade objetiva, um reflexo do ser. Portanto, é necessário procurar a fonte da vida espiritual da sociedade, a origem das ideias sociais, das teorias sociais, das opiniões políticas, das instituições políticas, não nas próprias ideias, teorias, opiniões e instituições políticas, mas sim nas condições da vida material da sociedade, no ser social, cujas ideias, teorias, opiniões, etc., são o reflexo (Idem, p. 28-29).

Posteriormente a este pensamento, Stalin começa a procurar respostas para os problemas enfrentados nas classes sociais. Problemas que explicariam, e/ou melhor, responderiam a várias indagações. A essas respostas, Stalin entrelaça as seguintes investigações que o farão emergir na compreensão dos aspectos ligados ao materialismo histórico. Assim, pergunta o autor: qual é o papel do meio geográfico no desenvolvimento social? Não será o meio geográfico a força principal que determina a fisionomia da sociedade, o caráter do regime social dos homens, a passagem de um regime a outro? A esta pergunta, segundo Stalin, o materialismo responde negativamente.

O meio geográfico é incontestavelmente uma das condições permanentes e necessárias do desenvolvimento da sociedade e é evidente que influencia este desenvolvimento: acelera ou retarda o curso do desenvolvimento social. Mas esta influência não é determinante, pois as transformações e o desenvolvimento da sociedade se realizam incomparavelmente mais depressa do que as transformações e o desenvolvimento do meio geográfico. Em três mil anos, a Europa viu sucederem-se três regimes sociais diferentes: a comuna primitiva, a escravatura, e o regime feudal; no mesmo período as condições geográficas da Europa, ou não mudaram em nada, ou mudaram em muito pouco. Para que se produzam transformações, por pequenas que sejam, no meio geográfico é necessários milhões de anos, enquanto bastam algumas centenas de anos ou cerca de dois mil anos para que se verifiquem transformações muito importantes no regime social dos homens (Idem, p. 34).

Então, segundo Stalin, não seria o crescimento da população a força principal que determina o caráter do regime social dos homens? A esta pergunta, segundo o autor novamente o materialismo histórico responde negativamente.

Com certeza, o crescimento da população exerce influência sobre o desenvolvimento social, facilita-o ou atrasa-o; mas não pode ser a força principal do desenvolvimento social e a influência que exerce sobre este não pode ser determinante, pois o crescimento da população por si só não nos dá a chave para este problema. Se o crescimento da população fosse a força determinante do desenvolvimento social, uma maior densidade da população deveria necessariamente dar origem a um tipo superior do regime social. A população na China é quatro vezes mais elevada do que a dos Estados Unidos; contudo, os Estados Unidos estão a um nível mais elevado do que a China do ponto de vista do desenvolvimento social. A população da Bélgica é dezenove vezes mais elevada que a dos Estados Unidos; contudo os Estados Unidos estão a um nível mais elevado que a Bélgica (Idem, p. 35).

Para problematizar a essa questão, o autor soviético indaga a respeito dos motivos que poderiam levar a entender as condições de vida material da sociedade, a força principal que determina a fisionomia da sociedade, e, principalmente, o caráter do regime social. Enfim, o desenvolvimento da sociedade de um regime para outro.

Para essas questões, Stalin encontra respostas por meio do materialismo histórico, concluindo que essa força modificadora está no modo de obtenção dos meios de existência necessários à vida dos homens, o modo de produção dos bens materiais: alimentos, vestuário, calçados, habitação, etc. Dessa forma, a força locomotiva das transformações está nos instrumentos de produção, nos homens que produzem esses instrumentos e na experiência da produção e hábitos de trabalho. Tais elementos constitutivos estabelecem o conjunto, as forças produtivas da sociedade. Esta relação de produção entre os homens é sempre uma produção social. Assim

(...) a ciência histórica deve, antes de mais, ocupar-se da história dos produtores dos bens materiais, da história das massas laboriosas, da história dos povos. A chave que permite descobrir as leis da história da sociedade deve ser procurada não no cérebro dos homens, não nas opiniões e ideias da sociedade, mas no modo de produção praticado pela sociedade, em cada dado período na história, no econômico da sociedade (Idem, p.39).

Sobre a dialética, mais necessariamente sobre a dialética antiga, Paul Foulquié (1978) comenta que o principio da contradição dessa fase dialética corresponde à lei absoluta das coisas como do espírito: uma coisa não pode simultaneamente ser e não ser, e, sempre que o pensamento é levado a afirmar sucessivamente duas proposições que se contradizem, uma delas é evidentemente errada. Já a nova dialética, segundo o autor, vê a contradição nas coisas que simultaneamente são e não são e, dessa contradição, faz o fulcro essencial da atividade dos seres que, sem ela, seriam inertes. Para Foulquié, Marx combate o idealismo hegeliano e não ataca de modo algum o espiritismo clássico. “Marx não se opõe ao espiritismo que admite no homem um espírito ao mesmo tempo em que um corpo; se opõe ao idealismo, que rejeita a matéria e só admite o espírito” (idem, p. 54).

Dessa forma, ressalta, o movimento e o devir da matéria são criadores de algo novo, não conduzem a mudanças repetidas que reduziriam a sucessão dos fenômenos naturais a uma evolução circular indefinida. Calor produzindo o movimento, por exemplo, e o movimento dando origem ao calor. Como a noite sucede ao dia e o dia à noite. Em certos movimentos do

devir, produz-se, por salto ou por revolução, um íntimo aumento de quantidade que arrasta uma alteração qualitativa ou inversamente. O autor dá o exemplo da água que, quando está ao lume, tem a temperatura elevada progressivamente, elevação que constitui uma variação quantitativa. No entanto, há o momento em que, permanecendo a temperatura constante, produz-se um fenômeno qualitativamente diferente, o da ebulição.

Sobre essas mudanças, tornam-se interessante as análises também feitas pelo filósofo soviético Alexandre Cheptulin (1982). Extremamente interessado nas questões marxistas, Cheptulin (p. 213) nos mostra que o aparecimento de uma nova qualidade está necessariamente ligado a uma mudança de qualidade. Ou, em outros tempos, toda a mudança qualitativa é o resultado de mudanças quantitativas e que por elas são provocadas. Uma qualidade nova, surgida em decorrência de mudanças quantitativas determinadas, não se comporta de maneira passiva com relação a essas últimas, mas, pelo contrário, exerce uma influência de volta, acarretando também as mudanças características quantitativas rigorosamente determinadas.

Henri Lefebvre em *Lógica formal, lógica dialética* (1995) considera a pesquisa racional (dialética) como um fenômeno pertencente a um conjunto, integrado por meio de relações com os demais fenômenos. Este método dialético comenta, em deixar e isolar os fatos e os fenômenos tem a capacidade de reintegrá-los em seu movimento, seja movimento interno, que provém deles mesmos, ou movimento externo, que os evolve no devir universal. Estes dois movimentos, conclui, tornam-se, portanto, inseparáveis.

Para Lefebvre, o método dialético não se contenta em dizer que existem contradições. Ele busca captar a ligação, a unidade e o movimento que caracteriza a contradição. “A contradição dialética, portanto, difere da contradição formal porque esta permanece na generalidade abstrata, enquanto a dialética se estabelece no universal concreto” (Idem, p. 238-239).

Sobre o método dialético e seu inesgotável campo de ação, Lefebvre comenta que poderíamos resumir do seguinte modo às regras práticas do método dialético: Dirigir-se à própria coisa: análise objetiva; aprender os aspectos das conexões internas da coisa, de seus aspectos; aprender os aspectos e momentos contraditórios; analisar a luta, o conflito interno das contradições; não esquecer que tudo está ligado à tudo; não esquecer de captar as transições: transições dos aspectos e contradições, passagens de uns aos outros, transições do devir; não esquecer que o processo de aprofundamento do conhecimento – que vai do fenômeno à essência e da essência menos profunda à mais profunda é infinito; penetrar mais

fundo que a simples coexistência observada; em certas fases do próprio pensamento, este deverá se transformar, se superar.

1.1 Procedimento Metodológico

Durante a elaboração da pesquisa, o objetivo era de trazer pressupostos para o ordenamento da cidade de Chapecó, localizada a Oeste de Santa Catarina, assim como, possibilitar a partir desta análise o planejamento e a imersão de Chapecó enquanto cidade possível, enquanto cidade moderna.

No entanto, para chegarmos a tais possibilidades, uma análise diferencial do espaço tornar-se-ia vital. Neste sentido, as escritas e pressupostos conceituais realizados por Henri Lefebvre trazem não somente esta conceituação do espaço. Mas, acima de tudo traz a relação deste espaço enquanto organismo vivo. Organismo este, que é contextualizado pela tríade entre cidade, rural e urbano. Lefebvre deixara uma vasta discussão das formas de pensarmos a importância do urbano enquanto projeto modelador de espaços, criador de espaços, em suas múltiplas possibilidades.

Logo, a pesquisa em questão como trata de uma região, de certa forma recente, abordará questões ligadas às propagandas evidenciadas durante o transcorrer da configuração da cidade, assim como, de discursos das pessoas que ainda estão vivas, e que ajudaram e/ou observaram a mudança física e técnica da cidade em questão. Lembramos de que, como estamos analisando fontes iconográficas para podermos ter pressupostos na escrita, não a estamos utilizando como veracidade, e sim, como ferramenta para a discussão maior, que virá por meio da relação entre a cidade, o urbano e o rural na criação do Oeste Catarinense e na configuração atual da sua maior cidade, que é Chapecó.

Portanto, a escolha em contextualizar a criação do Oeste Catarinense é devida ser esta uma região planejada, com todos os empecilhos de qualquer outro lugar, no entanto, com muitas características positivas. Assim afunilar posteriormente a consolidação da cidade para Chapecó, é termos em mente a importância que de discutir novas formas de olhar a cidade, o rural, não separados, mas unidos. Como isso tornar-se há possível? Através da instrumentalização das objeções ligadas ao urbano.

No trabalho serão expostas algumas entrevistas de moradores que estiveram ligados às transformações espaciais da cidade de Chapecó. O questionário girava em torno de temas relativos às características da cidade; dos motivos da escolha em vir morar em Chapecó; quais os atributos que fizeram desta cidade uma das mais promissoras em crescimento econômico do Brasil, sendo referência mundial em agroindústria; o que a população sentia quanto à relação que o meio agrícola tinha com a cidade; tendo por meio o exemplo chapecoense, o que uma cidade precisa para crescer.

Enfim, as entrevistas não seguiam um padrão de questionário, e sim a objeção que consistia em relacionar a criação da região e de Chapecó, e as relações concisas na consolidação da cidade, por meio do debate em torno da cidade, do rural e do urbano.

CAPÍTULO 2

2 OESTE CATARINENSE: A REGIÃO COMO POSSIBILIDADE

2.1 Criação política do Oeste Catarinense

Este capítulo discute a emergência do Oeste de Santa Catarina como região, no início do século XX. É um período importante da história catarinense, pois a criação política da região oestina define a própria configuração do mapa político estadual.

De fato, a tematização das condições históricas de existência do Oeste Catarinense é vital para a compreensão da formação do espaço urbano regional. A realização de uma discussão histórica é profícua, pois contribui com o mapeamento e a análise da documentação sobre o nosso objeto de estudo, possibilitando a problematização das transformações efetuadas no tempo. Assim, tornou-se possível analisar as múltiplas configurações espaciais – na questão da cidade e do urbano – desenvolvidas no Oeste Catarinense.

Em todo caso, voltando às questões de cunho histórico, utilizo-me das palavras de Durval Muniz de Albuquerque Junior (2007), quando comenta que o historiador é aquele que pode retirar do esquecimento personagens que naufragaram com o tempo. Ele pode generosamente oferecer a possibilidade, a estes rostos e a estas vozes silenciadas, de tremularem por algum tempo na ponta do presente.

Apontamos, neste capítulo, as questões referentes aos interesses políticos relativos à possibilidade e à necessidade da consolidação da região Oeste Catarinense. Por isso da

necessidade da análise de questões específicas do âmbito regional, bem como da própria consideração de um contexto mais amplo, das condições econômicas e políticas do Brasil na condição de Nação. Até porque as mudanças urbanas regionais devem ser pensadas de acordo com alterações na dinâmica urbana e industrial brasileira.

Partimos da premissa (e até as fontes que estão sendo apresentadas possibilitam este direcionamento) que, num primeiro momento, a extração de madeira e as atividades agrícolas, importantes atividades econômicas desta região, não se colocavam como necessidade primária na criação política da região em questão. O que estava à tona, quando da indigência da consolidação política do Oeste, era a necessidade premente por parte do poder público (seja ele em seu plano regional, estadual ou federal) quanto ao controle do território, dos espaços de fronteira. Para Petrolí (2011), esta é uma das principais preocupações estatais a partir de 1916, ano do “acordo de limites” entre Santa Catarina e Paraná, em relação à posse do chamado “Campos de Palmas”. Desta forma, pensou-se em proteger, resguardar o espaço geográfico, fortalecer a região. E, para que isso pudesse ser concretizado, nada mais viável do que efetivar a colonização.

Diante de tais temas, alguns questionamentos são fundamentais. Quais as relações existentes entre os interesses econômicos, políticos e administrativos sobre o uso da terra na consolidação do Oeste Catarinense? Quais foram os fatores preponderantes para a acelerada transformação deste espaço?

De acordo com Petrolí (2012), poder-se-ia dizer que, até 1916, o Oeste Catarinense não se constituía como região em seu sentido político, pois não tinha suas seus limites definidos, devido às disputas políticas e jurídicas entre catarinenses e paranaenses. Desde a década de 1840, vários embates políticos ocorreram, primeiramente entre as províncias de Santa Catarina e São Paulo; posteriormente, entre catarinenses e paranaenses, a partir da criação da província do Paraná, acontecimento do ano de 1853. A disputa se dava em torno – principalmente – dos territórios ao sul do rio Iguaçu, espaço correspondente aos chamados Campos de Palmas, cuja área aproximada, na perspectiva de Machado (2009), era de 40.000km².

O interesse político pelos Campos de Palmas não se dava apenas pela simples razão do espaço físico. A consideração dos elementos econômicos é fundamental para compreender de que forma a indefinição sobre os limites dos atuais estados de Santa Catarina e Paraná se estendem por décadas. Como assinala Petrolí (2012), problemas de ordem fiscal, controle do comércio de animais e erva-mate e desenvolvimento da pequena propriedade agrícola se constituem como questões vitais para ambas as partes.

No período imperial brasileiro, no século XIX, verifica-se a existência de interesses estatais com o espaço até então contestado entre províncias brasileiras. O fato é que a principal preocupação do Império não era com o estabelecimento das fronteiras internas, mas sim externas. Os Campos de Palmas eram cobiçados pela Argentina, por isso o governo brasileiro desenvolveu políticas no intuito de povoar e defender militarmente a região, conforme nos aponta Wachowicz (1985). É o fato da criação da Colônia Militar de Chapecó, constituída na década de 1880. A Colônia Militar de Chapecó emerge como ponto estratégico para o desenvolvimento de ações militares na região. Logo, ela contribuiu com a fixação de colonos, pois forneceu elementos novos em termos de infraestrutura: abertura de estradas, construções de pontes, estabelecimento de escolas primárias e destacamento de forças policiais. A preocupação militar com a proteção das fronteiras e estabelecimento da ordem pública em um espaço escrito pelas fontes cartográficas como “sertão inóspito” foi importante para a formação de uma estrutura econômica nos Campos de Palmas. O espaço geográfico em questão está evidenciado no mapa 3, ao qual remete aos limites em 1882 das áreas adjacentes à Província do Paraná.



Mapa 3: Parte da Carta Cartográfica da Província do Paraná, ano de 1882.
Fonte: Arquivo Histórico do Exército.

É importante ressaltar a preocupação dos governos provinciais com melhorias nas vias de acesso aos campos, e, principalmente por parte do governo paranaense, pois na segunda metade do século XIX o território contestado estava sob sua jurisdição.

São tão remotos da capital os campos de Palmas, e tão próximos à fronteira, que convem procurar abreviar o caminho que conduz a elles o quanto for possível. Os campos de Palmas não estão só perto da fronteira do Imperio; são também reclamados pela Província de Santa Catharina. Cumpre pois atender a elles da maneira possível, e a primeira attenção é indubitavelmente dar-lhes a via mais curta para a capital, e para a marinha.³

No início do século XX, metas foram traçadas no intuito de estabelecer vias de comunicações entre vilas, povoados e cidades, como por exemplo interligando o interior do Paraná com a capital Curitiba. Havia a previsão e também a ampliação de linhas de telégrafo para a região de Palmas, em conexão com o Rio Grande do Sul pela vila de Nonoai. O estabelecimento de linhas telegráficas era visto como fundamental no sentido de diminuir o ‘isolamento’ das regiões de fronteira, o que poderia somar com o desenvolvimento econômico e político de vilas e povoados distantes dos centros urbanos de maior expressão.

Sobre a incentivo desta criação da linha telegráfica, mais necessariamente o projeto que enaltece a possibilidade da mesma, a figura 1 possibilita-nos a ter este alcance governamental quanto à questão comunicativa.

³ PARANÁ. **Relatório apresentado à Assembléa Legislativa do Paraná no dia 6 e abril de 1869 pelo presidente da província o illustrissimo e excellentissimo senhor doutor Antonio Augusto da Fonseca.** Curitiba: Typographia de Candido Lopes, 1869.

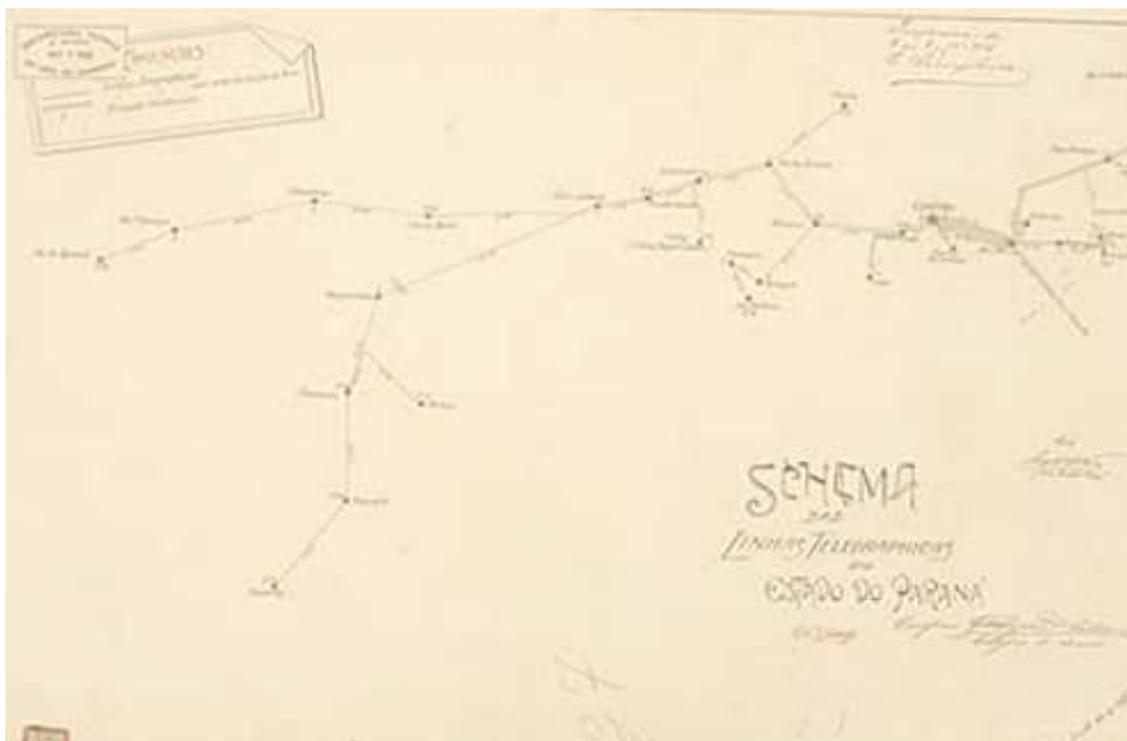


Figura 1: Projeto de uma rede de linhas telegráficas do Estado do Paraná, ano de 1907.

Fonte: Arquivo Histórico do Exército.

Além do problema do litígio acerca dos limites territoriais entre Santa Catarina e Paraná, verificam-se, na segunda década do século XX, intensos conflitos entre posseiros e forças estatais na chamada “Guerra do Contestado”.⁴ Durante os anos do conflito, o território contestado estava sob jurisdição catarinense, devido a uma ação ganha no Supremo Tribunal Federal – STF. Porém, o governo catarinense, conforme aponta Piazza (1994), não demonstra interesse com melhoramentos em infraestrutura e colonização, pois temia perder as somas investidas em decorrência das questões de jurisdição. Outro fato que deve ser levado em conta é em relação ao conflito do Contestado, pois gerava incertezas por parte do poder público catarinense quanto ao futuro da região em litígio.

Com o “Acordo de Limites” de 1916, através de intermediação do Presidente Da República Wenceslau Brás, emergem interesses de Santa Catarina em relação ao território anteriormente contestado com o Paraná. Os catarinenses ficaram com cerca de 70% do território contestado, margem espacial muito considerável considerando os interesses com a colonização de um espaço – descrito pelas narrativas – como “inabitável”. Enfim, é com a definição dos limites territoriais que o Oeste Catarinense se constitui como região e passa a

⁴ Sobre esta questão, ver: Espig e Machado (2008).

ser visto como imprescindível para o crescimento das receitas estaduais através da produção agrícola, arrecadação de impostos e efetivação de uma nova dinâmica comercial.⁵

2.2 Organização administrativa e desenvolvimento econômico no Oeste Catarinense

O “Acordo de Limites” de 1916 foi muito significativo para o desenvolvimento econômico de um espaço até então deficiente de investimentos públicos. É somente em 1917, com a criação de quatro novos municípios – Mafra, Porto União, Cruzeiro (atual Joaçaba) e Chapecó –, que o poder público lança esforços com o intuito de empreender um processo colonizador. A estruturação política e administrativa dos referidos municípios, com o estabelecimento das superintendências municipais, foram questões centrais para que o governo estadual começasse a por em prática uma política de colonização no sentido de preencher as ditas “áreas vazias”. Assim, explica-se o surgimento das empresas colonizadoras, responsáveis pela comercialização de terras visando a efetivar o estabelecimento dos colonos – migrantes gaúchos – na pequena propriedade.

Várias empresas colonizadoras foram instaladas no Oeste Catarinense, porém a mais importante delas foi a Companhia Colonizadora Bertaso, responsável pela colonização do chamado “Velho Município de Chapecó”. O Velho Município de Chapecó compreendia um espaço de aproximadamente 14 000km², conforme destaca Bellani (1991). Destacamos a Empresa Colonizadora Bertaso como a mais importante para o desenvolvimento social e o desenvolvimento econômico regional, pois o proprietário Ernesto Francisco Bertaso colocou em execução a ideia de construção de uma cidade – conforme os discursos de época – no “sertão do Oeste Catarinense”. Atualmente, a cidade de Chapecó se constitui como polo regional, conhecida nacionalmente como “Capital Brasileira da Agroindústria”, inclusive impulsionando o crescimento econômico de muitos municípios de menor expressão do ponto de vista material e populacional. Então, faz-se necessário entender a dinâmica histórica

⁵ Em relação à importância política e econômica do ano de 1916 para o Oeste Catarinense, ver: Piazza (1994); Bellani (1991).

responsável por Chapecó, até porque a construção da cidade foi efetuada através de uma política de planejamento urbano centrada em resultados de longo prazo.

Na história política do município de Chapecó, verificam-se vários deslocamentos da vila sede do município, logo após 1917. Para Cabral (1994), a vila sede foi fixada primeiramente em Passo Bormann, depois sendo transferida para a localidade chamada Xanxerê (antiga sede da Colônia Militar de Chapecó). Porém, em 1923, a sede voltou a ser instalada em Passo Bormann, retornando a Xanxerê no ano de 1930. Somente em 1931, ela se estabeleceu definitivamente na vila Passo dos Índios, atual cidade de Chapecó. Do ponto de vista dos estudos regionais, não foram desenvolvidos trabalhos sobre as razões políticas e/ou econômicas das várias mudanças. Logo, seria muito vantajoso o estabelecimento de pesquisas voltadas para as discussões dos reais interesses em disputa, procurando perceber se houve relações de proximidade política com lideranças da capital catarinense, por exemplo, decisões favoráveis as elites locais. O trabalho de Bellani (1990) é o que mais se aproxima de respostas em relação às perguntas anteriormente pontuadas. Em todo caso, seria interessante aprofundar as discussões a partir da ampliação em termos de análise das fontes da própria história local e estadual, conforme destaca Petrolí (2008). A figura 2 demonstra a localidade denominada de Passo dos Índios, no Oeste Catarinense.



Figura 2: Vista da localidade descrita como Passo dos Índios, possivelmente da década de 1910.
Fonte: Museu de História e Arte de Chapecó – MHAC.

Do ponto de vista político e administrativo, a partir de 1917, procurou-se criar as bases em termos de infraestrutura para que a colonização se tornasse possível como empreendimento rentável. O estabelecimento das superintendências municipais, a criação de comarcas, instalação de postos fiscais e forças policiais objetivaram, por parte do governo catarinense, garantir os elementos necessários para a manutenção da ordem pública em uma região descrita como inóspita, inabitável. É desta forma que compartilhamos da perspectiva traçada por Petrolí (2008) sobre a importância das instituições públicas no Oeste Catarinense.

O trabalho desenvolvido pelas companhias colonizadoras foi significativo, pois a colonização não consistiu apenas na comercialização de terras, pois se visava ao desenvolvimento da pequena propriedade agrícola, bem como das atividades industriais e comerciais. A questão que se coloca, no entanto, é a da construção da memória pública por parte dos colonizadores em virtude da exaltação do trabalho pioneiro dos gaúchos e do abandono político da região oestina por parte do poder público. Ainda de acordo com Petrolí (2008), os colonizadores trabalharam no sentido de desconstruir o valor das ações estatais, criando uma ideia de abandono público, por isso do isolamento político e econômico do Oeste em comparação com as demais regiões de Santa Catarina. O problema deste tipo de leitura histórica é a não problematização das fontes por parte da historiografia, pois muitos autores reproduzem os discursos através de uma enorme valorização por parte do trabalho dos colonos. Assim,

[...] torna-se profícuo refletir acerca da ideia de *trabalho*, presente no discurso local. O sentido da noção de trabalho está, sem dúvida, relacionado ao contexto político e social europeu do final do século XVIII. No Oeste, para o colonizador, o progresso só seria possível através do trabalho do colono; o trabalho é que construiria o progresso (PETROLI, 2008, p. 55).

No transcorrer das ações colonizadoras, torna-se evidente o sentido negativo atribuído às atividades de outros grupos étnicos, conforme aponta Renk (2006), como é o caso dos índios e caboclos. O auge das relações discriminatórias se deu nas décadas de 1930 e 1940, momento de difusão e aplicação do discurso homogeneizador de Getúlio Vargas, cuja pretensão era a de efetivar o progresso e a construção da nação através do trabalho e da própria unidade racial. É neste sentido que no Oeste de Santa Catarina as instituições públicas contribuíram de maneira significativa para a concretização do processo colonizador. Além das instituições citadas anteriormente, é importante realçar o papel das escolas primárias na região

de Chapecó, pois foram responsáveis pela padronização de comportamentos no sentido de civilizar os filhos dos colonos, principalmente de descendência italiana e alemã.

De todo modo, as instituições estatais desenvolveram ações significativas no intuito de desenvolver economicamente a região oestina. Agora, torna-se necessário analisar a história considerando as especificidades de cada momento. A história do Oeste de Santa Catarina, no período da chamada Era Vargas, revela toda uma dinâmica interna específica no que diz respeito à colonização. O “grito de Macha para Oeste” de Vargas contribuiu com os colonizadores para empreender maiores esforços na busca pelos migrantes. Como o Estado colocou em prática um discurso arrojado de concretização do progresso do interior do Brasil – mediante o movimento de deslocamento do Leste (litoral) para o Oeste (sertão) a marcha getulista poderia possibilitar investimentos de vulto no sertão do Oeste Catarinense. Por isso, como demonstra Petrolí (2005) e (2008), as críticas dirigidas ao abandono estatal em relação à região em questão são mais intensas durante os anos 1930 e 1940 devido à oportunidade – de possíveis investimentos – com a intensificação da colonização. A figura 3 mostra-nos uma das primeiras instituições de ensino do Oeste Catarinense na década de 1940.

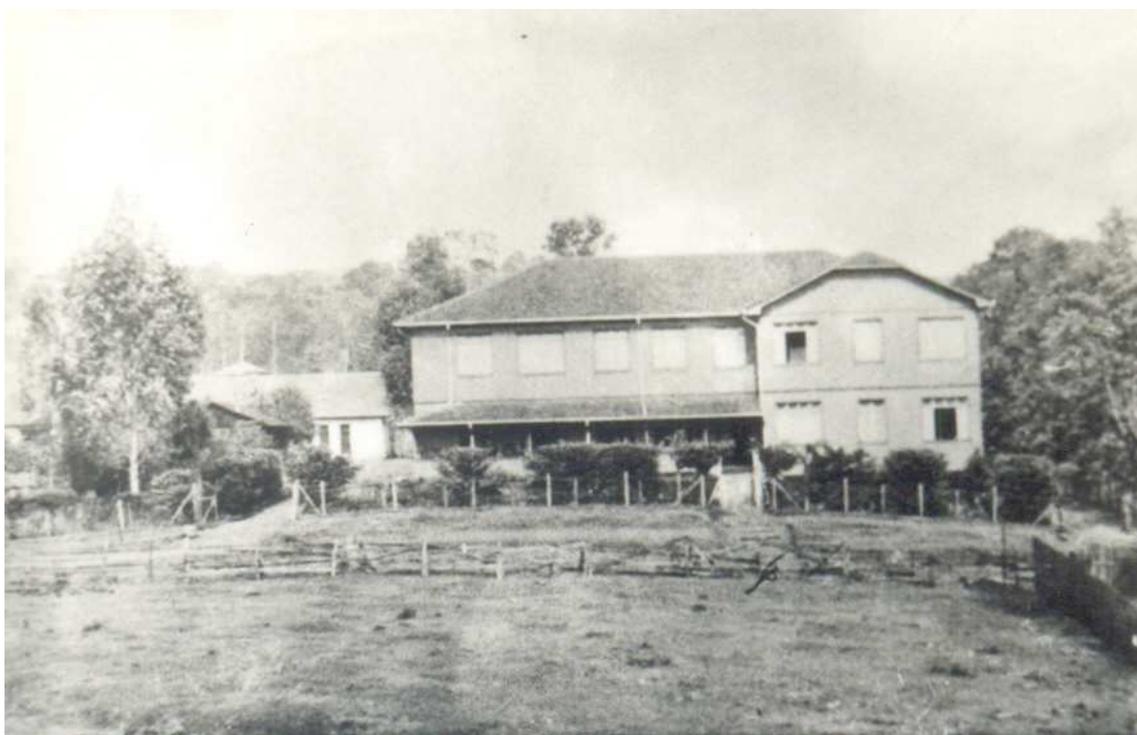


Figura 3: Colégio Bom Pastor, principal instituição de ensino da cidade de Chapecó, na década de 1940.
Fonte: Museu de História e Arte de Chapecó – MHAC.



Figura 4: Colégio na vila de Palmitos, cuja colonização foi efetuada praticamente com descendentes de alemães.
Fonte: Museu de História e Arte de Chapecó – MHAC.

Realçamos a necessidade de discutir de forma crítica a presença do Estado com investimentos na região Oeste, pois a realidade social existente no período anterior à colonização foi totalmente modificada. Assim, algumas indagações são irrevogáveis. Os habitantes que já estavam residindo no espaço dos até então denominados Campos de Palmas – como os índios e caboclos –, o que acontecerá com eles? Quais critérios foram utilizados para a realocação das propriedades rurais, constituída em grande parte por minifúndios? Qual foi o planejamento adotado na reestruturação do espaço? Ou melhor, houve planejamento nesta reestruturação regional?

É fundamental destacar que as referidas questões também faziam parte das indagações do Estado no sentido de promover a ocupação territorial do Oeste Catarinense. Porém, o poder público catarinense, a partir de 1917, investiu no desenvolvimento de políticas de migração.⁶ Evidentemente, deve-se considerar as relações com o centro econômico e político

⁶ Estas políticas estão intrínsecas por meio das fontes jornalísticas na estrutura da sociedade. Este fator é aparente no jornal **A Voz de Chapecó**, criado em 3 de maio de 1937. Tal jornal tinha como objetivo trazer a modernidade através da propagando jornalística, agindo na mentalidade e nas ações do povo oestino. Os meios

do Brasil, pois desde a época do império o Estado Brasileiro se preocupou com a ocupação e colonização do território.⁷ Agora, no período do Brasil República a política de colonização foi muito mais arrojada, principalmente na época do Estado Novo – 1937 a 1945 – de Getúlio Vargas, conforme nos mostra Lenharo (1986a). De fato, podemos descrever as ações estatais como políticas de agregação de poder na região, proporcionando, com isso, um reordenamento territorial, fazendo surgir novas vicissitudes regionais. As alterações socioeconômicas concretas levam uma população (direta ou indiretamente) a se colocar em movimento e que a sua direção é condicionada pelas possibilidades, reais ou não, de conseguir alguma melhoria da qualidade de vida.

Para concretizar o empreendimento colonizador, a população residente no Oeste Catarinense, constituída por indígenas e caboclos, foi recolocada em outras áreas de terras da região. Em muitas ocasiões, os relatos e a historiografia regional comentam que foram expulsas à força, ou artimanhas outras, como incendiar o rabo de corvos e dizer que era maldição que estava vindo pegar os caboclos e índios.⁸ Assim sendo, devemos considerar a dimensão da violência física e também psíquica no que diz respeito à população que ocupava o Oeste no período anterior à colonização.

Neste sentido, teremos dois pontos a serem analisados após a definição política do Oeste e o início do processo colonizador através de descendentes de alemães e italianos. O primeiro aspecto, ao qual compete ao cotidiano dos novos agentes sociais. Cotidiano este, constituído pelo modo de trabalho, pelos modos de vida, pelas relações de familiaridade, de sociedade. Enfim, características condizentes ao modo de vida existente na região em questão. A segunda ação compete às estratégias por parte do Estado em reordenar estes novos moradores no desenvolvimento econômico. No que concerne a Chapecó, verificam-se preocupações com o desenho da cidade, o direcionamento das atividades produtivas, os acordos comerciais, o traçado das ruas e a visão futurista dos homens que se preocuparam com o planejamento citadino. São questões importantes a serem contextualizadas, principalmente pelo fato de que as questões políticas foram preponderantes para determinada reestruturação espacial do Oeste Catarinense.

Lucia Lippi Oliveira, em seu dossiê, *Estado Novo e a Conquista de espaços territoriais e simbólicos*, indaga que a busca da conquista do Oeste é apresentada como realização de um destino: juntar o litoral e o sertão. “Juntar o corpo e a alma da nação”,

de comunicação agem no seio do povo chapecoense, trazendo não somente a informação, como também a interpretação dos acontecimentos em geral. Sobre a referida questão ver: Petrolí (2005).

⁷ Sobre as estratégias e interesses imperiais na promoção da colonização, ver: Machado (1999).

⁸ Sobre as características e o cotidiano dos caboclos e indígenas na região oeste, ver: Renk (2006).

explica a autora. As colocações de Oliveira (2008) são muito pertinentes para a análise da colonização do Oeste, pois discutem pontos fundamentais acerca de um projeto colonizador em termos nacionais. Indaga a ideia de que para Oliveira Vianna – um dos principais teóricos da Era Vargas – a anexação e a obtenção do território, a expansão para o interior, é destino que as elites litorâneas devem assumir. A necessidade que se coloca é a da integração do homem ao território, realizando um tipo de imperialismo interno. Percebem-se, deste modo, preocupações de Oliveira Vianna com a mudança do meio social brasileiro. As alterações na estrutura social e econômica se tornariam possíveis a partir “dos vários tipos sociais”, pela mudança de hábitos e comportamentos de uma população culturalmente heterogênea. Com isso, a emergência de novas configurações urbanas seria viabilizada.

É nesta perspectiva que todos esses ingredientes contribuem com a retomada das propostas de redivisão territorial a partir da década de 1930, com a própria implementação durante o Estado Novo. Foi com a Constituição de 1937 que se criou uma lei geográfica que concedeu, em 1939, ao futuro Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) o controle sobre a criação de municípios. A redivisão territorial foi realizada sob coordenação do IBGE em 1941. Seu autor, Fábio de Macedo Soares, membro do grupo fundador do IBGE, passa a explorar o conceito de ‘região natural’, para sustentar a divisão regional sugerida e implementada, a qual deveria englobar tanto aspectos físicos quanto econômicos. Sustenta, ainda, a ideia de que os parâmetros de conhecimento político para conhecimento ou domínio do território sempre se fizeram presentes na história.

Além da criação do IBGE, durante o Estado Novo de Vargas foi implementado o projeto político de Marcha para Oeste: um intelectual fundamental na difusão dos ideais da marcha foi, sem dúvida, Cassiano Ricardo. A referida afirmação decorre da sua defesa pela construção de um Brasil moderno e urbano, rompendo com o passado, ou seja, com o “atraso rural”, herança do domínio português durante o Brasil Colônia. Cassiano Ricardo, em *Marcha Para Oeste*, defende a incorporação do espírito bandeirante com o intuito de legitimar e promover a interiorização do Brasil. Mas uma interiorização não de acordo com bases agrárias. A ‘marcha’ rumo ao interior em busca da construção da modernidade, de um Brasil urbano industrial. Por outro lado, as considerações do autor sobre a ideia da noção de *Marcha Para Oeste* é muito importante. O intelectual estado-novista salienta, desta forma, a origem do nome de sua obra “Marcha Para Oeste”, e não “Marcha Para o Oeste”. *Para Oeste*, segundo Ricardo, quer dizer apenas em oposição ao litoral. Não se tratava, como hoje, do *Oeste do Brasil*. *Para um Oeste* sem saber até onde, *Para o Oeste*, depois, *Para o Oeste* já determinado. No primeiro caso o rumo; no segundo, a região. A unidade geográfica.

De fato, a concretização da Marcha para o Oeste era o cerne de um discurso nacionalista presente nos editoriais da imprensa oestina, principalmente do jornal *A Voz de Chapecó*, criado em pleno Estado Novo de Vargas, com o intuito de promover a colonização da região. Com a marcha, a unidade territorial e nacional se tornaria possível. Sobre a conotação política da marcha, compartilhamos das ideias de Alcir Lenharo (1986b). De maneira geral, o autor discorre sobre os objetivos das ‘cruzadas’ da Marcha Para o Oeste, seja em seu plano discursivo, ou em seu plano de justificativas administrativas, uma vez que a mesma proporcionou um magnífico exemplo de fabricação de ilustrações no sentido de estar voltado à importância das imagens e perspectivas de alcance de sentimentos enfocados na nação em marcha. Tal importância veiculada em estabelecer imagens veio na virada do ano novo de 1938, e nos anos seguintes. A Marcha Para o Oeste foi calcada propositalmente na imagem da Nação que caminhava pelas próprias forças em busca de sua concretização econômica e social.

Ainda para Lenharo (1986b), as imagens são importantes no arcabouço dos incentivos da marcha. Como destaca o intelectual estado-novista Cassiano Ricardo, a respeito da importância da utilização de imagens:

[...] existem duas razões que justificam a predileção incurável pelas imagens. Primeiro porque a imagem é um processo democrático de expressão. Segundo porque a imagem fala mais ao sentimento do que a razão, e o Brasil é uma democracia sentimental. O sentimento democratiza os homens pela solidariedade, caminhando para todos os lados da planície social. Enquanto o indivíduo pensa, o maior número sente. Só a imagem, pois, convence o povo, em nossa democracia sentimental. Uma imagem vale cem vezes mais do que um argumento. (RICARDO, 1970, p. 499-500).

Os discursos difundidos por Getúlio Vargas e a elite intelectual a ele associada inserem elementos que perseguem a confecção da imagem da Nação em movimento, rompendo com os aspectos geográficos do ‘vazio’ territorial brasileiro e até mesmo do passado colonial português. Além disso, o imenso poder extrativo, principalmente quando interligado com o ouro, pode fazer vislumbrar uma imensa zona de indústrias e respectivamente de progresso. Portanto, “[...] a conquista da brasilidade seria ultimada através da interiorização do país: o verdadeiro sentido da brasilidade é a marcha para o oeste”. (LENHARO, 1986b, p. 71).

Através desta ideia de ‘brasilidade’, a Marcha Para o Oeste agiu como construtora da nacionalidade. “Marchar para o centro”, para o oeste, não significa somente uma trajetória de regeneração em que a pureza do sertão está submetida ao litoral. Do ponto de vista simbólico, como salienta Lenharo (1986b), o litoral como representação da nação em marcha, de quem o sertão receberá sua riqueza material e cultural. Assim, como cita o referido autor, irá se juntar a melhor materialidade do litoral com a pureza harmoniosa do sertão, fundadores assim da nossa qualidade de Nação.

Poder-se-ia dizer que, os anos 1930 e 1940, foram os mais significativos em termos de expansão e colonização do interior do Brasil. Ao forjar a ideia de unidade territorial e nacional, o Estado Brasileiro objetivou transformar classes sociais regionalizadas em classes nacionais, exigindo que todas as questões políticas, sociais e econômicas fossem encaradas como questão da nação. Eliminar os ‘vazios demográficos’, fazendo com que as fronteiras econômicas coincidissem com as fronteiras políticas, fez parte do arcabouço ideológico implementado por Getúlio Vargas. É por isso que o período da Era Vargas foi o mais significativo para o Oeste Catarinense, devido à dinâmica – diferenciada – do processo colonizador.

Além das questões anteriormente abordadas, torna-se vantajoso discorrer sobre a contribuição dos irmãos Villas Bôas no empreendimento nacional de conquista do interior do Brasil. Orlando Villas Bôas, em entrevista cedida ao ‘Rota Brasil’,⁹ fala sobre a origem e sobre o sentido da Marcha Para o Oeste, fala também sobre o seu interesse ao fazer parte da Marcha juntamente com seus dois irmãos, Cláudio e Leonardo. Orlando relata que, motivados pela campanha publicitária sobre a Macha para o Oeste, ele e seus dois irmãos ficaram atraídos a participar também daquela ‘aventura’. A família havia se mudado de Botucatu para a capital há pouco tempo, mas uma sucessão de tragédias os deixou órfãos, o que também serviu de estímulo para a partida rumo ao interior.

Acostumados com a vida no campo – o pai era fazendeiro – acreditavam que não teriam dificuldades em ser aceitos naquele exército expedicionário. Alguns pontos, porém, pesavam contra os Villas Bôas: sabiam ler e escrever. E foi este o motivo alegado para que os três irmãos fossem recusados quando se apresentaram pela primeira vez, na cidade de São Paulo. Considerados “educados demais para a vida no sertão”, logo foram descartados.

Inconformados com a decisão negativa decidiram partir para a dura vida sertaneja. Durante quase um mês, deixaram crescer barba e bigode e tomaram banhos de sol

9 Fonte: Rota Brasil Oeste. Disponível em <http://www.brasil Oeste.com.br/marcha-para-o-oeste>, acesso em 12 de set. de 2012.

diariamente. Voltaram ao local de alistamento e se declararam analfabetos. Com a pele escura e barbas fartas, foram aceitos e passaram a fazer parte da Expedição Roncador-Xingu. Eles jamais imaginariam que estavam iniciando uma viagem que mudaria suas vidas e que seria importantíssima para a preservação de diversos povos indígenas. Jamais imaginariam que iriam passar 35 anos no coração da selva.

O discurso da marcha despertou o interesse da juventude, que via a possibilidade de um futuro melhor. É deste modo que os colonizadores, no Oeste de Santa Catarina, buscaram exaltar as possibilidades de conquistas de bens materiais, assim como de ajudar para a construção da Nação Brasileira. Logo, a imprensa escrita desempenhou uma importante função, na medida em que despertava a atenção da sociedade através de imagens e/ou propagandas, enaltecendo as vantagens de conquistar o espaço do Oeste Catarinense e o que nele existia. Ora, o ‘eldorado’ estaria nas mãos de quem tivesse vontade e anseio de fazer parte da Nação em Marcha, em busca de sua unidade, enfim, do progresso.

Com efeito, Petrolí (2008) fala sobre a importância das fontes jornalísticas para a compreensão da estrutura da sociedade oestina. O mesmo exalta a questão do periódico *A Voz de Chapecó*. O referido jornal tinha como objetivo tornar possível a modernidade através da propaganda jornalística, agindo na mentalidade e nas ações do povo chapecoense. Aponta o autor que, *A Voz de Chapecó* objetivou trabalhar com afinco no seio do povo, oportunizando não somente a informação, como também a interpretação dos acontecimentos em geral. Contribuiu, assim, com a emergência de novas subjetividades, diante das vontades pela concretização da modernidade.

De todo modo, torna-se importante traçar um paralelo com fontes que contemplem um conjunto maior de problemas. Ora, até os anos 1940, segundo Orlando Villas Bôas, o interior do Brasil era praticamente desconhecido. Muitas informações circulavam por meio dos relatos históricos sobre os bandeirantes, dos quais se faziam presentes muitas dúvidas acerca da veracidade das narrativas. Na época da Era Vargas, era comum ouvir falar em índios devoradores de gente e uma completa selva, cheia de bichos selvagens prontos para atacar.

Por isso da necessidade da interiorização do país, da conquista do “sertão inóspito”. Poder-se-ia afirmar que, naquela época (décadas de 1930 e 1940), os habitantes do Brasil estavam concentrados nas áreas litorâneas e viam o interior do próprio país como algo exótico. O “Oeste” não passava de uma enorme e inexplorada mancha na geografia brasileira.

É fundamental enfatizar que o Araguaia e seus afluentes proporcionavam a última barreira natural para o então sonhado progresso civilizatório que massacrava índios desde os tempos dos ‘descobrimientos’. Às margens da floresta Amazônica, viviam dezenas de povos

até então desconhecidos. Orlando Villas Bôas comenta que o Oeste brasileiro era classificado como um imenso vazio demográfico e precisava ser ocupado o mais breve possível, uma vez que:

Naquela época, o mundo tava em Guerra e levantou na Europa a perspectiva de espaço vital; a Europa estava super povoada. Então falava-se em ocupar os vazios do Brasil central com as populações excedentes da Europa. Um cidadão, grande político Europeu, não sei se francês, declarou que já estava na hora de ocupar os vazios do Brasil central com a população excedente da Europa.¹⁰

O Presidente do Brasil, Getúlio Vargas, em decorrência do referido fato e sabendo que os preceitos de ‘espaço vital’ estavam ganhando repercussões cada vez maiores na Europa, fez um sobrevoo na região do Araguaia a convite do então governador de Goiás, Pedro Ludovico.

Ao ver uma imensa floresta intocada, cercada por rios, afluentes, subafluentes e uma imensa faixa de mata, ficou espantado e concluiu que seria o Branco do Brasil Central.

A partir daquele momento, o presidente propôs ao ministro de Mobilização Econômica, João Abertto Lins de Barros, proporcionar a ocupação e a integralização do interior. Desta forma, nasceu a Fundação do Brasil Central, FBC. Em seguida, foi anunciada a criação da Expedição Roncador-Xingu, cujo objetivo era ser ponta de lança do avanço progressista, com a função de mapear o centro do país e abrir caminhos que ligassem a região ao resto do país.

É importante salientar, principalmente após as estratégias adotadas por parte do Estado, na busca do domínio territorial do Oeste brasileiro, que as percepções de domínio territorial são produtos de uma dada época e que os preceitos de abrangência da construção de uma nação moderna estão relacionados com o domínio do espaço territorial.

Estas discussões são imprescindíveis para a análise das transformações espaciais no Oeste Catarinense, pois as questões locais estão totalmente relacionadas com o contexto mais amplo, ou seja, da busca pela construção da nação. De fato, o Oeste Catarinense passou por mudanças estruturais e paisagísticas, tanto na delimitação quanto na conjunção para consolidação e do próprio espaço citadino. Como enfatizado anteriormente, torna-se necessário ressaltar o papel do Estado, bem como das ações dos próprios colonizadores. A

¹⁰ Fonte: Rota Brasil Oeste. Disponível em <http://www.brasil Oeste.com.br/marcha-para-o-oeste>, acesso em 12 set. de 2012.

partir destas considerações, torna-se possível compreender a emergência e consolidação das transformações da objeção da cidade, assim como das mudanças rurais: as transformações na produção agrícola e a constituição do espaço citadino como necessidade. Como iremos destacar no último capítulo, não podemos dissociar o espaço urbano do espaço rural e vice-versa, pois são duas noções que se complementam.

É importante considerar que as madeiras existentes no Oeste Catarinense apresentavam-se imponentes em virtude das circunstâncias geográficas da região. O que de, certa forma, é esse dado recurso extrativo e juntamente com o bom solo existente, que transformou o território oestino.

Mudanças estas que propuseram a diferenciação do conceito de “elementos naturais” para o conceito de “recursos naturais”. Assim, o espaço não é mais um setor, um compartimento do sistema econômico. O espaço passa a ser visto como um organismo vivo, que precisa de planejamento para se adequar às urgências do mercado, assim como de seu potencial endógeno. De qualquer forma, outra questão que se coloca quando analisados os fatos relativos ao domínio territorial é a problematização das premissas relativas às incumbências espaciais condicionadas pelas relações de poder.

O governo estadual, através das ações empreendidas pelas companhias colonizadoras, estipulou metas a serem alcançadas em termos de crescimento regional, sendo que a principal iniciativa federal para a uma maior supervisão da região ocorreu em 1941, através da criação do Instituto Nacional do Pinho – INP. A consolidação deste órgão dá-se em meio à necessidade da administração federal controlar – inclusive por meio da cobrança de impostos – a exportação, importação e estratégias econômicas acerca das questões relativas a exploração madeireira.

É importante dar uma atenção à parte para a criação do Instituto Nacional do Pinho (INP), uma vez que por meio deste órgão houve a disciplinarização econômica da atividade madeireira na região. As empresas colonizadoras e o governo começaram a olhar a floresta (principalmente de pinhais) como algo esgotável. Em nenhum momento anterior, tinha-se o pensamento em restituir as florestas abatidas. As criações de vários parques florestais foram prova de que a preocupação viria posteriormente.

Porém, ressaltam-se algumas características desta economia. A primeira embassa-se na premissa da dificuldade do Instituto Nacional do Pinho (INP) em supervisionar a madeira exportada para os países platinos, já que boa parte da madeira embarcada nas balsas não estava contabilizada pela a referida instituição estatal. A segunda está no fato da existência de relações de interesses entre medeiros e o corpo diretivo estadual e federal. Fato este que

viria a contextualizar sobre a veemência do Instituto Nacional do Pinho (INP) quanto à sua transparência. Por último, a terceira característica diz respeito ao pensamento relativo ao espaço. A esgotável fonte florística estaria por decadência e a migração gaúcha assentava-se cada vez mais. Estes fatos farão com que haja um segundo plano em nível econômico. Ou seja, o desenvolvimento não estaria somente na madeira, como também no melhor aproveitamento do espaço como um todo.¹¹ “Quem quer possuir terras, nelas não poderá tocar senão após a elaboração de um plano, sua aprovação oficial e controle do trabalho” (Anuário Brasileiro de Economia Florestal, 1951, p. 109-110).

A interdisciplinaridade para debater temas referentes ao espaço e seu uso, sem dúvida, são questões extremamente essenciais. Pensamos neste quesito, discorrer sobre alguns pressupostos da relação entre o homem e ambiente circundante. Partimos do pressuposto definido por Donald Worster (1991) em que o mesmo discorre sobre a importância de se manter a distinção entre natureza e artefato. Ou seja, entre o mundo não humano (o mundo que não criamos originalmente) e o ambiente construído. Nesta questão, destacamos como fundamental para o trabalho a problematização do ambiente construído pelos colonizadores. As vontades e anseios se fizeram sentir no Oeste a partir do comprometimento de homens que queriam proporcionar o desenvolvimento e progresso da região. Ora, no Oeste, na perspectiva dos próprios discursos dos colonizadores difundidos através da imprensa¹² está muito presente a ideia de que sempre faltaria alguma coisa para a modernidade ser concretizada. Em todo caso, a modernidade viria justamente com o crescimento econômico e social, sendo que o parâmetro para se chegar a determinado patamar seria proporcionado com a colonização da região.

Relacionando o homem e suas concepções com o meio ambiente, torna-se importante dialogar com Keith Thomas (1988), já que o mesmo procurou compreender as relações e o pensamento dos ingleses com a mata na Velha Inglaterra agrária. Thomas enaltece que na Inglaterra estavam muito presentes as concepções de que tudo o que Deus fez foi para o benefício do homem.

Foi a partir da Idade Moderna que na Inglaterra ocorreram mudanças de concepções, sendo que as árvores passaram a ser veneradas por seu tempo e sua vicissitude. As árvores eram memórias resistentes ao tempo. Os carvalhos e os cedros constituíam uma forma viva para os ingleses, já que deixar às árvores era uma forma de ver a continuidade do tempo expressa naquele carvalho. Essa percepção dos ingleses na atitude e visões da natureza,

¹¹ Para maiores esclarecimentos relativos aos embargos do Instituto Nacional do Pinho, ver: Golo (2008).

¹² *Jornal A Voz de Chapecó*, *Jornal A Voz do Oeste*, *Jornal Folha D' Oeste*, *Jornal O Imparcial* e *Jornal do Povo*.

evidenciadas por Keith Thomas, nos mostra as mudanças de paradigma relacionados do homem com o meio ambiente.

É profícuo salientar que o planejamento citadino está estreitamente relacionado e dependente da estabilidade econômica das áreas rurais. Por isso da necessidade de obtenção de um nível maior de produtividade agrícola, além da questão do extrativismo vegetal. As atividades econômicas desenvolvidas no mundo rural davam suporte ao crescimento comercial e urbano das cidades oestinas, mais especificamente de Chapecó, projetada para ser um polo econômico regional.

De fato, o município de Chapecó atraía novos moradores e incentivava a derrubada das matas para o plantio e/ou uso da terra. A mata, neste sentido, não representava maiores lucros se estivesse no caminho. As propagandas até ressalvam que Chapecó precisa desbravar as terras, tirar a madeira existente e desenvolver a região. Não se pensava, ou não se previam medidas em desenvolver técnicas que respeitassem a lei de preservação ambiental, além da inexistência de incentivos em relação a um maior desenvolvimento econômico aliado a um planejamento ambiental. A derrubada das matas, comprovada até mesmo pelas propagandas jornalísticas, é aliada ao progresso, mas um progresso sem prévia medida de controle.

As propagandas jornalísticas em Chapecó tomam a atenção dos leitores através de propagandas de diferentes revendedores, oferecendo o que mais o cidadão quer e/ou precisa para derrubada dos pinhais, enaltecendo sempre a potência dos tratores. Logo, estes discursos foram produzidos e difundidos devido a certas circunstâncias históricas muito peculiares, nos anos 1950, época da ideologia do desenvolvimentismo econômico. A figura 5 a seguir revela, por um lado, os meios tecnologicamente modernos e eficientes na derrubada da mata e, por outro, a intenção em conquistar através da força e imponência novos compradores. Proporcionando através da imagem não somente a importância do trator, mas também a transformação do espaço para imersão de atividades econômicas.



Figura 5: Propaganda para venda de tratores. Cópia da Biblioteca Municipal de Chapecó.
Fonte: Jornal Folha D'Oeste, 05 de Setembro de 1969.

Relacionando as transformações do espaço e dos agentes que dele faziam parte – no contexto específico do Oeste catarinense –, é inevitável a predileção do anseio da sociedade, evidenciada através de algumas propagandas, como mostra na figura 6, contextualizando sobre o que seria mais próprio produzir “milho ou mato?”.



Figura 6: Propaganda indagando sobre o que seria melhor deixar na terra, milho ou mato.
 Fonte: Jornal O Imparcial, 5 de abril de 1959, p. 3.

O ‘mato’ faz parte das representações em torno da própria construção do Oeste Catarinense, sendo que ele é retratado como prerrogativa negativa, já que não oferece rendas maiores do que o plantio de milho. Mas salientamos a ideia de que para poder plantar o milho seria preciso limpar o que estava no solo, ou seja, as matas. Essas, por sinal, cada vez mais iam sendo desbastadas para proveito do solo, tanto para o cultivo de cereais, cuja dimensão vinha se ampliando em virtude do crescimento demográfico e comercial, como para a consolidação cada vez maior de uma cidade polo - Chapecó. Não é à toa que o Oeste é posto como o ‘Celeiro do Brasil’.¹³

Por isso, a imprensa escrita de Chapecó explicita – discurso muito presente ao longo dos anos 1950 e 1960 – a importância e urgência do plantio, destacando a charge com o intuito de despertar a atenção de que o futuro regional dependeria da produção rural, ou melhor, das inovações tecnológicas promovidas nas atividades agrícolas. Para a referida

¹³ O Jornal **Folha D’ Oeste**, de 24 de Setembro de 1967, p. 12. Traz a notícia “Somos ou Não Somos o Celeiro do Brasil”. Cotejando sobre a supremacia não somente do território oestino, como também do profícuo solo propício para o plantio.

propaganda jornalística, da terra nasce a riqueza. O governo visava estimular a ideia de lucratividade por meio da ampliação de técnicas agrícolas.

Acaricie seu chão com um trator. Em troca ele produzirá o dobro. O Governo financia, com juros reduzidos e em longo prazo, a aquisição de implementos agrícolas. Alimente a terra. Com fertilizantes. Com mudas e sementes selecionadas. O Governo também lhe oferece crédito para isso. Plante. Existem 90 milhões de brasileiros para consumirem a sua produção. Não se contente. Também existe o mercado exterior, que o Brasil quer conquistar. Participe desta conquista. Isso dá dinheiro. A riqueza está no chão. Plante.¹⁴

Como vimos, as estratégias e ações governamentais foram fundamentais para as transformações espaciais no Oeste Catarinense, tanto do ponto de vista rural quanto urbano. O comércio e a própria vida cidadina ficavam na dependência de novas configurações em termos de produção agrícola. Logo, entendem-se os motivos da afirmação dos colonizadores de que “colonizar não é apenas vender terras”.

2.3 Novas dinâmicas espaciais: a emergência do êxodo rural

A partir dos anos 1970, emergem novas condições econômicas e políticas no Oeste Catarinense. Coloca-se, nesse contexto, a consolidação da cidade de Chapecó como “Capital Brasileira da Agroindústria”. Percebe-se, com isso, a validade do discurso dos colonizadores em termos práticos no que concerne a dinâmica da pequena propriedade. Mas diga-se de passagem, a pequena propriedade quase na totalidade mecanizada, possibilitando novas configurações sociais e espaciais, como a questão do êxodo rural.

Analisando sobre os processos migratórios, Abramovay e Camarano (1997) nos colocam de que analisar esses processos sob a ótica das transformações socioeconômicas que os determinam é importante. Porém, é insuficiente. A migração, para os autores, é um recurso que se encontra à disposição dos indivíduos na organização de suas vidas. Ela não pode ser

¹⁴ Jornal **Folha D'Oeste**, 05 de setembro de 1970 – nº. 26 – Ano VI – pág. 12. Cópia do acervo da Biblioteca Pública de Chapecó.

encarada como o simples e passivo resultado de fatores objetivos que a determinam de maneira inelutável, mas também como produto de uma decisão.

É necessário pensar o êxodo rural a partir também de questões intrínsecas à própria organização interna das unidades familiares de produção, tais quais, sucessão, herança, gestão da propriedade, dentre outros fatores. É desta forma que a pesquisa não se limita à análise dos fatores estruturais e/ou conjunturais, evitando absolutizar o fenômeno do êxodo rural. Mas sim considerá-lo como um traço imanente à própria noção de desenvolvimento. Fator este que é salientado por alguns estudiosos do meio rural como Abramovay e Camarano (1997).

No entanto, cabe aqui refutar e averiguar também sobre essa ideia de desenvolvimento. O desenvolvimento proposto em escala nacional, respaldando o Oeste é ainda muito discutido nas escalas acadêmicas. Seguem-se assim as ideias propostas por José de Souza Martins (1994) em que ele contempla sobre a dualidade de crescimento e do desenvolvimento.

Para o autor, quando se fala em bloqueio ao crescimento econômico do Brasil, é impossível não reconhecer a sugestão da precedência do econômico em relação a outras dimensões da vida social. Contempla ainda que o Brasil, depois de trinta anos (começando nos anos 1950 e perdurando até o Golpe Militar de 1964) de captura do desenvolvimento pela ideologia do crescimento, é no mínimo instigante que venhamos nos colocar os mesmos problemas, a reconhecer que três décadas de crescimento apenas repõem o tema e o problema original: o não desenvolvimento no crescimento.

Comenta ainda José de Souza Martins que a analogia entre crescimento e desenvolvimento não é uma preocupação nova. Retrospectivamente, Fernando Henrique Cardoso, no início de sua carreira acadêmica, na segunda metade dos anos cinquenta e no início dos anos sessenta, fizera, justamente, um competente exame das condições sociais e políticas do primeiro grande desbloqueio da história contemporânea, representado pela abolição da escravatura.

Cardoso (1961) trabalhou a hipótese de que a acumulação de capital gerado na execução do trabalho escravo entrara em contradição justamente com essas mesmas relações de trabalho. Daí a necessidade de abolir o escravismo. A questão que preocupou Cardoso foi a de saber quem poderia protagonizar as mudanças sociais potencialmente contidas naquela situação. E quem de fato as protagonizou. Seu interesse pelo estudo das elites está diretamente relacionado com as questões que essa indagação propunha.

Segundo Martins (1994), nesta mesma época (fins da década de 1950 e início dos anos 1960), Florestan Fernandes, de quem Cardoso era assistente, também se preocupava com o

tema. São dessa época seus estudos sobre o que então se chamava de “resistência social à mudança”. Florestan discutia a questão do desbloqueio, da superação dos constrangimentos ao desenvolvimento e à modernização no âmbito das classes subalternas, das populações pobres, rurais e urbanas, cujas dificuldades à inserção no mundo moderno decorriam de uma socialização desfavorável à mudança.

Já Octavio Ianni (1963) trabalhou criticamente, em vários textos, a concepção de crescimento. E propunha que a concepção de desenvolvimento (econômico e social) era mais rica e abrangente do que aquela. Ianni sugeria a concepção dialética do desenvolvimento (histórico) que levasse ao exame das contradições estruturais (e, portanto, políticas de classe) que erguiam obstáculos às transformações da sociedade brasileira.

Neste sentido, é importante salientar que o fator econômico é pensado nesta primeira análise como um dos processos. Talvez o mais influente. Mas cotejamos também as questões políticas e sociais. Portanto, quando indagamos sobre a migração para o Oeste Catarinense e os conflitos gerados pelo acesso e permanência a terra, estamos nos referindo a questões recentes. Questões que remontam a menos de um século. A maioria das fontes, materiais e discursivas estão à disposição. Pessoas que vieram do noroeste do Rio Grande do Sul, buscando seu ‘eldorado’, e que ainda possuem falas fluentes. Fato este que a historiografia regional está se esbaldando em catalogar e escrever os diversos depoimentos.

Desta forma, contextualizando sobre o Oeste, como sendo uma região politicamente recente, e possuindo transformações tecnológicas que abarcam as transformações como um todo. Mudanças que foram acarretadas também pelo êxodo rural, como sendo um processo em que possibilita melhores condições de vida. No Sul do país, uma das causas do êxodo rural e sua intensificação está relacionada à chamada modernização da agricultura, causando o que Lauro Mattei (1998) chama de efeito perverso de um desenvolvimento agrícola que esteve assentado na especialização e centralização da produção, na produção intensiva e no domínio dos recursos naturais. Este processo resultou, para Mattei, em profundas transformações na base técnica e socioeconômica da agricultura, especialmente a partir do período que vai de meados da década de 1960 até a década de 1980. Através destas mudanças, o setor agrícola passou a incorporar os chamados insumos modernos ao seu processo produtivo, tecnificando e mecanizando a produção e integrando-se aos modernos circuitos de comercialização.

Para Mattei estas características constituíram-se nas particularidades de um modelo de desenvolvimento que se baseou no modelo norte-americano.

Assentou-se nos princípios da revolução verde, que se pautou pela obtenção de ganhos de produtividade, via incorporação de novos fatores de produção - uso de sementes melhoradas, adubos químicos, agrotóxicos e maquinaria agrícola -.

Tal dinâmica levou ao aumento da produção pelo crescimento da produtividade, rompendo o núcleo dinâmico do modelo de crescimento extensivo da produção até então vigente, agora circunscrito às zonas de fronteira agrícola.

No entanto, essas “inovações” no setor agrícola e respectivamente o sucesso da “modernização da agricultura” no aumento da produção e da produtividade, foram acompanhadas de impactos negativos, tanto do ponto de vista social quanto ambiental. É o que comenta Hoffman (1989). Se de um lado, estas inovações, contribuíram para a elevação da renda média e redução da pobreza absoluta, por outro, ao privilegiar determinadas regiões, produtos mais dinâmicos (principalmente de exportação) e agricultores mais capitalizados, associou-se fortemente ao aumento de desigualdade distributiva, estando, assim, relacionada com o aumento das disparidades de renda, com a intensificação do êxodo rural e com a deterioração da qualidade de vida da população trabalhadora do campo.

Os impactos, que são considerados efeitos perversos, uma vez que colocam em questão o crescimento agrícola enquanto promotor do desenvolvimento rural. A modernização da agricultura precisa ser garantida como qualidade de vida, e não agregando desigualdades sociais.

Diante deste novo cenário, os sistemas produtivos foram compelidos a se reorganizarem e a passarem a se orientar pelo aumento da competitividade através da redução de custos de produção, provocando uma grande reestruturação tecnológica, que ampliou consideravelmente a produtividade e redimensionou a utilização dos diversos fatores de produção. Além disso, a adoção de políticas restritivas de crédito e consumo teve, como uma das suas consequências, uma queda bastante acentuada do preço da terra.

A conjunção desses fatores contribuiu para que cada vez menos agricultores se mantivessem em condições de competitividade no mercado. O quadro de crise econômica na agricultura agravou-se, refletindo-se em grande perda de renda dos agricultores e em crescente dificuldade de viabilizar economicamente uma boa parcela das unidades produtivas.

A ação conjunta desses fatores gerou um quadro de descapitalização para significativa parcela dos estabelecimentos agrícolas, refletindo-se na intensificação do êxodo rural e regional, na dificuldade de criar oportunidades de trabalho e de viabilizar a pequena propriedade.

O modelo de desenvolvimento agrícola não cumpriu o seu papel de promotor do desenvolvimento rural, ocorrendo nos últimos anos uma radicalização tanto dos seus pressupostos quanto dos seus impactos, o que tem levado a se repensar o espaço rural em seu conjunto. É nesse contexto que se insere a reflexão sobre a migração rural no Oeste Catarinense, a qual não é uma simples contrapartida do desenvolvimento, cuja tendência natural seria o próprio esgotamento. A desruralização ou, ainda, o esvaziamento social e econômico do meio rural Oestino tem-se constituído num processo que vem ameaçando o próprio desenvolvimento socioeconômico da região. Para onde caminha os setores agrícolas, ou o rural? Quais são suas saídas enquanto possibilidades de desenvolvimento? Estas indagações correspondem não somente as premissas regionais do Oeste Catarinense, mas, do Brasil. Desta forma, tentemo-nos discorrer perante tais contextualizações.

CAPÍTULO 3

3 TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS NO OESTE CATARIENSE:

A VIABILIDADE TÉCNICA E MATERIAL DA CIDADE DE CHAPECÓ

3.1 Vicissitudes ligadas à cidade: subjetividade e prática discursiva

Incluso si al individuo le es posible compensar con la energía y la suerte la mediocridad de partida, siempre será indispensable que un pueblo se lance con todos sus recursos a esta aventura entre historia y leyenda, entre sol y nieve, entre metales y onda, entre trabajo y juego, entre necesidad y fantasía, que puede llegar a ser su vida en el umbral de esta nueva era (LEFEBVRE, 1978, p. 123).

É necessário pensar a cidade não somente como um objeto estático, imóvel, mas sim a partir de controvérsias, de indagações, de vivências e, acima de tudo, de comportamentos expressos por meio de alguns segmentos, como a economia, a política e a cultura. Procuramos compreender à ‘cidade’ como construção, no tempo e no espaço. Para a análise aqui pretendida, torna-se importante cotejar alguns autores específicos, cuja discussão é vital para problematizar a ‘cidade’ enquanto categoria de análise, ou seja, não nos deteremos em uma determinada temporalidade e espacialidade. Pelo contrário, buscaremos trazer para o debate algumas discussões que consideramos essenciais para pensar a cidade na qualidade de objeto de estudo.

De fato, neste capítulo, priorizamos a discussão em relação à produção do espaço citadino e tentaremos mostrar como é possível compreender essa produção a partir de uma

determinada perspectiva de análise. Dessa forma, não distanciamos o econômico enquanto fator preponderante de análise a respeito das objeções da cidade, mas inserimos outros elementos para o debate, que consideramos essenciais nas características das conjunturas ligadas, problematizadas e decorrentes a respeito da cidade. Dessa forma, acreditamos ser possível e extremamente viável, pensar a cidade a partir da questão da subjetividade e das relações de poder.

Seria possível dizer que todas as questões e questionamentos em relação à cidade e ao cada vez mais comentado “problema urbano” – questões relativas à segurança, habitação, saúde pública, trabalho, etc. – não são pensadas e elaboradas aqui como problemas exclusivos da ‘globalização’, mas por múltiplos fatores, ou melhor, o problema urbano é um problema global, mas também local. Sendo construção cultural, a cidade foi normalizada, disciplinada, construída através das relações de poder. Esse poder está no Estado, mas é, acima de tudo, um poder capilar, presente nas ações de engenheiros, arquitetos, urbanistas, políticos, etc.

Portanto, pensamos a cidade do macro para o micro e do micro para o macro o tempo todo, percebendo o global, mas também o local, as especificidades históricas de cada momento e espaço e, nessa perspectiva, emerge a recusa em pensar a cidade somente em termos de globalização, da superestrutura como fator determinante das infraestruturas econômicas.

Para problematizar a cidade em termos culturais, torna-se relevante uma discussão em torno da importância da própria noção de cultura, uma vez que consideramos o elemento cultural importante na constituição do espaço citadino. Nesse sentido, um diálogo com Stuart Hall (1997) é profícuo na medida em que nos possibilita perceber como e por que a cultura é central na contemporaneidade. Hall, escrevendo no final do século XX, afirma que, por bem ou por mal, a cultura é agora um dos elementos mais dinâmicos – e mais imprevisíveis – da mudança histórica do novo milênio. O autor acrescenta, ainda, que não nos deve surpreender, então, que as lutas pelo poder sejam, crescentemente, simbólicas e discursivas, e que as políticas assumam progressivamente a feição de uma política cultural. (Idem, p.20)

Apropriamo-nos das palavras de Hall no intuito de trazer outros autores para esta discussão. Sem dúvida, podemos discorrer sobre a temática da cidade, levando em conta a questão do discurso e do simbólico. Pierre Bourdieu (1989) traz à baila a questão do simbólico. De acordo com o autor, o poder simbólico é um ‘poder invisível’ que foi de valiosa importância na formação e constituição da cidade na história.

“(...) num estado do campo em que se vê o poder por toda a parte, como em outros tempos não se queria reconhecê-lo nas situações em que ele entrava pelos olhos dentro, não é inútil lembrar que (...) é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (Idem, p. 7-8)”.

Podemos estabelecer um paralelo nessa problematização da cidade em que se percebe a relevância do discurso e do simbólico nas representações em torno do espaço citadino. Richard Sennett (2003) abre caminhos para compreensão de muitos problemas atuais em torno da cidade. O autor se remete à experiência corporal do povo, no Ocidente, para discutir a constituição da cidade, priorizando em suas argumentações a questão dos sentidos, de como fomos moldados para responder a uma determinada urgência e como fomos sendo privados de sentido ao longo da história. Sofremos hoje, segundo Sennett, de uma “privação sensorial”, uma privação dos sentidos na vida cotidiana dentro do espaço citadino. A questão do poder é também central para esse autor. Enfim, poder e cidade são indissociáveis na análise de Sennett: “a cidade tem sido um *locus* de poder, cujos espaços tornaram-se coerentes e completos à imagem do próprio homem”. (Idem, p. 24).

Nesse sentido, compreendemos que uma análise cultural da cidade e do urbano a partir destas discussões em torno do discurso, do simbólico, da representação e do poder, é fundamental. Torna-se importante enfatizar que entendemos o discurso como subjetividade e, por isso, Sennett destaca os discursos e representações construídas em torno do corpo, do corpo das pessoas, como referência para entender o passado, de que formas essas expressões foram importantes para a compreensão do corpo, expressas na arquitetura, no urbanismo e na vida cotidiana. Da Atenas antiga à Nova York atual, o problema do corpo e da cidade, enfim, o da subjetividade como peça-chave para se entender a cidade é posto em discussão.

Como parte da subjetividade, entendemos o discurso como distante da noção de ideologia. De fato, tanto a subjetividade como o discurso estão em constante construção, imprescindíveis para a legitimação do poder. O poder, desse modo, se mantém através de uma produção do discurso, de um discurso verdadeiro. Essas argumentações são inestimáveis, no sentido que podemos perceber como foi sendo construído um saber sobre a cidade e o urbano, ou seja, como a urbanização, a constituição da cidade moderna, industrial, com infraestrutura avançada foi possível nas sociedades capitalistas. A produção da verdade permeia e ao mesmo tempo constitui as relações de poder. É por isso que a questão da verdade, da produção de um discurso verdadeiro, sempre foi importante para Foucault. Por um lado, os trabalhos de

Foucault em torno da loucura (nascimento da psiquiatria), da constituição das ciências sociais, da questão da justiça (nascimento das prisões), do surgimento e formação da medicina social, da discussão em torno do problema da sexualidade são, sem dúvida, indispensáveis, pois teremos, assim, condições de problematizar a constituição e formação de nossa própria sociedade, encontrando-se aqui as múltiplas possibilidades de abordagem histórica e sociológica da cidade.

Portanto, a questão do discurso, da produção da verdade, é vital em nossa contemporaneidade. De modo geral, para Foucault (1979, p. 231), “vivemos em uma sociedade que em grande parte marcha ao compasso da verdade, ou seja, que produz e faz circular discursos que funcionam como verdade, que passam por tal e que detêm por esse motivo poderes específicos”.

A partir das questões discutidas por Foucault, podemos pensar melhor em como são constituídas as relações de poder na cidade e como todas essas questões estão interligadas com o problema urbano, com o problema da modernidade e do progresso. Sem dúvida, é necessário pensar o poder em termos relacionais, percebendo como o indivíduo é produzido pelos efeitos de poder, assim como a cidade também vai sendo constituída pelo poder. Na cidade, tudo é pensando, planejado. De maneira geral, o trabalho de arquitetos, engenheiros e urbanistas está estreitamente relacionado ao poder, a certa rede de poder, pois o poder, nesta perspectiva foucaultiana, é exercido em rede, em cadeia.

De fato, há outras possibilidades de abordagem da cidade e das ideias de modernidade e progresso. Um diálogo com o crítico revolucionário da filosofia do progresso, Walter Benjamin (1994), seria extremamente vantajoso. Benjamin foi o pensador que definiu Paris como a capital por excelência do século XIX. Sua reflexão traz significativas contribuições, pois a partir delas podemos pensar a cidade através dos mínimos detalhes, analisando a significação das mudanças urbanas no final do século XIX, como as ocorridas na França: abertura das ruas, avenidas, no projeto de saneamento urbano, higienização da cidade, constituição dos marcos históricos das cidades - como a Torre Eiffel, símbolo da França e da própria modernidade. Foi com uma postura crítica que Walter Benjamin construiu seu conceito de história, norteado pela percepção do “trágico futuro” que se anunciava, sendo que o autor escrevia isso nas primeiras décadas do século XX.

A subjetividade é o próprio discurso, materializado em práticas sociais e políticas, resultado de desejos, emoções, sensibilidades, visões e interpretações de mundo. A subjetividade é algo em constante construção, imprescindível para a legitimação e consolidação do poder nas sociedades. Enfim, a subjetividade constrói o sujeito, sendo que

essa construção se efetua nas múltiplas temporalidades e de acordo com as relações de poder estabelecidas.

A partir de Félix Guattari (1996), pensamos a subjetividade em termos de modelização, de construção social dos sujeitos históricos, da construção política do desejo, em escala mais ampla no sistema capitalista, ou não. A subjetividade molda e constrói os sujeitos.

O sistema capitalístico se mantém e se fortalece pela própria produção e reprodução de subjetividade. Por isso, qualquer mudança em nível estrutural deve se dar não em termos de economia política, mas em termos de economia do desejo; é preciso adentrar o nível da produção subjetiva. O questionamento sobre o sistema capitalístico não deve ser apenas a respeito do conjunto das lutas políticas e sociais em escala mais ampla, mas em termos de revolução molecular, revolução esta que se opera na ordem da produção política do desejo.

Então, um problema importante, na análise subjetividade em Chapecó, é como estamos considerando o desejo. De qualquer forma, do ponto de vista teórico, optamos por trabalhar com a noção de desejo. Desejo na função de modelador, precursor de mudanças estruturais na sociedade. É o desejo que define toda a vontade de criar, possibilitando o processo de invenção social da cidade. O desejo transforma os objetos, injeta significados, alma, sendo que através da fluidez dos discursos podem, como destacou Robert Pechman (1997), transformar cidades de pedras em pedras da cidade.

Nesta dissertação, torna-se fundamental definir, do ponto de vista conceitual, nosso entendimento em relação às categorias discurso e prática. A crítica de Foucault (1979) em relação à ciência e à noção de verdade, entendida aqui como uma crítica à própria modernidade, possibilita-nos problematizar a cidade como objeto de estudo e, portanto, de questionamento. Desse modo, a profunda crítica de Foucault ao essencialismo, à naturalização do objeto, sem dúvida, atingiu a própria produção do conhecimento histórico. Foucault afirma que as coisas estão na superfície. Não há uma essência; atrás de uma máscara há outra e assim sucessivamente. Os objetos não são naturais, tudo é histórico, construído.

A partir dessa perspectiva, entendemos que é pelos discursos e práticas sociais (políticas) que os objetos e os sujeitos são constituídos historicamente, produzidos numa determinada cultura, como subjetividades. Pensamos o discurso enquanto relação de forças, jogos e relações de poder, enfim como produção de saber. Os discursos constituem os objetos dos quais falam. O sujeito não é um ser constituinte, mas um objeto a ser constituído. Os sujeitos são constituídos na história, são fundados e refundados pela própria história.

3.2 Reordenamento territorial da cidade de Chapecó

Imagina a visão dele. Uma avenida de sessenta metros de largura, calçada de seis metros, com quatro quilômetros de comprimento – sonhou grande. Pra época..., uma loucura. Hoje, a cidade tem mais ou menos dezessete por dezessete quilômetros (Victorino Zolet).

É por meio deste pensamento que a cidade de Chapecó começa a sair do papel. A cidade passou, em primeiro plano, a uma esfera técnica, principalmente no sentido de planejamento. Destacamos a instrumentalização da cidade, enquanto projeto. Como inclusive relata em entrevista seu Victorino Zolet, fotógrafo há mais de meio século na cidade de Chapecó, a qual chegara ao final do ano de 1956. A cidade, segundo ele, já estava configurada (desenhada) dessa forma. Achou um pouco estranho, até porque não era comum para a época ter-se uma cidade planejada.

Quando perguntado a respeito do desenho da cidade de Chapecó, Zolet foi explícito, expondo que a cidade - como conhecemos hoje - fora pensada por um engenheiro vindo do Rio Grande. Segundo o fotógrafo, o Coronel Ernesto Bertaso tinha um plano para Chapecó.

Ainda na Vila Passo Bormann (primeira sede da atual cidade), Bertaso havia sugerido, segundo Zolet, que as pessoas saíssem do local, fossem temporariamente a outro lugar, e depois retornassem, quando a cidade estivesse espacialmente pronta. Porém, esse pensamento não encontrou adeptos, tanto nas lideranças locais quanto nos moradores.

No entanto, Zolet comenta que Bertaso não desistiu da ideia e, inclusive, disse que se as pessoas não quisessem a cidade que ele havia pensado isso não teria problema, pois ele iria a outro lugar, e, aí sim, desenharia a cidade como havia falado.

Quanto à questão de institucionalidades ligadas à cidade, nos aproximamos do pensamento de Lefebvre (2001, p.51-53) quando afirma que a cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes. Portanto, ela muda quando muda à sociedade. Houve na história, segundo Lefebvre, uma produção de cidades, assim como houve produção de conhecimentos, de cultura, de obras de arte e de civilização, produção de bens materiais e de objetos prático-sensíveis.

Analisando os agentes sociais que tornaram Chapecó possível, voltamo-nos a algumas falas do seu Victorino Zolet. Para o fotógrafo, o Coronel Bertaso tinha certeza sobre o empreendimento da cidade. Zolet comenta que quem conhecia melhor o Coronel era o morador ao lado de sua casa. “Quem conta à história que conheceu bem o coronel Bertaso foi o Selistre de Campos. Ele morava aqui do lado e era uma pessoa muito inteligente, estudioso, e foi colega de aula de Getúlio Vargas. Formaram-se juntos em direito, na cidade de Porto Alegre”.

Este depoimento do seu Zolet nos mostra a ligação entre os agentes regionais e o corpo diretivo/político nacional. Talvez essa seja a mais notória questão de que Bertaso tinha em mãos, por meio das variáveis que denotam a confiança na objeção da cidade para Chapecó. É o que Benevolo (1995, p. 56) comenta acerca da combinação fundamental que existe entre “liberdade política e invenção espacial”.

Este autor traz várias contribuições ao campo de debate ao qual apoiamos. Até porque sua proposta de escrita se encena na questão cidadina, mais necessariamente no tema europeu, nas características das cidades; na função dessas cidades em relação ao campo; na evolução histórica das cidades e suas características: religiosas, políticas, econômicas e militares. Para Benevolo, os espaços públicos (muito comuns nas cidades, mas praticamente incompreendidos) têm uma estrutura primordial, principalmente pelo fato de que resulta entre vários poderes: o episcopado, o governo civil, as ordens religiosas, as corporações, as classes.

Uma cidade, para o autor, considerada grande, deve ter vários centros, como centro religioso, civil, enfim, centros comerciais.

Sobre a estrutura da cidade, o autor italiano escreve que as dimensões adviriam por meio de um desenho que tenha este parâmetro, sendo o melhor deles a planta em tabuleiro, já que tal desenho propicia à cidade estender-se por todos os sentidos, à medida que for sendo necessário acrescentar novos quarteirões. O limite externo da cidade é sempre provisório.

Mas o autor também faz algumas ressalvas sobre o formato em xadrez, principalmente no que diz respeito à uniformidade da planta em tabuleiro, advinda de cidades de colonização espanhola. Além disso, em muitos casos, para ele, é decidido burocraticamente em uma mesa, fato que impede de se encontrar uma adequação à forma dos locais e empobrece a paisagem urbana.

No entanto, Benevolo também segue o exemplo das modificações de Paris, evidenciada pelo até então prefeito Haussmann, que pensava que a cidade só pode modificar o território através da transformação global da sociedade.

A haussmanização produz assim, à destruição dos centros antigos. Nasce uma retórica tendenciosa que exagera a ruína, a insalubridade, a miséria das partes mais antigas da cidade e que chega ao mesmo a penetrar na linguagem burocrática e comemorativa. Sendo, portanto, uma operação típica daquela gestão a abertura de uma rua nova e ampla num tecido reduzido. A demolição dos muros perimétricos, que ocorre quase em toda a parte, está associada à ruptura dos vínculos com o passado, à conquista do ar, da luz, da liberdade, dos movimentos. Há certo apressamento por algumas pessoas em Paris sobre as vantagens das novas ruas em linha reta para manutenção da ordem pública, e melhoramentos no campo da higiene (Idem, p. 197–199).

É dialogando, propondo direcionamentos e montando uma base conceitual que poderemos chegar aos objetivos propostos neste capítulo. Dessa forma, por meio da análise das entrevistas, chegamos a encontrar alguns dos marcos iniciais da cidade (material) enquanto possibilidade. No entanto, temos a clareza de que não utilizamos as entrevistas como fontes exclusivamente verdadeiras e que a partir delas, não há mais a necessidade de investigação.

Segundo Francimar I. S. Petrolí (2008), a largura das ruas para o projeto da cidade era de quarenta metros e não de sessenta metros como mencionara seu Victorino Zolet. No entanto, é vital termos também a clareza de que o discurso colonizador se faz presente na maioria dos depoimentos dos migrantes gaúchos e de que temos a limpidez de discutir, investigar e propor direcionamentos na concretização da cidade em Chapecó por meio de questões que remetam a pluralidade.

Não há dúvidas de que a cidade pensada, em muito como um sonho, de certa forma, (pelo menos aquém dela se restituiu, não nos esqueçamos da população que ficou à margem desta ‘modernidade’, como o caso de índios e caboclos) deu certo, já que a cidade percorrida virou uma realidade. A figura 7 mostra a primeira foto aérea tirada por Victorino Zolet, meses após sua chegada à cidade de Chapecó.

Segundo Zolet, uma das primeiras coisas que pensou em fazer quando da chegada em Chapecó foi registrar a imagem aérea da cidade. Uma vez que estava curioso para saber como seria a cidade a qual escolhera para residir.



Figura 7: Vista aérea da cidade de Chapecó, 1957.
Fonte: Cópia do acervo de Victorino Zolet.

Podemos ponderar sobre as estratégias adotadas para o remodelamento do espaço geográfico: desenho das ruas, das quadras, estruturas inerentes à configuração físico/técnica da cidade. Um projeto audacioso, uma vez que propunha não somente o aparecimento da cidade, como também por meio desta, o desenvolvimento de uma região. A transformação estratégica do espaço foi vital na questão da cidade de Chapecó. Foi por meio desta ‘obra’ que a cidade enquanto matéria físico/técnica se fez presente e, por meio da existência da cidade, a existência de uma nova reorganização territorial.

Estamos falando de uma cidade recente. Se tivermos a migração como fator de análise, estamos na segunda geração de chapecoenses. A cidade amoldada trará consigo outra característica - a populacional. Não buscamos pensar a cidade como projeto direcionado, posto e estático, que deu certo devido ao embargo e a audácia de alguns homens; mas, sim, a cidade possível, visível, aparente e, acima de tudo, contraditória, com todos os problemas de qualquer outra cidade, como também muitas qualidades.

3.3 Viabilidade técnica e material da cidade de Chapecó

Não há obra sem uma sucessão regulamentada de atos e de ações, de decisões e de condutas. Tampouco há obra sem uma matéria a ser modelada, sem uma realidade prático-sensível, sem um lugar, uma “natureza”, um campo e um meio. (LEFEBVRE, 2001, p. 54)

De fato, se pensarmos a cidade de Chapecó como diagrama, remitiremos à questão singular. Entretanto, se discutirmos da cidade enquanto realidade, há de se propor a pluralidade nas diferentes análises.

Nesta etapa, cabem-nos algumas perguntas sobre as probabilidades materiais do acerto de Chapecó, principalmente dos fatores que seriam responsáveis pela existência da cidade. Será que tivemos as questões religiosas como preponderantes, ou foram os embargos políticos, econômicos e culturais?

É por meio dessas indagações que nos expedimos novamente a uma das falas de seu Victorino Zolet quando responde sobre a real possibilidade do crescimento da cidade, em que enfatiza que “isso aqui (Chapecó) tem tempos diferentes e atrativos diferentes”. Tivemos a questão dos embargos políticos (como relatado e trabalhado no primeiro capítulo), a grande leva de migrantes gaúchos (década de 1930 e 1940) preocupados, dentre outras coisas, com a questão fundiária e familiar. Incluímos os interesses das empresas colonizadoras, tanto com a terra, quanto com os recursos advindos dela, e tivemos a questão imobiliária, provinda por meio da valoração da cidade e a inserção de agroindústrias.

Naquele momento (anos 1940), o Oeste de Santa Catarina, através diretamente de incentivos e medidas governamentais, passa por uma nova fase em sua redistribuição sócio espacial.

Alcides Goularti Filho (2002) analisa o começo de uma “colonização econômica” do Oeste Catarinense. O autor relata que pelo fato de as empresas colonizadoras adentrarem na terra oestina, e estas já estarem ocupadas por índios e caboclos, fez com que o processo seguinte de ocupação desta área passasse a ter um caráter puramente econômico. Este pensamento atrelado à rentabilidade era tanto pelas empresas colonizadoras quanto pelo corpo político regional. Posteriormente, os migrantes gaúchos que adviriam a morar nestas terras, tiveram também o pensamento na utilização dela com o intuito de acumulação de capital, e

esta acumulação viria com o próprio sentido de trabalho trazido pelos descendentes de italianos e alemães em sua grande quantidade.

Sabemos que ficaria de certa forma difícil discorrer sobre Chapecó e não mencionarmos as questões colonizatórias. Porém, nosso intuito foi desvencilhar características da transformação cidadina, agentes responsáveis, desenhos propostos e alcance físico/técnico desses empreendimentos.

Serão expostas as primeiras formas de reestruturação do espaço em que surgia a cidade de Chapecó. Como mostra a figura 8, um dos primeiros desenhos para a futura cidade, datado de 1938. No centro desta cidade estaria (e está) localizada a igreja. A principal rua à frente da igreja tem por nome Avenida Getúlio Vargas. A forma das ruas largas, compridas e técnicas seguiram o formato xadrez ou como alguns preferem chamar de formato em tabuleiro.

Os documentos consultados (jornais de circulação, obras de época) não trazem e/ou fazem de forma secundária sobre os motivos e as aspirações do desenho da cidade para Chapecó. No entanto, denotam que este desenho de cidade seria a forma mais moderna para tal processo, com ruas largas e amplas possibilidades de crescimento. E que, Chapecó a partir deste ponto seria uma cidade moderna, já que fora projetada com afinco para o crescimento regional, como sendo uma das primeiras cidades brasileiras a terem seu espaço desenhado e sua obra posta em prática.

De fato, as questões inerentes à configuração espacial de Chapecó remetem a determinado contexto nacional. Até por que a incentivo de criação da cidade, advém da necessidade primária de ter algum lugar para a população gaúcha que estaria crescendo em níveis preocupantes às autoridades regionais. Coincidentemente, a região Oeste de Santa Catarina estaria apta (como inclusive foi comentado no primeiro capítulo), tanto em termos espaciais, quanto econômicos a desenvolver estratégias de crescimento.

Mas, o governo precisava atrair estes futuros moradores. Desta forma, as propagandas jornalísticas tiveram relativa importância. Inclusive, os visitantes que vinham a Chapecó, voltavam a sua terra e comentavam sobre a cidade ao qual Chapecó estaria se tornando. Até mesmo como mostra a figura a seguir sobre um dos primeiros desenhos para a futura Chapecó. Quem olhasse tal desenho, ou ouvisse alguém comentar sobre ele, já se imaginava como sendo dono de um pedaço de chão, localizado próximo à igreja e ao centro.¹⁵

¹⁵ As questões de centralidade que a igreja exercerá na configuração espacial de Chapecó serão comentadas, com maiores propriedades mais adiante.

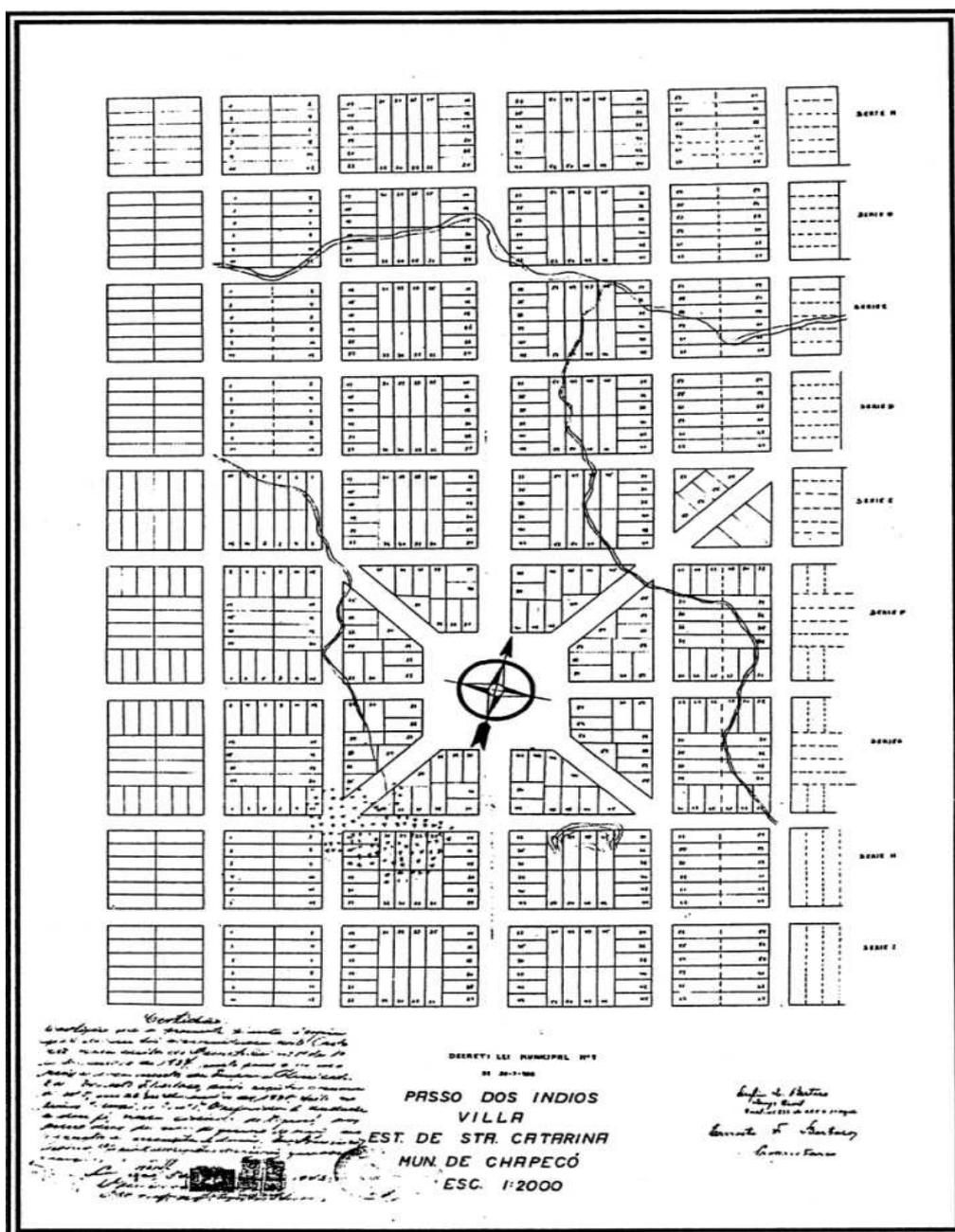


Figura 8: Desenho de cidade moderna para a vila Passo dos Índios – denominada Chapecó a partir de 1938.
 Fonte: Cópia do acervo da Biblioteca Municipal de Chapecó.

Abordando sobre a temática de planejamento citadino e as objeções a partir deste na configuração da cidade, trazemos para a discussão o estudo do professor Rodrigo dos Santos Faria (2003). Em sua dissertação de Mestrado, o professor Faria contextualiza sobre a construção da cidade de Ribeirão Preto, mais necessariamente apregoadada à questão da inserção do moderno como fator teorizado pelo discurso, pela beleza e pela disciplina.

Esta análise torna-se pertinente a nós, já que denota os entrelaces de planejamento na criação e estruturação da cidade no oeste. Neste caso, do oeste paulista.

Segundo Faria (2003) a implantação de uma ferrovia no município de Ribeirão Preto em 1883 foi um fator extremamente importante. Já que representava além do reflorescimento econômico da cidade, como também colocava a cidade na rota do café, em direção ao porto, e na rota dos imigrantes, em direção ao interior, mas também como geradora, ou melhor, polarizadora de grande parte das ações do poder público no ambiente urbano.

A ferrovia, para o autor, foi um dos marcos significante como elo do pensamento e da consolidação do desejo da modernidade. Responderia, portanto, como um fator preponderante na elaboração de melhoramentos urbanos, que se concentrariam na região e no município.

Foi na região central da cidade, que o projeto de cidade moderna seria detalhadamente elaborado e efetivamente construído. Aquele desejo tornar-se-ia um objetivo planejado pelos agentes sociais. Todos, interessados na ruptura daquele ambiente rural, em favor de um ambiente urbano caracterizado pelo controle, pela ordem, pela higiene, e, mais tarde, pela estética, que planos de governo e códigos de postura o determinam (Idem, p. 123-124).

Nesse processo, o autor ainda contextualiza que a ferrovia foi o marco inicial de toda essa intencionalidade. Intencionalidade ao qual provocaria uma ruptura que deveria ser iniciada. A importância da ferrovia, nesse sentido, extrapolava os objetivos econômicos que seus promotores e financiadores pretendiam, como simplesmente ter um transporte eficiente e rápido para a produção de café.

Essa ferrovia assumiria, assim, uma significação fundante dos discursos que o imaginário urbano teria como oficiais e estabeleceria a benéfica ideia de progresso e de técnica moderna para a civilização. A cidade de Ribeirão Preto se encontra entre as poucas cidades que foram planejadas no Brasil. Tem como traçado o formato de tabuleiro, o qual fora desenhado no ano de 1884, pelo engenheiro da Companhia Mogiana, a Gremensen.

Contudo, sobre o crescimento da cidade e os agentes responsáveis por tal premissa, é cotejado pelo autor que cada um teve determinado papel social na consolidação da Metrópole do Interior, ou a Capital D'Oeste como é chamada Ribeirão Preto. Aliás, enfatiza Faria, o Poder Público Municipal, com suas intenções, ações e realizações sobre o ambiente urbano, sobretudo ações materializadas no espaço e justificadas por um discurso coerente com seus objetivos, teve seu devido papel. Além das Revistas e Almanques, que colocavam em

circulação imagens representativas apenas das áreas da cidade modernizada, por meio das fotografias impressas e textos articulados a essas imagens.

A cidade de Ribeirão Preto, representada neste esboço, apresenta todos os poderes constituídos: econômicos, políticos e sociais. Todos simbolizados pelos mesmos personagens: os grandes fazendeiros de café.

É relativamente preciso que a monocultura do café trouxe Ribeirão Preto ao ápice do desenvolvimento, inclusive na atração de migrantes e imigrantes. Nas áreas consideradas urbanas, as condições precárias, tanto de infraestrutura, iluminação, água e esgoto, como de arborização urbana, ajardinamento de praças e calçamento, perdurariam na vida daquela população crescente.

Um fato muito importante ao nosso objeto de estudo, que propaga a questão citadina e urbana, é discorrido por meio de Faria apud Borges, que, evidenciando os anos de 1880, comenta a vida nas fazendas. A vida dos grandes coronéis ainda era considerada mais atraente, pelo que ofereciam aos colonos e proprietários, que só mais tarde iriam iniciar a construção de suas residências nas cidades.

Segundo Faria apud Maria Elizia Borges (1991, p. 19):

(...) a vida na fazenda, por sua vez, simbolizava poder, riqueza e status. A economia regional existia em função da monocultura cafeeira, responsável pela maior parte da exportação do produto no Brasil. Às vezes, a infraestrutura rural alcançada surpreendia as expectativas de vida dos homens citadinos. Sabe-se que a luz elétrica chegou primeiro nas fazendas de Henrique Dumont, do vereador Cel. Francisco Schmidt, dos irmãos Pereira Barreto e de Dona Iria Junqueira, para em seguida se instalar na cidade, em 1889.

Por meio da socialização de alguns documentos, Faria comenta que essa disparidade entre as condições de vida nas fazendas em relação à área urbana já era contextualizada na Câmara Municipal de Ribeirão Preto, a fim de oferecer melhores condições de vida à população urbana, e que, em 1883, ocorreram às primeiras intenções para provir à energia elétrica na cidade, através de iluminação a querosene, ficando os moradores e proprietários responsáveis pela colocação dos postes de iluminação.

Voltando ao crescimento e reordenamento urbano e às melhorias que Ribeirão Preto estaria apto a estabelecer, ainda é comentado por Faria sobre o prosseguimento proposto pelo Código de Posturas da Câmara Municipal de Ribeirão Preto do ano de 1902. A definição do desenho da cidade, das suas ruas e praças determinou, muito mais que no Código de Posturas

de 1889, o traçado em tabuleiro. O referido Código, em seu Art. 1º da Secção I – Título I: Dos arruamentos e Das Edificações traz em sua redação que:

(...) todas as ruas que forem abertas na cidade ou na povoação do município, serão retas e terão no máximo 16 metros de largura. As ruas atuais conservarão em seus prolongamentos, a mesma largura que tem. As praças e largos deverão ser, sempre que o terreno permitir, quadrados, retângulos perfeitos, ou outras figuras regulares e simétricas (FARIA, Op. Cit. 2003, p. 170).

Sobre a ordem dos Códigos, é válido relacionar as formas assertivas do primeiro desenho da cidade, feito pelo engenheiro da Companhia Mogiana a Gremensen, em 1884, anterior, portanto, à criação dos Códigos e das resoluções dele adjacentes, em 1889 e 1902, respectivamente.

No entanto, os Códigos tiveram certo resultado, uma vez que nas adjacências da praça central retangular, como definia o Código, outros importantes espaços públicos (como as praças) complementariam o projeto de modernização da cidade. Assim como, a “referência urbana europeizada no imaginário social burguês do século XX, na consolidação de símbolos da urbanidade de Ribeirão Preto, como o teatro Carlos Gomes e a Praça XV de Novembro” (Idem, p. 171).

A autora espanhola Zaida Muxí (2004) contextualizando sobre as formas materiais das cidades, em especial as da Espanha, comenta que a cidade tem sido - e é - uma colagem, uma entidade que adquire novo sentido mediante a característica de cada época. Nesse sentido, a autora admite de que a cidade não é uma unidade fechada, tampouco de fragmentos inconexos. A cidade, conforme Zaida, sede lugar ao consumo, ao lugar de entretenimento. Sua obra material é direcionada às necessidades primárias da população em questão.

Na década de 1970, a cultura arquitetônica europeia plantou discursos de recuperação da cidade como espaço público – lugar de encontro e criador de sentido -, frente à cidade dividida em áreas funcionais promovidas pelo movimento moderno. Na mesma época, cidades como Baltimore e Boston afrontaram a recuperação das áreas funcionalmente obsoletas de seus portos para convertê-los em espaços de entretenimento, isto é, lugar do ócio, do consumo (MUXÍ, 2004, p. 26).

O discurso tracejado nessas análises enaltece a perenidade da certeza da consolidação da cidade material. Por meio dessas transformações, recorreremos a Lefebvre, até porque suas apreciações perpassam várias esferas das transformações espaciais e das premeditadas opiniões ligadas, principalmente à cidade. Para Lefebvre (2001, p. 57), “os processos globais (econômicos, sociais, políticos, culturais) modelam o espaço (tanto urbano, quanto cidadão) sem que a ação criadora decorra exatamente desses processos”.

A escultura do espaço preconiza-se, segundo o autor, por meio de ritmos – como no modo de viver, de ter uma família, de criar e educar as crianças. A cidade, em sua concepção, foi ao mesmo tempo o local e o meio, o teatro e a arena dessas interações complexas.

3.4 O papel das instituições na conjunção espacial de Chapecó: breves considerações sobre a função do Estado, da Igreja e da política no ordenamento territorial.

O desenho proposto no Plano Diretor de Chapecó (como mostra a figura 9) traz a cidade em formato tabuleiro, com seu centro e entorno. Mas o que seria o centro? Qual seria a instituição que possivelmente poderia compor o centro e, a partir dela, disseminar a transformação espacial aos seus arredores?

Provavelmente, essas perguntas intriguem não somente quem pensa sobre a cidade, como também quem a planeja. A necessidade e a premissa de objeção dos espaços, das instituições, dos objetos, dos signos dos quais a cidade provavelmente ‘precisará’ para seu crescimento é de certa forma a necessidade primeira de quem a está planejando.

Assim, colocar a Igreja como centro da cidade, e a partir dela (preferencialmente à sua frente) à cidade irá desenvolver-se parecemos em pleno século XXI, um pouco arriscado. No entanto, engajado na proposta que remonta as primeiras décadas do século XX, com a colonização neoeuropeia no Sul do Brasil, e o Cristianismo estando intrínseco no subjetivo e nas ações dos agentes colonizadores gaúchos, é ter em mente não o entrelace, mas a veracidade de que essa instituição traria certa visibilidade ao surgimento da cidade.

Por meio dos documentos consultados, (inclusive nota-se tal questão nas diferentes imagens sobre a cidade), as formas mais notórias dos registros da cidade terão a Igreja ao

fundo e a cidade à sua frente. Nesse sentido, cabe-nos a seguinte pergunta para o procedimento da escrita. Foi, então, a Igreja (tanto sua forma material, quanto sua forma empírica) que trouxeram a cidade material à Chapecó? Essa pergunta molda nossa escrita e nos faz pensar em outra questão. Se a Igreja pode exercer esse papel, de trazer a cidade à sua frente, o centro de Chapecó poderia ser descentralizado, uma vez que nos próximos anos surgem dezenas de Igrejas, dessas e de outras congregações, na cidade? Estas, por sua vez, não trouxeram a cidade material (traçado das ruas, conglomerado de casas e reestruturação do espaço à sua volta) consigo. Então, seria a Igreja a precursora da semente da cidade em Chapecó? E o papel do Estado? Dos agentes colonizadores? Seriam estes ligados à Igreja?

Na figura 9 estão ‘definidos’ os limites que subdividem a questão urbana do município. O que estava no urbano era a cidade material, técnica, física. E o que se encontrava além desta cidade não tinha a derivação de rural, (como acontece em inúmeros municípios brasileiros) e sim, a denominação de suburbano.

No entanto, cabe uma ressalva a este “desenho” inicial ao qual a figura 9 denota. Para isso, retomaremos o trabalho de Petrolí (2008). Analisando esta mesma imagem, o autor comenta que se percebe nitidamente que o “projeto” de cidade foi denominado, possivelmente através do uso de um carimbo de “Plano Diretor de Chapecó”, datado do ano de 1931. É fundamental ressaltar, comenta Petrolí, que para o ano de 1931 a grafia não seria aquela. A escrita, correta naquela época, era Xapecó com a letra X, e não Chapecó. Outra questão a ser considerada é que a elaboração de Planos Diretores, nas cidades brasileiras, é algo mais recente.¹⁶

¹⁶ Neste sentido ver: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert. **Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 387.

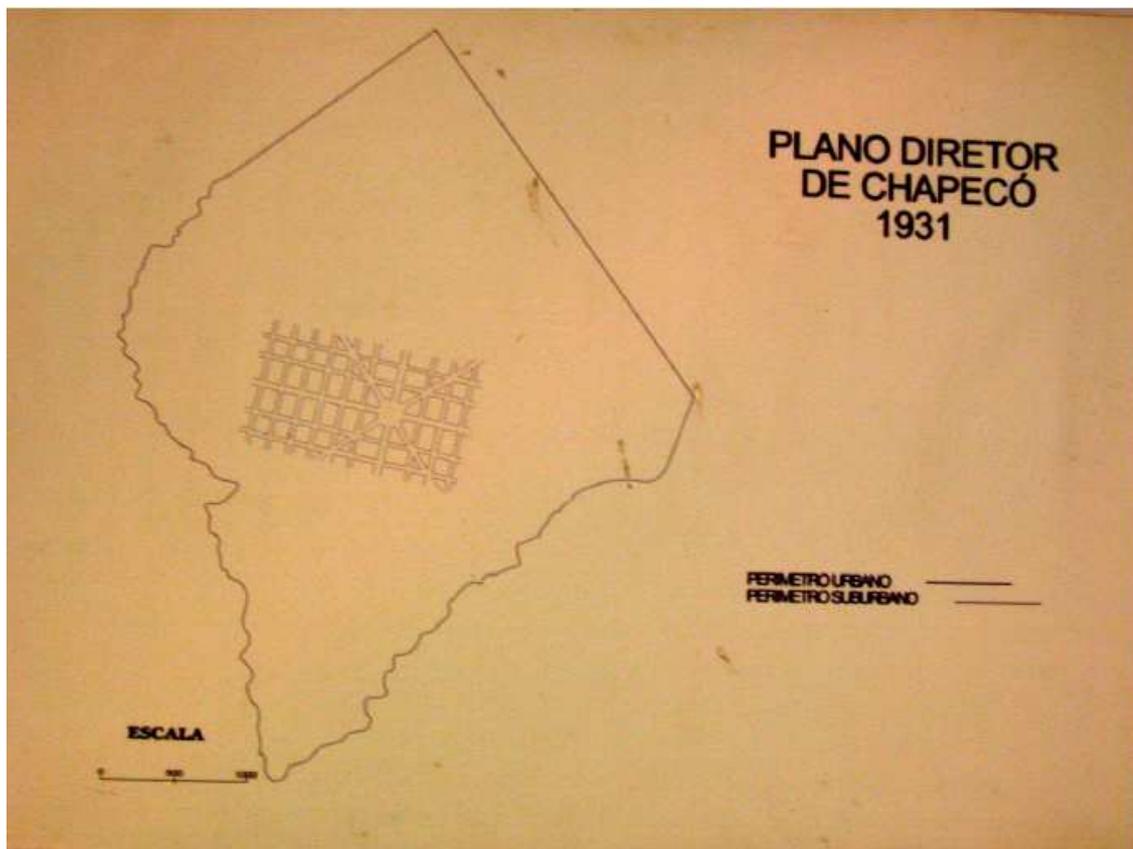


Figura 9: Desenho inicial para a cidade de Chapecó.

Fonte: Cópia pertencente ao acervo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina - CEOM.

Na figura 10, observam-se as aparentes transformações da cidade. O que está no centro é a praça e à sua frente à igreja. Em entrevista com a historiadora A. L.,¹⁷ que, segundo ela, exerceu o cargo de docente em Chapecó durante 44 anos e que, nesse período, desenvolveu várias pesquisas para o entendimento de Chapecó enquanto cidade, o pensamento inicial do projeto, foi de construir ao lado da Igreja, um presídio (inclusive a forma arquitetônica se remete a ele). No entanto, na época, segundo A. L., pareceria absurdo para alguns colonizadores o fato de ao lado de um local sagrado haver uma prisão. Assim, as autoridades preferiram mudar. Então surgiu uma das primeiras escolas de Chapecó, datada da década de 1930. Haveria também à frente da Igreja, cerca de 500 metros, o cemitério municipal. Este, por sinal, anos após a inauguração da cidade, também foi modificado, uma

¹⁷ A entrevistada preferiu não revelar sua identidade por problemas que segundo ela, não se sentia bem em comentar.

vez que a cidade (segundo o pensamento dos moradores) não poderia crescer tendo à sua frente o cemitério.

Porém, o ponto mais marcante para A. L., quando se trata do planejamento de Chapecó, estaria contido em seu desenho. Segundo a professora, a intensiva do desenho da cidade, inicialmente se remete a um X. Ao meio deste X, ficaria a Igreja e a praça central. Mas, por que um X? A entrevistada comenta que a letra estaria contida no primeiro nome dado à cidade – Xaçepó - e que, por ter conotação indígena, representava para grande parte dos migrantes gaúchos uma prerrogativa negativa para a cidade. Sendo assim, anos mais tarde, por meio de algumas resoluções municipais, a inicial do nome teria sido trocado por CH.



Figura 10: Vista Sul/Norte de Chapecó, década de 1950.
Fonte: Cópia do acervo de Victorino Zolet.

Analisando Chapecó ao longo dos anos, mais necessariamente seu crescimento, a depoente foi explícita, dizendo que não somente tem a mente de observadora, como também de pesquisadora e que:

[...] Chapecó não recebeu investimento de lugar algum. Aqui, o que aconteceu com a cidade, o crescimento, as indústrias, a vinda de migrantes, isso tudo foi obra do povo do Oeste. O Oeste foi o resultado do esforço de seu povo. Hoje, Chapecó comanda os municípios vizinhos, e este fato não veio ao acaso. As pessoas que planejaram esta cidade, já sabiam deste crescimento. Criavam várias obras com esse propósito. O centro era onde tinha a Igreja. Depois a nova rodoviária em um bairro que precisava crescer. Posteriormente o aeroporto. O formato em forma de tabuleiro se remete a origem espanhola. Eram os espanhóis que desenhavam a cidade desta forma, e..., eles pensavam grande.

No entanto, o que buscamos é trazer características do crescimento da cidade de Chapecó, seja por meio colonizador, seja por meio político, econômico ou religioso. Esse último, por sinal, teve grande influência no inchaço central da cidade. A senhora Lourdes Molinette, moradora do município há quase quarenta anos comenta que:

“A gente sempre morou perto da Igreja. Mesmo quando morávamos no interior da cidade, a gente estava bem próximo. Isso é por que os italianos, a primeira coisa que faziam quando entravam numa cidade era construir a Igreja, e depois a escola. Diferente dos alemães que primeiro construíam uma escola e depois pensavam em construir uma Igreja. Mas, voltando a Igreja, a primeira coisa que meu pai procurou saber quando veio para cidade, era onde estaria localizada a Igreja. Quanta distância ficaria de nossa casa”.¹⁸

Não há dúvidas que a questão religiosa foi influente no crescimento da cidade de Chapecó, pelo menos no que condiz ao subjetivo dos ‘novos’ moradores. No entanto, restamos saber até que ponto. Ou melhor, qual é a intensidade desta com outras formas de poder, que possam ser também transformadores, como o papel do Estado por exemplo.

Sobre o papel do Estado, consideramos relevante o vocábulo de Manuel Castells (1973), já que contempla que é necessária a presença maciça do Estado no tratamento e na gestão dos problemas urbanos, tendo o papel de investigador no plano econômico e administrador no plano técnico e político. Por este meio, segundo o autor, o Estado interpreta a função de verdadeiro ordenador da vida cotidiana das massas e, sob este pretexto da

¹⁸ Entrevista realizada em junho de 2013.

organização do espaço. Castells defende a possibilidade de que a verdadeira origem da mudança e da inovação da cidade não está contida nas instituições.

Entretanto, parece-nos de certa forma afanosa trabalhar com as mudanças, não as atrelando às instituições. Até por que, no pensamento de Castells, a mudança proviria dos movimentos sociais urbanos.

Sobre estas análises, é necessária a seguinte indagação: até que ponto os próprios movimentos sociais urbanos não são influenciados pelas instituições? Entendemos que não podemos separá-las do conjunto das mudanças, como Castells procura fazer. E, por último, o que seria um movimento social urbano? Existe um movimento (mesmo se correlacionarmos as questões agrárias), que não tenha algum pressuposto urbano? Durante o terceiro capítulo, as questões urbanas ganham seu devido peso na organização espacial, assim como o esboço conceitual, que adotamos na escrita. Seria interessante que fosse dispensada uma atenção maior à questão dos movimentos sociais. No entanto, não é sobre os movimentos sociais, o engajamento e a principal discrepância da pesquisa.

Ainda sobre o papel do Estado, estamos discorrendo sobre ele enquanto agente geopolítico, possibilitador e estrategista nas contingências de domínio e ordenação territorial. O Estado tem papel imprescindível na consolidação de investimentos, na indústria propagandística, na organização territorial e na subjetividade. Não podemos deixar de lado o papel do Estado na consolidação da região. Talvez não de uma forma contínua e direta, porém ininterruptamente presente.

Comentando sobre o papel da cidade e do Estado, Lefebvre (1972) explana que, ligada às forças produtivas e sendo ela mesma força produtiva, a cidade é a sede não somente do econômico, como também, do seu monstruoso poder. A cidade, segundo Lefebvre, permite, de forma igual, a luta política contra o poder político, agrupando as populações e concentrando com os meios de produção, as necessidades, as reivindicações e as aspirações. O Estado, por sua vez, dispõe de muitos meios - do exército, da política, mas também da economia política e da ideologia.

Discorrendo ainda sobre a funcionalidade das instituições enquanto transformadoras no plano espacial, voltamos às questões ligadas à Igreja. Neste sentido, discorremos sobre o papel e percepção da Igreja, primeiramente em seu plano material, projeto, obra, sentido e planejamento, para, posteriormente, abarcarmos a significação da Igreja como ornamento territorial. É justamente pelo fato de estarmos analisando o plano material que não abordamos instituições importantes como a escola. Nos primeiros projetos de Chapecó, não foram esboçados a intensiva da ocorrência de escola (mesmo tendo sido construída em décadas

seguintes, ao lado da Igreja). A escola adviria como projeto a ser complementado e teria a ostensão de preenchimento espacial e complementador nas necessidades primárias dos habitantes, ou seja, da religiosidade e da educação.

Discorrendo sobre o papel da Igreja, recorreremos ao pensamento de Vasconcelos (2006). O autor comenta que a Igreja age na sociedade civil, de forma plural, e atua como força espiritual dominante, influenciando de várias formas os centros econômicos regionais.

Nessa análise de Vasconcelos, percebe-se claramente a posição da Igreja enquanto estrategista das mais variadas formas de administração territorial. Já, de uma forma mais afável, Wernet (1987, p. 75) comenta que “compete à Igreja o cultivo da inteligência e de virtudes e este fato só poderia ser desenvolvido em determinados espaços onde o verde, o clima ameno e o silêncio estivessem presentes”.

No entanto, mesmo querendo trazer a característica estratégica da presença da Igreja no ordenamento territorial, questões ligadas ao simbólico, ao subjetivo e ao espiritual normalmente se fazem presentes. De fato, questões ligadas à historicidade da Igreja no Brasil ganham melhores indagações por meio de Márcio Moreira Alves. Em sua obra: *A Igreja e a política* (1979), o autor (direcionando a escrita em um cunho cristão) engaja suas discussões nas transformações socioeconômicas e políticas do Brasil, juntamente com a transcendência institucional da Igreja.

Assim, Alves comenta que a Igreja em sua forma geral, estrategicamente, dividiu-se em várias táticas, segundo a classe social que deveria atingir. Para os trabalhadores das cidades e dos campos, desdobrou-se em quatro planos: organizacional, material, ideológico e político.

No plano material, Alves confere que se prosseguiu a tradição de realizar tarefas que caberiam ao Estado, abrindo novos campos de ação e modificando o conteúdo da sua presença onde anteriormente já atuava. Organizacionalmente, a Igreja tratou de descentralizar a sua presença, incentivando a formação de núcleos eclesiais independentes. Ideologicamente, a estratégia provocou um deslizar do discurso político oficial, com ênfase no sistema de propriedade fundiária. E, a partir do golpe de Estado militar de 1964, a Igreja tomou a seu cargo a defesa dos direitos elementares dos oprimidos, que já não podiam se exprimir por carecerem de instrumentos legais apropriados e de partidos políticos.

Segundo o autor, tanto no Brasil, quanto nos países da América Latina, e em todas as regiões do velho mundo “ocidental e cristão”, a Igreja Católica tem sempre atuado como se toda a população ainda lhe fosse fiel. Nesse sentido, para Alves (p. 57):

A consequência administrativa desta atitude é que a sua implantação deve cobrir a totalidade do território, porque da mesma maneira que não se podem conceber espaços vazios num país, que não dependam de uma subdivisão político-administrativa, não se poderia conceber um território espiritualmente abandonado, não dependente de uma paróquia ou que não estivesse ligado a uma diocese. Em princípio, portanto, toda a alma brasileira tem o seu pastor, como todo o cidadão tem o seu presidente da câmara e o seu governador. Mas tal como o Estado Federal reconhece a existência de regiões demasiada subpovoadas e pobres para manter o governo local e prevê para estes casos uma administração dirigida e financiada pelo poder central, a Igreja reconhece terras espiritualmente virgens, em que as estruturas eclesíásticas não se podem estabelecer sem um auxílio exterior, terras que são administradas por missionários e formam prelaças em vez de dioceses.

Não procuramos nas indagações fazer certa ‘materialização da Igreja’ (se é que isso é possível), muito menos pressupor que o reordenamento de Chapecó estaria ligado somente a ela. Procuramos, sim, abarcar e propor direcionamentos que trouxeram às bases conceituais e práticas da cidade. A cidade enquanto possibilidade. Pois, entendemos que o planejamento é importante. Mas, por si só não é condicionante. Voltamos à indagação anterior.

O que fez da Igreja ser umas das precursoras do crescimento regional? Seria esse crescimento simplesmente imposto por sua localização? Seria a Igreja extremamente próxima ao Estado? Seriam os migrantes em sua grande maioria cristãos? Esta Igreja representaria a cidade material?

A figura 11 demonstra características marcantes da cidade. As quais competem à centralidade física da Igreja e à característica florística da cidade e região, marco importantíssimo na economia regional, estadual e nacional, através do ciclo da madeira, influência migratória e a ‘estabilidade’ econômica. Nota-se, inclusive ao lado da Igreja e escola, fundada na metade da década de 1930 e que, inicialmente teria em seu projeto arquitetônico a utilidade de presídio. A referida foto mostra também, outro ponto marcante de Chapecó – a grande quantidade de pinheirais. Inúmeros são os trabalhos que abordam este tema e trazem a esta economia (madeireira) certo destaque nacional. No entanto, a madeira teve seu ciclo durante cerca de quatro décadas. Posteriormente deu lugar a outra atividade influente no Oeste que advém da agroindústria.¹⁹

¹⁹ Sobre a questão da madeira, da agroindústria e do direcionamento econômico regional, ver: Bavaresco (2005).



Figura 11: Retrato lateral da Igreja, datado da década de 1970.
Fonte: Cópia do acervo de Victorino Zolet

Uma questão também nos intriga está concisa na relação entre a política, a Igreja e o Estado. E é por meio da professora Monica Hass (2000) que traremos mais adiante a ligação ao qual propomos.

Assim, Chapecó criava seus contornos políticos, direcionados e relacionados a um número restrito de pessoas que detinham o poder e estavam respaldados por outros membros políticos nacionais.

No entanto, é por meio da análise de outro autor regional que traremos a discrepância da pesquisa atrelada aos regionalismos políticos. Segundo Dlugokenski (2012), antes da colonização e conseqüentemente do ciclo madeireiro, Chapecó era dominada pelo coronelismo. Posteriormente, com o início do varguismo no Brasil, diversas pessoas foram nomeadas ao executivo municipal. Estas, para Dlugokenski, sempre estavam ligadas de uma maneira ou outra aos madeireiros e as colonizadoras, entre os quais podemos citar o filho do colonizador Ernesto Bertaso, o engenheiro Serafim Enoss Bertaso, que governou Chapecó, de maio de 1944 a março de 1947.

E é nessa análise temporal que surgem as legendas políticas na cidade de Chapecó. Bertaso, Maia e os donos de madeira montam uma célula do PSD – Partido Social Democrático, que por muito tempo foi o único partido existente em Chapecó.

Analisando a política regional, Hass em sua obra *Os partidos políticos e a elite chapecoense (2000)*, relaciona os agentes colonizadores do Oeste e suas ligações com partidos políticos locais ligados à federação.

O PSD chapecoense foi controlado durante a sua existência – 1945 a 1965 - pela família Bertaso, tendo na sua presidência, o filho do cel. Bertaso. O diretório municipal do PSD de Chapecó foi aprovado pelo TRE, na data de 05 de Dezembro de 1946. Era composto pelos seguintes membros: Serafim Bertaso (engenheiro, colonizador e madeireiro); Domingos Giorno (funcionário público); José D. Silva; Vicente Cunha (advogado); Luiz Lunardo (comerciante, industrial madeireiro – Xaxim); Ernesto F. Bertaso (colonizador e industrial madeireiro); Ventura Migliorini (industrial madeireiro – Fachinal dos Guedes); Fredolino Zimmer (industrial madeireiro - São Carlos); João Both (jornalista e industrial – Itapiranga); Abílio Daronch – industrial – Mondai; Albano Gilioli (tabelião em Caxambú); Cid Loures Ribas (advogado). (HASS, 2000, p.160)

Nesse sentido, a conotação do partido evidenciado por Hass se engaja nas declarações de madeireiros, colonizadores e alguns profissionais de outras áreas. Esta junta político/administrativa estava voltada à política, obviamente, mas suas ramificações econômicas estariam intrínsecas ao ciclo da madeira.

Ainda em relação à dissertação de mestrado de Glugokenski, o mesmo indaga que, no ano de 1946, alguns profissionais descontentes com a orientação do PSD registram uma nova legenda que faria oposição, esta é denominada UDN - União democrática Nacional - e seria composta basicamente por comerciantes de outros ramos, que estavam em ascensão na cidade, assim como colonos e profissionais liberais.

Segundo Hass (Op. Cit. 2000, p. 163) a sigla, fundada em dezembro de 1946, teve os seguintes membros em seu corpo diretivo:

Presidente, Pedro S. Maciel (comerciante); vice, Otavio C. Rauen (médico); secretário, Jaci Bernardes (pedreiro). Seus membros eram: Marcelino Joaquim de Moura (comerciário); Rubens Carvalho Rauen (médico); Manoel Gregório de Mattos (colono); Moisés Garcia de Paula (colono); Julio Republicano Pereira (comerciante); Odoacro de Paula Muniz. Carlos Grützmenn, Eduardo José Pompermaier; Bruno Glufke, de Mondai (comerciante); José Maier; João Muxfeld, de São Carlos (colono) e Olímpio Machado.

No entanto, mais tarde, surge outra sigla política na cidade de Chapecó. Dessa forma, em 1947, surge o PTB que tinha suas lideranças ligadas tanto ao setor madeireiro como comerciário (Dlugokenski, 2012).

Encontramos na obra de Hass algumas referências a esse novo partido.

(...) no Tribunal Superior Eleitoral, o primeiro documento encontrado sobre a criação do PTB de Chapecó, é do dia 08 de novembro de 1947, quando ocorreu o registro do seu diretório. Consta como presidente o advogado José de Miranda Ramos; o 1º vice; o industrial madeireiro, Alberto Ferronato; 2º vice, o industrial madeireiro Aquiles Tomazelli; 1º secretário, comerciante Bruno Sperandio; 2º secretário, comerciante José Silva de carvalho; 1º tesoureiro, relojoeiro Dorvalino Félix Nora; 2º tesoureiro madeireiro, Rui Ferronato. Membros: Pasoal Moro, Arlindo Potrich, Fermino Vanzin, Ricardo Lago, Salvador Guilherme Zeferino, colono José Meneghini, pedreiro Arno Fávero, Santo Garrafeti, João palú e Luiz Avelino Vicenti (HASS, op. Cit., p.167).

A política chapecoense tinha por demanda a referida conjuntura política, apregoada às aspirações econômicas como a madeira, o comércio e a indústria. É dessa forma que temos a estrutura de dominação, o controle social e o entrelace de poder nas questões econômicas. O sentido do público e do privado ganham outros contornos, uma vez que ambos passam a estar conexos.

3.5 Crescimento populacional de Chapecó

Por meio da conjuntura política, religiosa e estatal, Chapecó vai ganhando novos contornos. A cidade passa a ter um crescimento populacional considerável (se comparado, entre as décadas). Cabe, entretanto analisar os possíveis motivos que se destacam na ocorrência do crescimento da cidade, assim como, de como a cidade irá se comportar perante este contingente populacional.

Na tabela 1, estão expostos os dados (segundo o IBGE) condizentes à evolução da população urbana de Chapecó. Nota-se o acelerado desenvolvimento e crescimento populacional posterior à década de 1940, quando tivemos a introdução das agroindústrias no município, o auge do ciclo madeireiro e a contingência migratória. Porém, haverá uma inversão em relação à população do campo e a população da cidade. Salientando que no ano de 2000, os índices relacionados à população da cidade de Chapecó não estavam disponíveis. No entanto, procuramos fazer a análise de crescimento da cidade de Chapecó, comparando-a com as análises de desenvolvimento econômico.

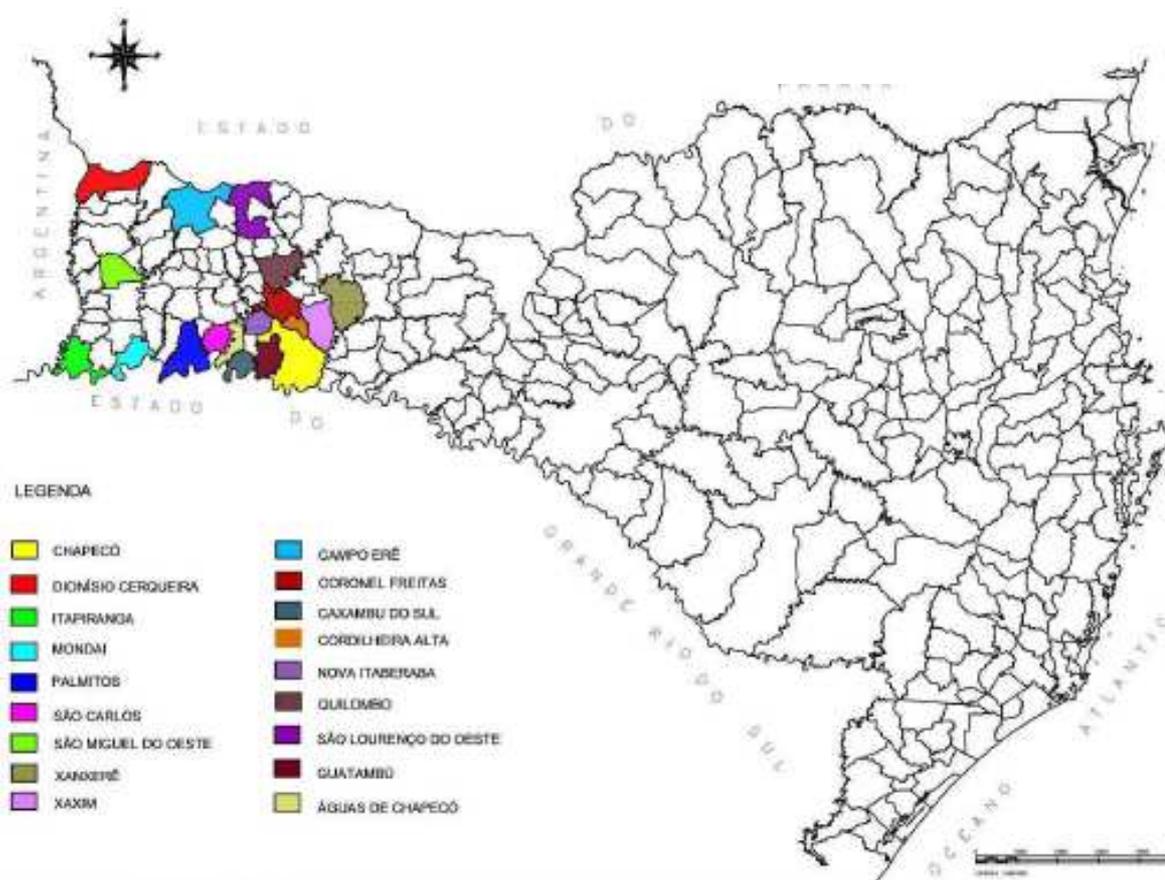
Tabela 1: Chapecó: Crescente da população urbana

ANO	POPULAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO	%EM RELAÇÃO AO TOTAL	POPULAÇÃO DA CIDADE DE CHAPECÓ
1940	4.128	9%	801
1950	9.756	10%	2.633
1960	16.668	32%	8.564
1970	20.275	41%	18.668
1980	55.269	66%	53.181
1991	96.751	79%	93.697
2000	134.592	92%	-
2010	168.159	92%	165.255

Fonte: IBGE – Censos Demográficos Brasileiros de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.
Organizado pelo autor.

No entanto, vale ressaltar que somente após a década de 50 do século XX é que o município de Chapecó começou a perder territórios, dando origem a outros municípios. Entretanto, mesmo após seus desmembramentos, Chapecó continua sendo o município polo das atividades econômicas regionais.

No mapa 4, estão os municípios que se desmembraram de Chapecó. Essa separação começou no início da década de 1950 e seguiu até os primeiros anos da década de 1990. Tais índices correspondem ao trabalho da pesquisadora Cristiane Gretzler (2011) em pesquisa na qual analisa o crescimento de Chapecó e seu entendimento enquanto conceituação de cidade média no Oeste Catarinense.



Mapa 4: Municípios desmembrados de Chapecó
 Fonte: Gretzler Op. Cit. 2011, p. 58 apud Cartas do Exército, 1980.

Para melhor entendimento dessas desmembrações, procuramos listar os municípios e seu respectivo ano de separação. Estes dados estão explícitos na tabela 2. Durante a tabulação dos dados, percebeu-se que, com exceção dos últimos desmembramentos ocorridos na década de 1990, em todos os desmembramentos anteriores, a separação aconteceu no mesmo ano,

persiste a mesma data, tanto no mês, quanto no dia da emancipação. Fato este que apresenta a sintonia e a harmonia no apartamento como ato primário resultante na possibilidade assertiva de administração territorial.

Cada município exercerá sua característica própria. Alguns se destacam como importante polo moveleiro (como o caso de Coronel Freitas), outros despontaram na questão turística, ou nas atividades agrícolas diversas, como silvicultura, suinocultura, avicultura, e assim por diante. Mas o que todos têm em comum é a ligação com Chapecó (direta ou indiretamente), seja em aspectos econômicos diversos, - como acordos comerciais, logística, questões ligadas à saúde, à educação - seja em questões ligadas à publicidade, questões políticas, culturais e sociais. Não é exagero enfatizarmos a influência que a cidade de Chapecó exerce na vida econômica e social desses municípios, reiterando que cada um apresenta suas particularidades e características próprias, intrínsecas, mas com ligações históricas à Chapecó.

Tabela 2: Municípios que foram emancipados de Chapecó

MUNICIPIO	ANO DA EMANCIPAÇÃO
SAO MIGUEL DO OESTE	1953
ITAPIRANGA	1953
XANXERE	1953
XAXIM	1953
SAO CARLOS	1953
PALMITOS	1953
DIONISIO CERQUEIRA	1953
MONDAI	1953
CAMPO ERE	1958
SAO LOURENÇO DO OESTE	1958
CORONEL FREITAS	1961
QUILOMBO	1961
AGUAS DE CHAPECO	1962
CAXAMBU DO SUL	1962
NOVA ITABERABA	1991
GUATAMBU	1991
CORDILHEIRA ALTA	1992

Fonte: Federação Catarinense das Associações Municipais – FECAM – 2013.

Propomos, assim, averiguar algumas questões na correlação do crescimento e o funcionamento da cidade de Chapecó. Mesmo após os desmembramentos, a maior cidade do Oeste do Estado continua exercendo papel de destaque seja em níveis econômicos, ou populacionais. Esses últimos, se comparados aos níveis de crescimento do Estado, farão com que a cidade oestina tenha uma média superior durante as décadas de 1980 a 2010. Como, inclusive, demonstra a tabela 3.

Tabela 3: Chapecó e Santa Catarina: Taxas de Crescimento populacional

	1980-1991	1991-1996	1996-2000	2000-2010
Chapecó	3,99%	3,33%	2,84%	1,9%
Santa Catarina	2,04%	1,43%	2,27%	1,55%

Fonte: Gretzler Op. Cit.2011, p. 98 apud SEBRAE – 2010.

A cidade capital do Oeste Catarinense apresenta (como a própria tabela 3 demonstra) uma crescente considerável, mesmo se comparada ao Estado. No entanto, o que propomos na pesquisa é trabalhar com as questões ligadas à cidade de Chapecó. A desagregação e o afunilamento atual da cidade são importantes, pelo fato de por meio desse estudo se pode chegar, de forma mais direta, nos entrelaces de planejamento, reordenamento e transformação espacial.

Dessa forma, analisamos a cidade no sentido de processo transformador, por meio de sua relação com o campo. Não concebemos que a transformação espacial da cidade se dá pura e simplesmente pelas relações da própria cidade e, sim, pelas interpelações condizentes às questões rurais. Até por que se voltarmos à análise da tabela 1, que demonstra o crescimento urbano de Chapecó, verificaremos que a população rural era maior do que a citadina. Tivemos em décadas seguintes uma inversão, fato que não é somente característico de Chapecó, mas do Brasil.

De fato, se tivermos o planejamento inicial da cidade, como demonstrado neste capítulo, poderemos discorrer sobre alguns pontos. Quais fatores fizeram com que Chapecó

estivesse durante algumas décadas com tais contingentes rurais? E mais. O que há de diferença entre a produção do espaço rural e a produção do espaço citadino? Será que quando Bertaso, quando ajudou a Chapecó sair do papel, haveria pensado nos espaços rurais? Por meio dessas perguntas, podemos imaginar a importância que os espaços rurais e as atividades dele advindas tiveram no crescimento da cidade.

Assim, a produção do espaço, as transfigurações econômicas, o crescimento citadino, as mudanças de hábitos, comportamentos e costumes são condizentes à dualidade, ou melhor, a relações materiais e figurativas que perpassam o modo citadino e o modo agrícola, a forma urbana e a forma rural.

CAPÍTULO 4

4 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO OESTE CATARINENSE E SEU PROCESSO NA FORMAÇÃO URBANA

4.1 Chapecó como processo transformador

En estas torres metálicas que se elevan por encima de los bosques, frente a lãs montañas, hay un desafío y un interrogante. Desafío al pasado, interrogante al futuro. Algo nuevo y distinto se anunció, declaró, significó: lo urbano (LEFEBVRE, 1978, p. 11).

Cabe aqui destacar a importância do urbano no processo de remodelação espacial. Procuramos abordar suas relações sem defini-lo e imagina-lo como forma física, visível, palpável, já que muda a cada instante e não há possibilidades de acompanhá-lo. Mas cabe a pergunta: como podemos percebê-lo? Pode ser percebido por suas relações na cidade - cidade esta que seria o aspecto físico, visível das estruturas, infraestruturas e aglomerações de determinada (des)ordem contidas e concentradas num determinado lugar?

Torna-se vago tentar definir o fenômeno urbano. Porém, o que se objetiva é trazer subsídios conceituais acerca dele. Neste sentido, o abordamos na condição de relações. Relações estas características da cidade: sua forma, configuração, desmembramento e - principalmente – seu ‘abarcamento’.

O Oeste é, em todas as suas instâncias, mesmo não delimitado, não definido, mas percebido como relações urbanas, ou seja, relações provenientes da cidade?

Mas e o rural? Onde se encontra? O rural também passa por transformações. Não é o seu fim, mas sua reconfiguração. Fato este que é acarretado pelas relações cidadinas. A cidade física, visível, material – a cidade na condição de trabalho, como cotidiano, enquanto infraestrutura - não alcança o meio rural, mas suas relações sim.

Henri Lefebvre (2001) comenta que talvez devêssemos introduzir uma distinção entre a cidade realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico – e o urbano, realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento. No entanto, Lefebvre também explana que temos que ter muito cuidado se adotarmos esta terminologia das relações entre a “cidade” e o “urbano”, para evitarmos tanto a separação quanto a confusão.

O modo como as atividades agrícolas se desenvolvem, a maneira como os habitantes de áreas rurais recebem as mesmas informações, no mesmo instante e com os mesmos meios tecnológicos (televisão, celular, rádio, computador etc.) que os habitantes citadinos é a prova da transformação pela qual a cidade e o rural vêm passando. Não falamos somente em mudanças materiais, falamos também em mudanças subjetivas, mudanças econômicas, mudanças no modo de produção, na readequação dos horários de vivência, enfim, de padrões externos e internos.

Por várias vezes, perguntamo-nos se partimos da cidade para o entendimento do rural, ou se partimos do rural para conceituar as objeções cidadinas. Entretanto (e é esse o entrelace da pesquisa), não procuramos separá-los. Muito pelo contrário, suas inter-relações nos trazem pressupostos para o entendimento das modificações urbanísticas da cidade de Chapecó.

Em nenhum momento falamos em fronteira entre esses dois processos, tanto do rural quanto da cidade. Porque não há linha que as separe. Não há meios com os quais possamos dizer onde começa e onde acaba. Não procuramos conceber o rural - suas atividades, ritmos produtivos - com o modo de vida citadino. Estamos interligando um ao outro, todavia com muito cuidado para não torná-los idênticos. A cidade e o rural não são semelhantes, de forma alguma, mas o urbano o é.

Nesse sentido, percebemos e analisamos as mudanças estruturais como mudanças subjetivas e objetivas - mudanças de hábitos, de costumes, mudança de comportamento. No entanto, nos perguntamos o porquê dessas mudanças. Qual foi o acontecimento, o processo, os meios que fizeram com que essas mudanças se tornassem necessárias?

É o que Walter Benjamin (1994) nos mostra muito bem quando da análise e do entendimento pelo qual denota um anjo com o rosto voltado para frente e o corpo voltado para trás. Este anjo, segundo Benjamin, tem medo de enfrentar a tempestade que está por vir. Mas

qual seria esta tempestade? Quais seriam essas mudanças das quais o *Anjo da História* tem medo de encarar? Essa tempestade, para Benjamin, nada mais é do que a instrumentalização da modernidade que, segundo o autor, traz desconfortos, dúvidas e medos, mas é necessária, não temos como interrompê-la. Então, cabe a nós enfrentá-la. Mas de que forma? O que é a modernidade? O que a cidade, o rural e o urbano têm em relação a isso?

Na obra *A Condição Espacial*, Ana Fani debate a vida na cidade. Para a autora, o espaço é definido por meio de uma tríade - condição, meio e produto -, que seriam condizentes nas relações da sociedade - ‘o ato de produzir a vida é o ato de produção do espaço’. Dessa forma, o espaço se dá como condição da existência humana. O espaço, para Ana Fani, diz respeito à vida, já que está próximo a ela. Neste sentido, temos o entrelace entre o espaço e o tempo. Segundo Fani, ao longo da história, essas relações no espaço/tempo se transformam. Existe uma transformação da vida, mas também há uma transformação temporal. O tempo é associativo a essa dimensão temporal.

Diante das transformações do espaço no Oeste Catarinense, torna-se fundamental abranger essas modificações por meio da ação humana. Temos em mente a necessidade da análise da produção na qual o homem busca a sua sobrevivência por meio do uso e da transformação espacial.

O sociólogo Soto (2008, p. 179 – 185), por meio da análise da obra *Espaço e Política* de Henri Lefebvre, comenta que o autor, em específico nesta obra, aponta para uma nova contradição. Entre, por um lado, a fragmentação do espaço (para a venda e a troca) e a capacidade técnica e científica da produção do espaço social a escala planetária.

Para Soto, nessa fragmentação do espaço, Lefebvre contrapõe o direito à Cidade. Ele se apoia nesse conceito para a construção de uma análise global, superando a falsa análise ou fragmentada. E isso não depende de uma ideologia urbanística, muito menos de qualquer intervenção dos arquitetos. Pelo contrário, depende de uma qualidade que faz parte da essência do urbano: a centralidade.

A realidade urbana não existe sem um centro “sem uma reunião de tudo o que pode nascer no espaço e nele ser produzido, sem encontro atual ou possível de todos os ‘objetos’ e ‘sujeitos’” (SOTO apud LEFEBVRE, 2008, p. 32).

Por meio desta análise, Soto indaga que Lefebvre concebe a problemática do espaço a partir de um conjunto de questões. Questões estas que estão intrínsecas no estatuto teórico do espaço e na relação entre o espaço mental (percebido, concebido, representado) e o espaço social (construído, produzido, projetado), ou seja, entre o espaço da representação e a representação do espaço.

A transformação de Chapecó, de uma simples vila (como mostra o primeiro capítulo), para uma célula de cidade e, posteriormente, o reerguimento de uma região notada nacionalmente, marchou ao passo da transformação da cidade. Transformação dos costumes, das visões, do empreendimento, até mesmo do conceito de cidade.

Mas por que não seria, ao invés da transformação citadina, uma transformação do rural? Na ‘construção’ material da cidade, sua abrangência, sua transformação, seu crescimento econômico, teve respaldo somente a cidade, ou a produção primária, a agricultura, as relações do rural ajudaram? Ou melhor, será que estas últimas passaram também por metamorfoses? Seria a cidade preponderante ao rural, ou seria o rural interagindo com a cidade? Seria o rural uma forma espontânea de crescimento, ou será que o rural, assim como a base material da cidade, também teve seu devido planejamento e ordenamento?

Estas indagações serão as bases conceituais desta análise, que procuramos contrapor no entendimento e crescimento da cidade de Chapecó, a partir da apreciação sobre a cidade. Das relações urbanas advindas dessa cidade e da complementação dos espaços rurais, suas vicissitudes na identidade socioeconômica da cidade de Chapecó.

A respeito da premissa contextualizada sobre o conceito e criação da ‘cidade’, aproximamo-nos das análises de Rodrigo Lopes (1998). Em sua obra: *A Cidade Intencional*, o autor comenta que o mundo de hoje exige uma cidade pensada, projetada e construída de forma a potencializar as oportunidades e reduzir as ameaças. Essa *cidade intencional*, para Rodrigo, deve ser capaz de desenvolver os seus pontos fortes e reforçar os seus pontos fracos, dentro de uma visão de futuro gerada pelo desejo da sociedade, em um esforço coletivo de ação e realização.

Nesse sentido, Chapecó, em todas as análises, foi uma cidade pensada, projetada para suprir algumas questões inerentes ao crescimento da época. Mas como podemos pensar em moldes para planejar a cidade para fazê-la instituir-se como crescente econômico?

Referindo-se aos exemplos do Rio de Janeiro e Barcelona, Lopes aborda o crescimento premeditado das cidades. Comenta o autor que terminou o tempo das cidades acidentais, que cresciam a partir de condicionantes diversos que uma sociedade organizava.

Em um mundo de incertezas, ameaças, oportunidades e transformações, a cidade intencional é o mais importante caminho para a construção de um ambiente acolhedor, integrado, vertebrado, aberto ao mundo, com oportunidades para realização pessoal, competitivo na formação de riqueza, e com uma identidade forte o suficiente para construir uma sociedade justa e estruturada (LOPES, 1998, p. 20).

O autor é disserto quando se manifesta a respeito da enorme capacidade de acumulação e de reprodução capitalista das cidades, fato este que resultou numa economia mundial mais organizada, passando a fazer a correlação entre os espaços urbanos locais, regionais e mundiais. A expansão da globalização expandiu esse processo de forma extensiva, criando uma nova realidade econômica, social e política, na qual as cidades ganharam novas funções em uma sociedade integrada em rede. Assim, as cidades passam a influir nas opções estratégicas das empresas, a partir de posicionamentos urbanos, fiscais, econômicos e sociais. As ações estratégicas no âmbito das cidades são definidas dentro da lógica do mercado, em sobreposição à lógica do cidadão, que sempre comandou a evolução urbana. A característica principal desse processo é a primazia do global sobre o local na busca de vocações e especializações urbanas.

De fato, pensando na dualidade posta entre os ‘espaços’ urbanos e os ‘espaços’ rurais, tornam-se profícuas as análises expostas no jornal *Folha de São Paulo*, nos anos 1998 a 2001, feitas por José Eli da Veiga. Esses artigos foram reunidos e resultaram na obra: *Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Dessa forma, apresentamos tais apreciações, até porque correlatam com o tema proposto e nos fazem pensar sobre o ‘malefício’ causado pela urbanização nos setores rurais. “São instituições que perpetuam a desigualdade entre o Brasil urbano e o Brasil rural que estão no foco deste livro” (VEIGA, 2003, p. 47).

Segundo Veiga (2003, p. 44-47), seremos vítimas da ficção oficial de que o Brasil será 90% urbano, por volta de 2010, e inteiramente urbano, por volta de 2030. Mas ninguém tem direito de desconhecer a imensa desigualdade que existe entre o Brasil urbano e o Brasil rural. Uma desigualdade que se manifesta principalmente nas oportunidades, nas escolhas, nas opções e, sobretudo, nos direitos que podem ser efetivamente exercidos por essas duas partes da população. Entretanto, existe a crença de que o destino do espaço rural será seu desaparecimento por força de avassaladora urbanização.

A oposição cidade-campo, para Veiga, já seria, inclusive, uma questão inteiramente superada, uma vez que a ruralidade não passaria de mero sucedâneo de uma formação social anterior, condenada pura e simplesmente a sumir, a exemplo da Holanda, essa vasta metrópole urbana apenas recortada por corredores verdes onde se misturam espaços recreativos e terrenos de uso agrícola.

O autor não vê a urbanização como solução para os problemas enfrentados no campo, como educação e saúde, e que essas áreas rurais estão intrinsecamente ligadas aos patrimônios

natural e cultural, fato que reafirma o contraste entre os contextos ambientais do campo e da cidade. O desenvolvimento, dessa forma, leva à revalorização do ambiente natural, e não à urbanização do campo. Além disso, não existe mais o tempo em que a virtude das enormes cidades era arrancar grande parte da população do embrutecimento da vida do campo.

No entanto, mais diante, Veiga contempla que nos espaços rurais dificilmente ocorrem os processos flexíveis de inovação e de improvisação que dependem da concentração, da contiguidade e da diversidade que caracterizam as economias urbanas, afirmando que toda a região rural tem um ou mais centros urbanos que exercem as funções de polos gravitacionais e que as economias locais resultam das relações simultâneas entre atividades rurais e urbanas.

Essa última análise feita por Veiga nos é mais pertinente, uma vez que procura a inter-relação e não a separação. Os espaços citadinos e os espaços agrícolas estão justapostos. Relacionam-se, produzem e reproduzem suas relações, suas práticas econômicas, sociais, culturais. Porém, qual seria o fator que une esses espaços e age na interpelação e não na segregação?

Sobre as vantagens das noções de território e de espaço, Veiga comenta que são evidentes, uma vez que ambas não se restringem ao fenômeno local, regional, nacional ou mesmo continental, podendo exprimir simultaneamente todas essas dimensões. São, portanto, muito mais significativas e parecem realmente ser as motivações que levaram ao emprego generalizado do substantivo desenvolvimento para substituir o já ultrapassado planejamento e ordenamento. Inclusive, o autor cita como exemplo a França. Esse país, segundo Veiga, teve como responsável pelo seu ordenamento territorial uma comissão interministerial que preparou um projeto de lei de orientação para o desenvolvimento do território, fato considerado como marco simbólico de virada. Basicamente porque o ordenamento seria algo consentido, outorgado e redistributivo, enquanto o desenvolvimento seria desejado, partilhado e produtor de riquezas, ou, ainda, porque se pretende cruzar, num mesmo espaço, uma política “descendente (ordenamento) com uma política ascendente (desenvolvimento)”.

Afinal, conclui o autor, são os empreendedores os principais agentes da mudança econômica, pois são eles que geram, disseminam e aplicam as inovações. Ao procurar identificar as potenciais oportunidades de negócios e assumir os riscos de suas apostas, eles contribuem tanto para um maior uso dos recursos disponíveis quanto para a expansão da atividade econômica, mesmo que muitos não tenham constante geração de novos produtos e serviços.

Para o prosseguimento da escrita, tornam-se necessárias algumas objeções por meio da escrita de José Eli da Veiga. Primeiramente, porque o autor utiliza como fonte inesgotável

dados do IBGE, em que é discorrido sobre a população rural e urbana. O IBGE trabalha (desde sua criação no governo varguista), dentre outras particularidades, com dados, índices propostos e análises materiais. Discutir a questão da urbanização a partir da materialização quantitativa talvez seja um reducionismo. No entanto, como podemos analisar e/ou constatar as questões restritas à ruralidade e à urbanização? Haveria formas de pensar sobre o crescimento brasileiro entre formas mutáveis relacionais e não puramente físicas? Teríamos inevitavelmente que separar os espaços urbanos dos espaços rurais? O que existiria de diferente nestes espaços para utilizarmos como padrão na separação? Como faríamos isso? Qual seria o marco físico ou subjetivo que nos diria onde começa e onde acaba tal fenômeno? E na linha limítrofe entre ambos, quais seriam os traços perceptíveis? Seria um mais influente do que o outro? As cidades, e as áreas rurais, as quais o IBGE abarca tem como marco divisório um recurso natural ou uma placa. Então, podemos considerar que este(s) marco(s) é o condão umbilical de espaços citadinos e agrários? Algumas vezes, as perguntas têm a tônica das respostas.

Discorrendo as questões rurais, achamos interessante a escrita de Maria de Nazareth Baudel Wanderley (1997) que comenta sobre as características do rural como espaço integrado, específico e diferenciado, principalmente quando levamos em conta as representações sociais. Segundo a autora, mesmo quando se atinge certa homogeneidade, quanto aos modos de vida e a chamada “paridade social”, as representações sociais dos espaços rurais e urbanos reiteram diferenças significativas, que têm repercussão direta sobre as identidades sociais, os direitos e as posições sociais de indivíduos e grupos, tanto no campo quanto na cidade.

No entanto, para Wanderley, o mais notório é que essas diferenças se dão não mais ao nível do acesso aos bens materiais e sociais, que seriam, então, de certa forma, similarmente distribuídos entre os habitantes do campo ou da cidade, nem mesmo no que se refere ao modo de vida de uns e de outros, “[...] as diferenças vão se manifestar no plano das “identificações e das reivindicações na vida cotidiana”, de forma que o “rural” se torna um “ator coletivo”, constituído a partir de uma referência espacial e inserido num campo ampliado de trocas sociais” (WANDERLEY, 1997, p. 33).

A autora ainda coloca que é importante observar que essa abordagem sobre a pertinência do recorte campo cidade, como forma de apreender as diferenças espaciais e sociais nas sociedades modernas se enriquece no novo contexto gerado pelos processos de globalização/mundialização. Os próprios impactos das políticas públicas, nacionais e macrorregionais sobre os espaços rurais reiteram a existência do rural, como espaço

específico e como ator coletivo e que o mundo rural mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o recortam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba.

Este mundo rural se move em um espaço específico, o espaço rural, entendido em sua dupla face. Em primeiro lugar, na posição de um espaço físico diferenciado, resultante da construção social do espaço rural, especialmente da ocupação do território, e das formas de dominação social que têm como base material a estrutura de posse e uso da terra e outros recursos naturais.

Em segundo lugar, como lugar de vida, isto é, lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência “identitária”) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional). Wanderley conclui seu pensamento com o conceito de determinado continuum rural-urbano, que compete com o fim do isolamento entre as cidades e o meio rural.

4.2 Vicissitudes do campo e da cidade na formação urbana chapecoense

Durante este capítulo, ostentamos a possibilidade de abarcar o crescimento citadino de Chapecó e as mudanças estruturais pelas quais a cidade vem passando. De fato, no transcorrer das décadas, a cidade passou por várias transformações, sejam elas de cunho físico/material ou de cunho subjetivo. No entanto, percebe-se que se torna inteligível definir as transformações da cidade pela pura e simples análise da cidade. Até porque, a cidade - neste caso Chapecó - exerce papel de destaque e de influência em toda a região Oeste. Mas este papel advém de diversas outras possibilidades, e uma destas possibilidades consistiu na atividade primária realizada no campo.

Assim, por meio desta análise, sucedem alguns questionamentos que serão o norte da escrita de aqui por diante. Dessa forma, seriam as impossibilidades do campo ou as possibilidades da cidade para a mudança citadina? Se ficarmos nesta última análise, décadas seguintes teremos um retrocesso, já que as relações da cidade abarcaram também o campo, e as do campo, a cidade. Mas qual seria a intensidade de cada uma?

E mais: nos dias atuais, teremos ainda agentes políticos, corpo diretivo, instituição preponderante, ou a cidade por si só, com suas aspirações, contradições e reproduções, será responsável pelas transformações capitalísticas?

E a relação entre cidade e campo, entre urbano e ruralidade, como podemos concebê-las? Qual seria o direcionamento de cada uma? Seria complementação e transformação, ou estaríamos para uma separação?

Pensar sobre a cidade é pensar sobre o campo. As transformações da cidade são também transformações no campo. Notavelmente, cidade e campo desempenham um papel de dependência. Mas há uma mudança de paradigmas. Lefebvre (1991) nos coloca que durante longos séculos a cidade foi percebida, concebida, apreciada em face ao campo, mais necessariamente, através do campo, em face da natureza. Há cerca de um século, a situação se reverteu: o campo é percebido e concebido em referência à cidade. Ele recua diante da cidade, que o invade. O peso específico dos termos mudou. É nesse momento que a cidade explode.

A explosão da cidade, sobre a qual Lefebvre comenta, e a subordinação do campo diante do poder dessa última trarão agravamentos nas questões socioeconômicas: êxodo rural, desigualdades sociais, econômicas, e notavelmente acréscimo na dependência. O autor ainda comenta que os habitantes da cidade, mesmo pobres, são privilegiados.

Essa relação entre a cidade e o campo está contida nas interfaces do urbano. Este, por sinal, age tanto na cidade quanto no campo, fator acarretado pelas percepções sobre o habitante da cidade e sobre o habitante do campo. Falamos isso pelo fato de que, nos dias atuais, em termos informacionais, não há diferença premente entre ambos. Uma vez que, no meio rural, há também as inovações tecnológicas que antes eram restritas à cidade, como o telefone celular, a internet, televisão via satélite etc. Poderão ocorrer oscilações quanto ao acesso, à propriedade e ao uso dessas inovações, porém as informações tornam-se acessíveis, sejam pelas redes visíveis ou invisíveis.

Estamos, portanto, diante de transformações aparentes. Mesmo (e principalmente) as relações estabelecidas pela cotidianidade. Expressas e contextualizadas dia a dia, essas relações ditarão o sentido das reproduções, tanto no espaço citadino quanto no espaço rural. Mas cabe destacar que partimos da premissa de que estas transformações só se tornam aparentes diante da questão urbana. Nessa questão, Lefebvre (1991, p. 132) pondera, tanto a respeito da caracterização da vida cotidiana quanto do abarcamento do urbano, já que:

[...] opostas á cidade e ao centro urbano (o habitante da casa de campo ainda é urbano; ainda que ele se veja fora da cidade e pense estar contra a cidade, ele não está fora da sociedade urbana), as casas de campo representam a natureza, o sol, o verde, a saúde e, finalmente a liberdade. Enquanto isso, a cidade e seu centro têm como atributos a facticidade, a morbidez, a servidão.

Lefebvre ainda discorre que a realização da sociedade urbana implica ao mesmo tempo um programa político que adviria pelo domínio do econômico. Mas a reforma urbana pode ter o papel e a importância que a reforma agrária teve durante cerca de meio século.

Entendemos que a abrangência da cotidianidade nos trará maiores possibilidades de debater sobre as transformações espaciais do tema em questão. Já que essa mudança de paradigmas, à qual o urbano está inserido, traz lapsos na vida cotidiana. Dessa forma, compartilhamos do pensamento de Lefebvre, quando comenta que a reprodução do espaço aponta a direção e o caráter mundial da reprodução social, englobando também a produção da cotidianidade.

Atualmente a cotidianidade comporta a cisão da vida real em setores separados, funcionais, organizados, estruturados como tais: o trabalho (na empresa ou no escritório) a vida privada (na família, no lugar de residência) os lazeres. A separação desses três domínios observa-se in loco nas aglomerações humanas tais quais se tornaram e tais quais se constroem. [...] a cotidianidade se consolida, se estabelece. É sistematizada. É submetida ou controlada (em particular pelas redes de circulação e de comunicação e de comunicações, e por exigências técnicas). [...] o funcional e o institucional não se situam apenas nas esferas superiores do cotidiano. Entram nelas. [...] a separação da cotidianidade em setores, essa cisão moderna suscita problemas novos. Há aqui uma decisão teórica a tomar, um projeto a iluminar, uma palavra a dizer. Antigas palavras de ordem brilhando no limiar de um pensamento que não queria mais ser especulativo e inutilmente abstrato – transformar o mundo, em lugar de interpretá-lo (LEFEBVRE, 2001, p. 162 apud CARLOS, 2001, p. 66-67).

Estamos diante de variáveis em relação ao fortalecimento e ao crescimento da cidade. Esta, por sua vez, mantém a questão das transformações. O crescimento, a transformação, a mutação citadina se dão por infinitos fatores: pela questão da relação que mantém com o campo, pelas inovações que ela mesma produz, pelas relações de cotidianidade internas a ela e pela produção espacial. Enfim, a cidade como processo transformador é possuidora de diversas características. No entanto, essas características são a própria especificidade da

cidade. Henri Lefebvre contextualiza as mudanças históricas pelas quais o campo e a cidade vem passando. Comenta que há uma reviravolta em suas funcionalidades. E escreve

Num determinado momento, no Ocidente Europeu, tem lugar um “acontecimento” imenso e, entretanto, latente, se pode dizer, porque despercebido. O peso da cidade no conjunto social torna-se tal que o próprio conjunto desequilibra-se. A relação entre a cidade e o campo ainda conferia a primazia a este último: à riqueza imobiliária, aos produtos do solo, às pessoas estabelecidas territorialmente. Num dado momento essas relações múltiplas se invertem, há uma reviravolta. No eixo deve ser indicado o momento privilegiado dessa reviravolta, dessa inversão da heterotopia. Desde então, a cidade não aparece mais, nem mesmo para si mesma, como uma ilha urbana num oceano camponês; ela não aparece mais para si mesma como paradoxo, monstro, inferno ou paraíso oposto à natureza aldeã ou camponesa. Ela entra na consciência e no conhecimento como um dos termos, igual ao outro, da oposição “cidade-campo”. O campo? Não é mais – não é nada mais – que a “circunvizinhança” da cidade, seu horizonte, seu limite. As pessoas da aldeia? Segundo sua própria maneira de ver, deixa de trabalhar para os senhores territoriais. Produzem para a cidade, para o mercado urbano. (LEFEBVRE, 2002, p. 23-24).

A cidade passa a exercer, segundo Lefebvre, papel essencial na vida dos povos. O pesquisador comenta, ainda que ela consiga atrair tudo que nasce da natureza e do trabalho - frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações – e, no entanto, ela cria tudo. Nada existe sem troca, sem aproximação, sem proximidade, isto é, sem relações. A cidade - discorre o autor - cria situações novas. Cria a situação urbana, em que as coisas diferentes advêm umas das outras e não existem separadamente, mas segundo as diferenças. Esse urbano é indiferente a cada diferença que contém. Contudo, o urbano não é indiferente a todas as diferenças, pois ele precisamente as reúne. Assim, a cidade constrói, destaca, liberta a essência das relações sociais. Ao final de seu pensamento, Henri Lefebvre (2002) nos pergunta se a razão desse delírio racional não estaria contida na cidade e no urbano.

4.3 Breves considerações sobre o “novo rural” brasileiro

Cabe, nesta etapa, enaltecer sobre a funcionalidade do rural nas configurações espaciais deste, e da própria cidade. Neste sentido, nos utilizamos das ideias de Grossi e Silva (2002), sobre a comprovação de um novo ‘tipo’ de agrícola. O espaço agrícola, segundo os autores, não é mais considerado como forma singular. Emerge, sim, como condição de pluriatividade. Não é mais centrado na produção agrícola ou entreposto nas situações ligadas às políticas e ao cuidado com o meio ambiente. É isso, e muito mais. Ganha outras utilidades. Serve como habitação, geração de renda, tem a possibilidade de descentralizar as atividades até então concisas à cidade.

Este novo rural transforma os espaços até então considerados agrícolas. Não é a cidade, não de forma direta, que está modificando o espaço rural. Mas é o que vem dela. O urbano. Há uma inter-relação entre as mutações do rural e do urbano. Estes não se misturam. Não se somam num processo de conurbação. Processo este tão comentado no espaço citadino. As atividades agrícolas, os espaços rurais passam por processos de transformação. Seja de atividades produtivas ou de espaços de vivência. Este pensamento de Grossi e Silva está expresso na figura 16. Esta, por sua vez, denota o foco das velhas e das novas políticas de desenvolvimento rural.

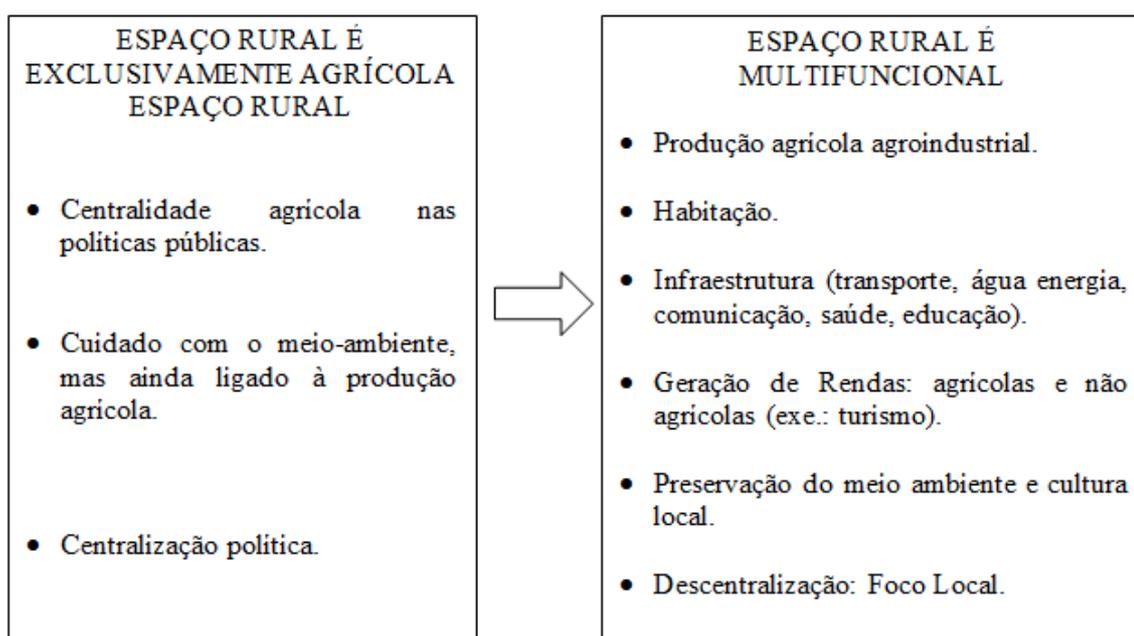


Figura 12: Análise das Velhas e das Novas Políticas Rurais.
Fonte: Grossi e Silva (2002, p. 41). Organizado pelo autor.

Os autores ainda comentam sobre o direcionamento e a funcionalidade do meio rural. Para os autores, seria preciso remover o viés urbano e agrícola das políticas públicas, sem que o desenvolvimento do novo rural brasileiro seja comprometido. “É preciso tomar o rural como um espaço de múltiplas dimensões e não apenas como um local onde se realizam atividades agropecuárias” (Grossi e Silva, 2002, p. 41).

Em outro estudo de José Graziano da Silva, agora com Clayton Campanhola, é desenvolvido um projeto pautado no objetivo de organizar uma nova caracterização da população residente no meio rural brasileiro. Este estudo deu origem ao Projeto intitulado Rurbano. Segundo os autores, pode-se dividir este Projeto em duas fases. Na Fase I, serão consideradas como unidade de análise as pessoas economicamente ativas. A ênfase maior é a ocupação agrícola e não agrícola. Já na Fase II, o interesse de análise está contido na pluriatividade das famílias rurais e das famílias agrícolas.

Campanhola e Silva (2000) comentam que a maior conclusão a que chegaram durante a primeira fase do Projeto Rurbano condiz com o fato que o emprego agrícola vem caindo sistematicamente desde meados dos anos 1980. Mas para a surpresa de ambos, a população rural ocupada em outras atividades também vem crescendo gradativamente no mesmo período. “É como se estivesse havendo uma compensação de perdas de postos de trabalho no setor agrícola pela criação de inúmeras “novas atividades” não agrícolas no meio rural” (Campanhola e Silva, 2002, p. 10).

Comentam ainda os autores que o meio rural não pode mais ser caracterizado como estritamente agrário. Assim como, explicado por meio do calendário agrícola. Muito menos consentido perante a expansão/retração das áreas e/ou produção agropecuárias. Estas, por sinal, não podem ser classificadas assim, porque há uma série de atividades não agrícolas sendo desenvolvidas no meio rural. Atividades como a prestação de serviços; o comércio; e a indústria.

É por meio destas análises ainda que Campanhola e Silva explanam que o meio rural, principalmente nas últimas décadas, ganhou funções novas e novos tipos de ocupação. Funções relativas ao lazer nos feriados e fins de semana; de servir como moradia a um segmento crescente da classe média alta e à população de baixa renda que habita a zona rural, mas trabalha na zona urbana. Como é o caso das empregadas domésticas; funções relativas à preservação e conservação da natureza; assim como servir de abrigo a um conjunto de

profissões tipicamente urbanas que estão proliferando no meio rural, em função da urbanização do trabalho rural: como motoristas de ônibus, secretárias, digitadores, entre outros.

Já a Fase II do Projeto Rurbano está centrada na análise da pluriatividade das famílias agrícolas e rurais residentes no meio urbano. A surpresa nesse quesito de análise, segundo Campanhola e Silva, é que cresceu o número de aposentados que residem no campo. Fato este, que para os autores serve de parâmetro para justificar que o meio rural não é mais apenas o local de trabalho, e sim de residência. Outro fato importante, comentado, é que as pessoas do meio rural não estão estreitamente ocupadas em atividade agrícolas.

Concluem Campanhola e Silva (2002, p. 11) que “esta dissociação crescente entre o local de residência e o local de trabalho, - que há tempos ocorreu nas cidades -, é mais um indicador da urbanização dos campos brasileiros”.

Através de afirmações sobre a realidade urbana que se afirma e se confirma como dominante e de indagações para com o entendimento do fenômeno urbano e a influência do mesmo nos espaços agrários e rurais, Lefebvre apresenta na figura 17 o que segundo o autor seria o “eixo que descreve o processo de imersão do tecido urbano sobre o mundo agrário”.

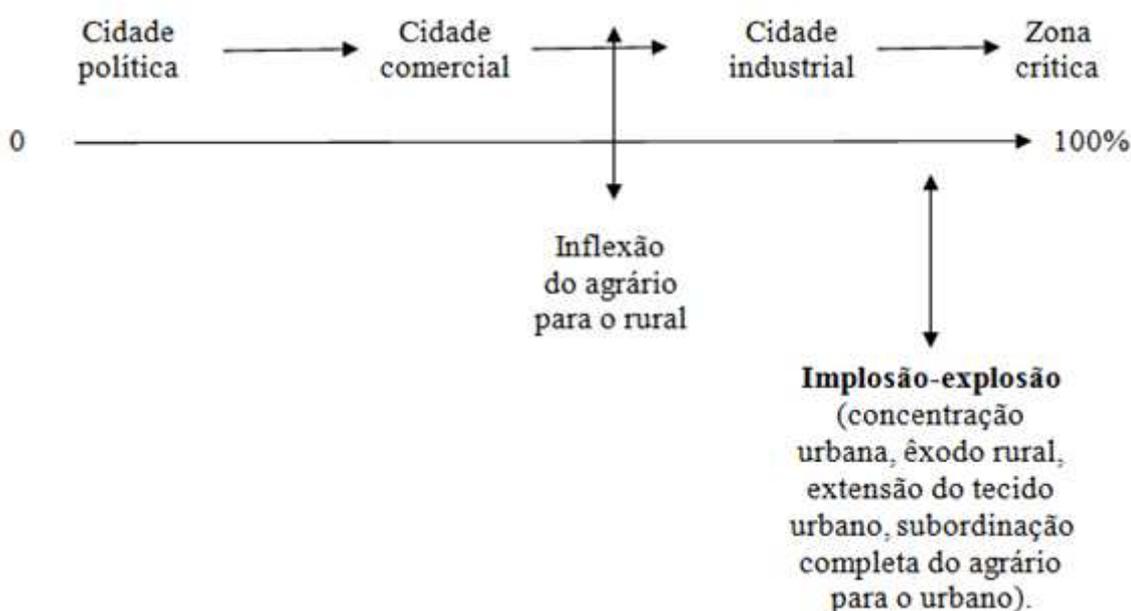


Figura 13: Análise de Henri Lefebvre sobre o processo de urbanização.
Fonte: LEFEBVRE, Henri. Op. Cit. 2002, p. 27 (organizado pelo autor).

O urbano age como modelador dos espaços sejam eles citadinos ou rurais. No entanto, o espaço rural é influenciado em menor ou maior grau pela questão urbana, mas não é subordinado ao tecido urbano como Lefebvre destaca. Descrever o espaço agrário como sendo um espaço subordinado ao tecido urbano é tirar o poder que este espaço tem na sua própria possibilidade de adequação, de produção e de reprodução. As inovações em comunicação, inovações mercadológicas, trabalhistas, econômicas não ficam contidas na cidade. Ultrapassam a barreira físico-material desta, e podem chegar fragmentadas ou não nos espaços rurais. Nestes espaços, por sinal, estas mudanças são interiorizadas e recodificadas. Talvez estas modificações sejam absorvidas com a mesma intensidade como outrora no espaço citadino. Ou, sejam estas modificações reorganizadas conforme a necessidade e a especificidade do espaço rural em questão.

Compartilhamos em parte das análises ainda feitas por José Graziano da Silva (1998), em que comenta sobre a possível e viável ‘urbanização do meio rural’.

Analisando os dados do PNADs (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) 1980 e 1981, Graziano da Silva percebeu que houve um acréscimo significativo no número de pessoas na zona rural que não estão ocupadas em atividades agrícolas e comenta que, nos anos 80 do século XX, houve uma verdadeira “urbanização” do meio rural. Hoje o campo, brasileiro, segundo Graziano da Silva, não pode mais ser caracterizado como um espaço eminentemente agropecuário. Ao contrário, ganham importância outras dimensões, como as de moradia, de transformação industrial e inclusive as dimensões não produtivas, como o lazer e a preservação ambiental.

O modo conceitual para o qual perpassa o debate em torno do rol da agricultura ganha enfoque nas discussões de Schejtman (2000). O autor discorre sobre o paradigma clássico em torno da agricultura nos processos de desenvolvimento urbano industrial em particular, destacando sobre o papel do campo para a cidade, e que quanto a esta relação ele teria uma pergunta a fazer: qual poderia e deveria ser - comenta Schejtman - a contribuição do desenvolvimento urbano ao desenvolvimento agrícola? Esta pergunta, para o autor chileno, raramente encontrará respostas. Não pelo fato que não há respostas a ela. Mas pela lacuna que existe entre os espaços das metrópoles e os espaços rurais. Fato este que faz com que a linha limítrofe do vínculo entre o rural e o urbano passe a ficar confusa.

Complementa ainda o autor que a prolongada ausência, na formulação de políticas públicas, com caráter de questionamento sobre o papel que pode ter o urbano com o desenvolvimento de seu entorno rural, resultou, nos estudos de história econômica ou de

história agrária, ao examinar os vínculos entre a formação e desenvolvimento dos núcleos urbano-industriais. No desenvolvimento agrário, destaca-se que os países caracterizados por estruturas agrárias relativamente homogêneas, nas fases iniciais da industrialização, experimentaram círculos virtuosos de demandas recíprocas entre a agricultura e a indústria.

O início das demandas agrárias correspondia a bens de consumo primário por parte da massa relativamente homogênea de pequenos e médios produtores agrícolas, que foram induzidos ao surgimento interno de empresas manufatureiras destinadas a satisfazê-los. O desenvolvimento destas últimas gerou uma demanda crescente por alimentos e insumos agrícolas, dando lugar a um processo de crescente sofisticação nos padrões de consumo e nas técnicas de produção.

Diferentemente de Schejtman, que considera os espaços rurais como condicionantes à transformação, Flores e Macedo (2000) comentam que o setor rural é ainda consentido como local exclusivo para a agricultura e a pecuária. “A propriedade rural como um bem individual e privado é o local de produção e reprodução das riquezas da agropecuária. No entanto, o desemprego, a fome e a miséria, estão relacionados com as questões do campo (p. 51)”.

De fato, o fundamental para os autores é entender o processo que abrange e influencia a produção e o consumo dos produtos oriundos do setor primário, ou seja, o rural e o urbano, o agrícola e o não agrícola, todos a se influenciarem mutuamente.

Este entendimento é o início para consentir sobre a problemática que assola a agropecuária, onde os condicionantes de natureza social, política, econômica, ética, dentre outros localizados fora do que tradicionalmente, se identificou como problemas rurais, são problematizados.

Neste contexto, comenta Flores e Macêdo, nas análises e discussões recentes da sociologia da agricultura, observou-se que o setor primário brasileiro, como ocorreu nos países desenvolvidos da Europa, está em transformação. Ou seja, um “novo mundo rural” está emergindo. Ele é distinto dos anteriores. Caracterizam-se pelas atividades não agrícolas, ao invés das conhecidas atividades da produção, de criação e de colheita dos produtos agropecuários.

No “novo mundo rural” o meio rural não é mais essencialmente agrícola, predomina um “continuum” de atividades urbanas e rurais difíceis de serem especializadas distintamente. O fundamental no “novo mundo rural” é a pluriatividade, e não monoatividade. O “novo mundo rural” caracteriza-se pelo novo papel do espaço rural como referência de lazer, moradia, turismo e artesanato. Ou seja, o meio rural torna-se uma opção de lazer, moradia, turismo e artesanato. O meio rural torna-se

uma opção de volta ao campo, para se viver e produzir bens agrícolas e não agrícolas, assim como prestador de serviços demandados pela pluriatividade (FLORES e MACEDO, 2000, p. 53-54).

Assim, para Flores e Macêdo, este “novo mundo rural”, não é somente dado enquanto contexto agrícola, mas também é o não agrícola. O espaço é maior do que a propriedade, e o local é a unidade de trabalho para fins de intervenção governamental. O território, para os autores, não é somente geográfico, é também histórico - social. Ele é plural e exige políticas agrícolas e não agrícolas de promoção ao desenvolvimento local. Estas políticas podem ter como exemplo a urbanização do meio rural, que é consentida pelo tratamento de esgotos, coleta de lixo, fornecimento de energia, de água potável, busca de qualificação de mão de obra, dentre outras. Outra forma de abranger políticas relativas aos espaços rurais condiz com a normatização do espaço rural - condomínios, vilas rurais, turismo e a exploração dos recursos naturais. Deverá abranger também a agroindústria familiar. Caracterizada na produção de doces, queijos, artesanato e produtos locais. E, por último, mas não menos importantes, estão os estímulos e investimentos na criação de políticas rurais de incentivo à produção agropecuária integrada. Este ramo intuitivo consiste na pesquisa agropecuária familiar, nos agentes de desenvolvimento, na organização de associações e cooperativas dos agricultores e de seus familiares.

O rural torna-se fragmentado, transformado diante do processo urbano. Os espaços de vivência, de produção e de reprodução da vida encontram no rural, características que outrora estava concisa nos espaços materiais da cidade. O rural transforma-se espacialmente e os habitantes que nele estão também passam por processos relativos à característica desse rural. Estamos diante de um novo rural e um novo habitante do rural.

A dicotomia urbana e rural ganha eco com outro estudo de Campanhola e Silva (2000), que explanam suas ideias no terceiro capítulo do livro que teve os mesmos autores como editores. Assim, na obra: *O novo rural brasileiro*, mais necessariamente no seu terceiro capítulo que se intitula: *Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento* (p. 61-92), Campanhola e Silva discorrem que a dicotomia rural urbano, que considerava o urbano como “locus” das atividades não agrícolas – indústrias e serviços – e que atribui ao rural às atividades agrícolas, vem perdendo a sua importância histórica. Sob a ótica socioeconômica e política, essa separação geográfica deixa de ter relevância, a ênfase passando, então, para as relações de troca, a divisão do trabalho, as

relações sociais e as novas dinâmicas originadas na interface rural/urbano. Assim, antes, longe do meio rural ser tomado como atrasado ou “caipira”, ele passa a ter características antes próprias do meio urbano, inclusive ofertando muitos atrativos de lazer, turismo e moradia para uma população brasileira majoritariamente urbana.

4.3 O espaço como condição mutável

De fato, pensar a cidade, pensar o rural e procurar a relação entre ambos na transformação, produção e reprodução do espaço citadino, ou tornou-se a principal meta da presente escrita. No entanto, entendemos e temos o máximo cuidado com relação ao nosso objeto de estudo e a finalidade de decifração em sua transformação espacial.

Assim, não se distanciando de Henri Lefebvre - autor que traz saudáveis contribuições a nossa escrita -, procuraremos discorrer e entender estas transformações espaciais por meio de um autor (aliás, autora) que trabalha diretamente através das análises feitas por Lefebvre. Esta autora contextualiza sobre a produção e reprodução do espaço, tanto em seu plano material quanto em seu plano social. Ana Fani Alessandri Carlos desenvolve estudos relativos à metrópole paulista, às transformações espaciais por meio da produção social e da produção espacial em entendimento das transformações sociais, espaciais, cotidianas, pelas quais a sociedade vem passando.

Na obra: *A condição espacial (2011)* (a qual já fora inclusive citada) a autora trabalha com os condicionantes do mundo moderno, a intensidade com que acontecem os processos, os quais transformam as relações dos homens entre si e destes com o espaço. Assim, para Fani, a necessidade de compreensão do mundo moderno vai exigir também a compreensão das coisas, dos indivíduos, enfim de uma determinação que está também concisa na sociedade. Por meio deste entendimento poderemos chegar à conclusão de que o indivíduo e sua obra vão aparecer como produto da história.

É somente pensando na produção do espaço que chegaremos ao entendimento do mundo contemporâneo. Comenta ainda Fani que o entendimento desta produção do espaço trará o que há de novo, isto é, as novas dinâmicas que explicitam e desvendam a problemática espacial, em sua totalidade.

Esta autora percebe que quanto mais o espaço é submetido a um processo de funcionalização, mais é passível de ser manipulado, limitando-se, com isso, às possibilidades da apropriação. Esta apropriação e modificação espacial ganha também o bojo proposto pelo político e conseqüentemente pelo Estado.

O Estado desenvolve estratégias que orientam e asseguram a reprodução das relações no espaço inteiro produzindo-o enquanto instrumento político intencionalmente organizado e manipulado. O espaço é, portanto, um meio e um poder nas mãos de uma classe dominante, que diz representar a sociedade, embora não abdique de objetivos próprios de dominação e que usa as políticas públicas para direcionar e regularizar fluxos, centralizando, valorizando e desvalorizando os lugares através de intervenções como ato de planejar. Nessa condição, o espaço se pretende homogêneo e hierarquizado. Como produto, evidencia-se o espaço da norma e da vigilância como forma da construção de um espaço estratégico (FANI, 2011, p. 76).

De fato, nesta questão, o espaço ganha vários enfoques. Econômico, político, estatal, social, enfim, o espaço é dado múltiplo, modelável conforme a necessidade e a amplitude de quem dele se apropria. Nestas múltiplas funcionalidades do espaço, Fani também comenta que sua produção, do ponto de vista econômico, ocorre sob a racionalidade da busca do lucro e do crescimento. Já no plano político, a produção espacial trará a lógica concisa no planejamento, em que o espaço se normatiza e se instrumentaliza. No entanto, em seu plano social, o espaço denuncia a vida, assim como, à sociedade em seus conflitos, uma vez que o econômico e o político se confrontam com as necessidades da realização da vida humana. Relação esta que para a autora só será possível através da vida cotidiana.

As premissas sobre a vida cotidiana ganham também relativos enfoques na análise de Fani como componente da produção espacial. Aliás, um dos grandes diferenciais de Ana Fani quando observa e escreve incisa em Lefebvre é o alcance conceitual que a mesma adota. Desta forma, Fani prescreve o pensamento de Lefebvre e também traz ao espaço e sua produção um fator extremamente diferencial – a vida cotidiana. Para a geógrafa, a cotidianidade se definiria como uma totalidade que é apreendida nos momentos de realização do trabalho, da vida privada, do lazer. Todos estes momentos, assim como todos estes espaços, se encontram diferenciados onde a reprodução se realiza.

Em Lefebvre (1991), encontramos maiores contextualizações sobre a importância de a cotidianidade no desenrolar da vida e na transformação do espaço. Para o autor francês, o

cotidiano caracteriza-se por repetições: gestos no trabalho e fora do trabalho, movimentos mecânicos, horas, dias, semanas, meses, anos. Repetições estas, que podem ser lineares ou cíclicas.

As atividades produtoras de objetos e de obras encontram ressonância para Lefebvre no estudo da atividade criadora. Esses fragmentos da vida cotidiana se recortam ou se separam, como um jogo de quebra cabeças. É por meio desta premissa que o autor nos diz que o cotidiano, no mundo moderno, deixou de ser meramente sujeito como subjetivo e passa a se tornar objeto no plano de organização social. Neste sentido, a cotidianidade seria o principal produto da sociedade dita organizada, ou de consumo dirigido, assim como, a sua moldura – a modernidade.

Paremos um pouco mais demoradamente nessa encruzilhada aonde nós chegamos. Olhemos o país e a paisagem, examinemos os obstáculos a vencer, a contornar, atrás de nós, a rota do cotidiano. Estamos no seu ponto de encontro. Algumas montanhas os separam. Diante de nós, uma estrada mal aberta, com árvores a cortar, moitas de espinhos e brejos (LEFEBVRE, 1991, p. 23).

No capitalismo, parafraseando Ana Fani (2011), o produto da ação humana é decorrente do processo de trabalho. E, nessa condição, irão ocorrer várias transformações que determinam a aquisição do espaço. Assim, este espaço urbano (necessariamente o espaço urbano da cidade) passa a ter caráter de mercadoria. Este fato fará com que o uso de determinada parcela do espaço na cidade requeira o acesso à propriedade em seu sentido jurídico. O intercâmbio deste espaço trará a forma mercadológica espacial na cidade, tornando-o potencialmente homogêneo. O acesso ao espaço parcelado virá não somente com a questão econômica, como também com a questão ligada à necessidade, ao desejo.

Pensar o espaço a partir de diferentes contextos, de diferentes abordagens e por diferentes formas de reprodução é nosso objetivo no momento. Seja na cotidianidade, na condição urbana, na relação com o rural. O espaço citadino é o lugar de conflitos, de controvérsias e de diferentes formas de produção e reprodução; reprodução social, capitalística, subjetiva, material, técnica. Tornar-se-ia difícil inserir discussões que resolvam as mazelas desta produção espacial. No entanto, trazer debates que enfoquem esta produção nas diferentes abordagens torna-se necessário.

Continuando o debate em terno da produção espacial, assim como das contextualizações feitas por Ana Fani Alessandri Carlos, é que pensamos na cidade como

pluriatividade. Na obra *Espaço – tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana* (2001), Ana Fani aborda por várias vezes sobre as transformações da cidade por meio de relações morfológicas. Este termo vem de encontro com a questão ligada à vida cotidiana. Esta caracterização espacial perpassa por dois processos. O primeiro está se referindo ao tempo da morfologia, e o segundo se refere ao tempo e ao ritmo da vida na cidade, ao tempo cíclico do calendário. Enfim, da vida urbana que apela ao tempo da vida.

A derivação de morfologia para Fani soa como aparência externa. A mudança que marca a duração das formas da cidade, consequente em seu desenvolvimento técnico; a técnica que explica a duração das formas; a análise das formas em função do ritmo da vida e pela reprodução da cidade, vinculadas à divisão social e aos agentes produtores do espaço.

O espaço passa a ser produzido por diferentes formas. No plano da vida cotidiana, aparece nos modos de apropriação, utilização e ocupação de determinado lugar. No plano da vida social, este espaço produz uma morfologia assentada na propriedade privada do solo urbano e hierarquizada pela propriedade privada do solo urbano. No plano estatal a tendência é a criação de um espaço homogêneo, impondo limites ao uso por meio da normatização jurídica. “O espaço é a condição, meio e o produto da realização da sociedade. Ao produzir sua existência, a sociedade reproduz, continuamente, o espaço (FANI, 2001, p. 11)”.

No entanto, a realização da vida humana ocorre de forma diferencial, tanto no tempo quanto no lugar, mas ganha materialidade por meio do território. A análise deste território estaria concisa para Ana Fani no processo de produção, em que o espaço urbano requer a justaposição de vários níveis de realidade. Momentos diferenciais na vida da reprodução da sociedade. Condições que estariam atreladas à dominação política, à acumulação do capital e à realização da vida humana. “Cria-se o movimento de produção/apropriação/reprodução (p. 12-19)”. No mundo moderno, a prática sócio/espacial revela a contradição entre a produção de um espaço em função das necessidades econômicas e políticas e ao mesmo tempo a reprodução do espaço da vida social.

O processo que produz a cidade como estranhamento, revela uma realidade, a reprodução da cidade, que é exterior ao homem, mostrando em toda a sua plenitude o processo de reprodução do espaço como alienação – essa é a conclusão deste trabalho. Visto a partir das mudanças no plano da morfologia, percebidas e reproduzidas no plano da vida cotidiana (FANI, 2001, p. 328).

O espaço concebido como obra e produto traz questões ligadas a pluriatividades humanas, prescritas e pertencentes a este dado espacial. O espaço é, neste sentido, sujeito e objeto. Sujeito na medida em que proporcionada condicionantes a quem dele se apropria. Objeto como contexto volátil na modelação, transformação, reprodução. Este espaço se metamorfoseia não somente diante dos sujeitos que o amoldam, mas também de quem com ele se relaciona. Não estamos falando de agentes políticos ou condicionantes econômicos. Estamos nos referindo às invariáveis formas que o espaço adquire e, principalmente, de sua analogia a outros espaços. Espaços citadinos, espaços agrários, espaços técnicos, espaços naturais. Enfim, possibilitar o diálogo espacial é também falarmos com maiores propriedades da questão cidadina, das interfaces contidas no rural e no urbano.

Nas apreciações relativas ao espaço, acreditamos que a professora Sposito (1998) traz algumas colocações pertinentes ao tema em questão. Nas discussões sobre o espaço citadino, Sposito comenta que a cidade de hoje é o resultado cumulativo e todas as outras cidades de outrora. Contextos que foram transformados, destruídos, reconstruídos e produzidos pelas transformações sociais que ocorreram ao longo do tempo.

Quanto à constituição da cidade e desta em comparação com a aldeia, a autora comenta que “a aldeia é o aglomerado de pessoas em prol da agricultura. O que não quer dizer que seja cidades, pois é preciso constituir uma sociedade, com serviços para haver cidade, e não uma simples aglomeração (SPOSITO, 1998, p. 13-14)”. Já de se referindo à diferenciação ecológica entre rural e urbano, Sposito indaga que esta dicotomia, por sua vez, nada mais é do que a manifestação clara da divisão social do trabalho.

Entendemos, e temos a sapiência na colocação que a diferenciação enquanto análise preponderante das questões urbanas e rurais não pode ser simplesmente um contexto expresso enquanto força produtiva. Até por que, a divisão social do trabalho está heterogênea em cada espaço. Não podemos consenti-las de forma homogênea no rural, e homogênea no urbano.²⁰

Os variados espaços são moldados, relacionados e interligados pelo fenômeno urbano. Esta transformação espacial pode ter oscilações de intensidade e de amplitude em cada espaço, mas mesmo diante de tais variáveis, a questão urbana ganha papel vital na reprodução espacial.

Na questão do debate em torno do urbano, voltamos ao diálogo em torno de Lefebvre (2002), já que o mesmo traz a realidade do fenômeno urbano como de um objeto virtual. E

²⁰ Inclusive o item que trata sobre o “novo rural brasileiro” mostra o debate feito por alguns autores sobre a inversão que o rural vem passando enquanto campo produtivo. Atividades produtivas estas, que estavam explícitas enquanto atividades citadinas, e que a agora fazer parte do ‘mundo rural’.

que esta “forma urbana, tende certamente a romper os limites que buscam aprisiona-las (p. 116)”.

Descobrimos o essencial do fenômeno urbano na centralidade. Amontoados de objetos e de produtos nos entrepostos, montes de frutas nas praças de mercado, multidões, pessoas caminhando, pilhas de objetos variados, justapostos, superpostos, acumulados, eis o que constitui o urbano. Se a cidade sempre se oferece a si própria como espetáculo, do alto de um terraço, de um campanário, de uma colina, de um lugar privilegiado, não é porque o espectador percebe um quadro exterior á realidade, mas sim porque o olhar reúne. Ele é a própria forma do urbano revelada. Na realidade urbana tudo se passa como se tudo que a compõe pudesse se aproximar, ainda e sempre mais. Assim se concebe o urbano, assim ele é percebido, assim é sonhado, confusamente. Atualmente a realidade urbana aparece mais um caos e uma desordem – que contém uma ordem a descobrir - do que como objeto. Qual é o alcance, qual é o papel, disso que se chama urbanismo? (LEFEBVRE, 2002, p. 110).

Procuramos averiguar as questões relativas aos espaços geográficos e seu uso no Oeste catarinense numa perspectiva sobre as interfaces contidas nas escritas de Lefebvre, em que o mesmo concerne sobre a emergência de uma ‘urbanização do rural’. Henri Lefebvre (2002) coloca a possibilidade da inexistência da sociedade urbana como realização plena. Para ele, a sociedade existe enquanto possibilidade, que é resultante de não alcance completo da urbanização social. Assim, a expressão sociedade urbana indica a análise virtual (possível) entre cidade e campo, o processo no qual o fenômeno urbano se expande por todo o espaço social.

Para Lefebvre (2002, p.17) “o tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras, o tecido urbano não designa, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo”.

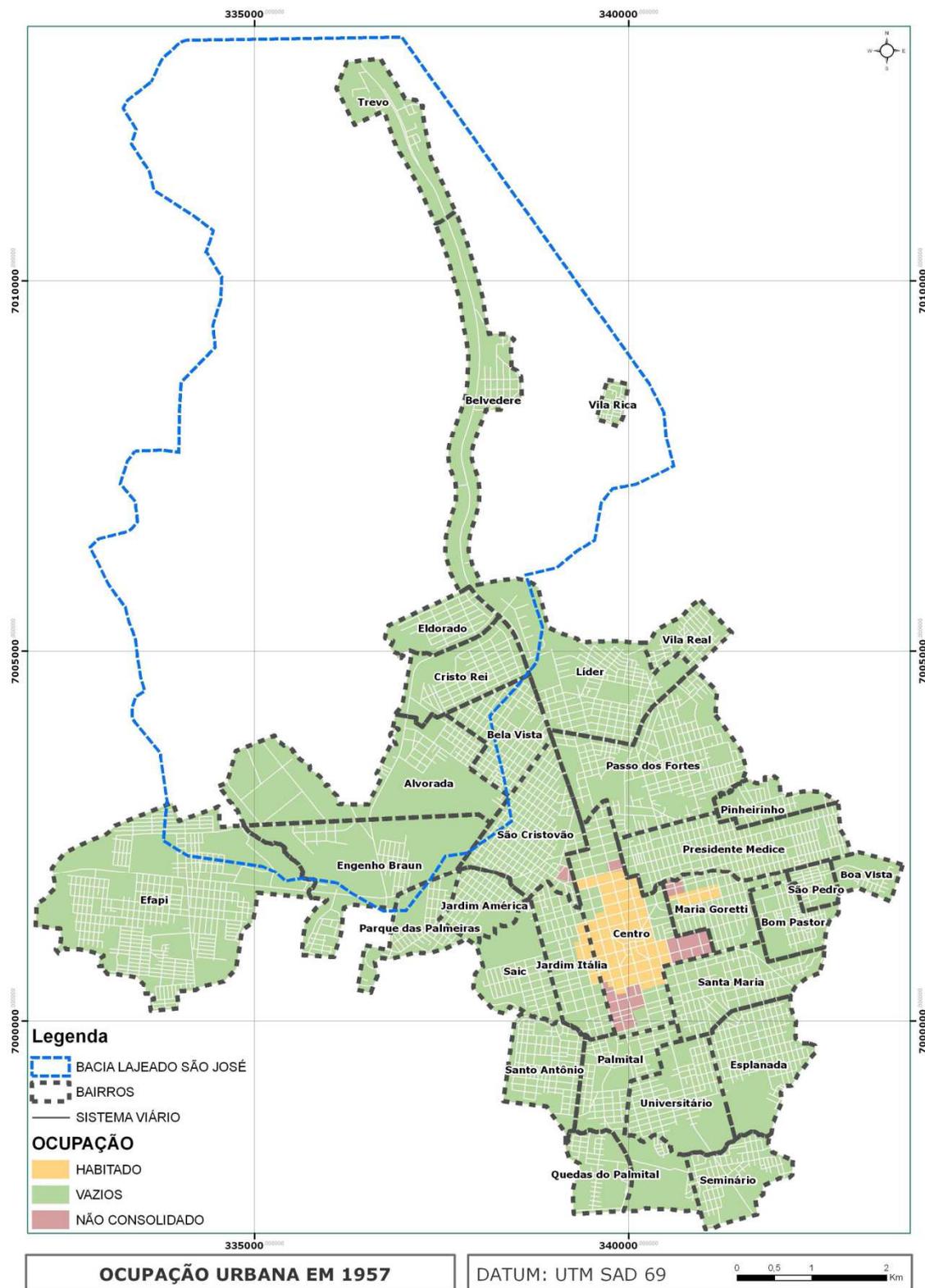
A teoria de produção do espaço exposta por Lefebvre é a teoria do espaço social – tanto das ações dos sujeitos individuais quanto coletivos -, e é devido a isso, superior às abordagens centradas apenas no ambiente construído e na análise dos círculos de produção e consumo. Lefebvre indaga sobre o espaço diferencial, ou seja, o espaço resultante das contradições inerentes ao espaço. Este espaço diferencial surge, na medida em que o espaço abstrato tende para a homogeneidade, para a eliminação das diferenças ou particularidades existentes, ‘um novo espaço não pode nascer a não ser que ele acentue as diferenças’.

De fato, a visão espacial do Oeste, o crescimento citadino de Chapecó, a dicotomia existente entre seu entorno rural, nos fazem pensar e ter a devida propriedade na discussão em torno das mazelas que fizeram a existência da cidade para Chapecó. Não enaltecendo a cidade e muito menos desmerecendo o rural ou suas atividades produtivas é que conseguimos pensar a questão assertiva da obra, do projeto de Chapecó como cidade.

Pensar sobre a cidade, pensar sobre o urbano, o rural e o agrícola não é uma questão específica de Chapecó. Não é uma questão específica do Oeste. Mas é uma questão invariavelmente necessária a quem pretende e busca entender sobre estas complexas relações.

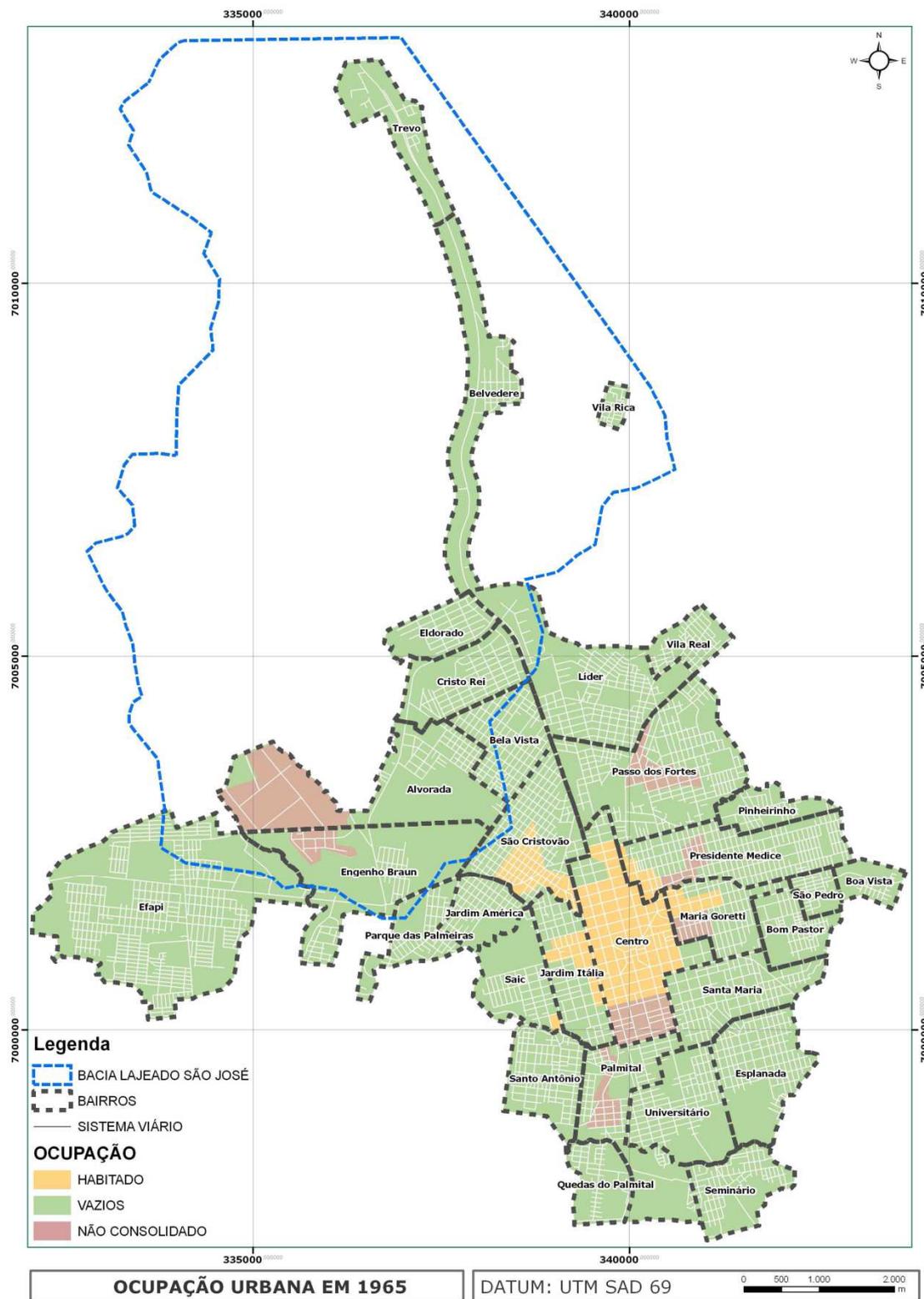
Discorrendo sobre os enfoques relativos do crescimento da cidade, serão expostos mapas de Chapecó (fins da década de 1950 até a primeira década de 2000) e seu respectivo crescimento. Tais mapas foram elaborados pela arquiteta Júlie M. Engler e se encontram na dissertação de Mestrado de Berto et. al (2011), em que os autores têm por objetivo analisar o crescimento populacional e as consequências negativas deste crescimento para o recurso hídrico que abastece a cidade de Chapecó. O Lajeado São José foi e é o recurso utilizado para o suprimento de água do município de Chapecó/SC.

No entanto, tomaremos como patamar de análise nestes mapas, o crescimento populacional. Pensamos não somente em estar veiculando o crescimento vertical e/ou horizontal da cidade, como também perceber sobre os fatores que impulsionaram este crescimento. Até que ponto a localização central a cidade implicaria uma dominação espacial. E os fatores que contribuiriam para a expansão citadina, enfim, para a produção do espaço.

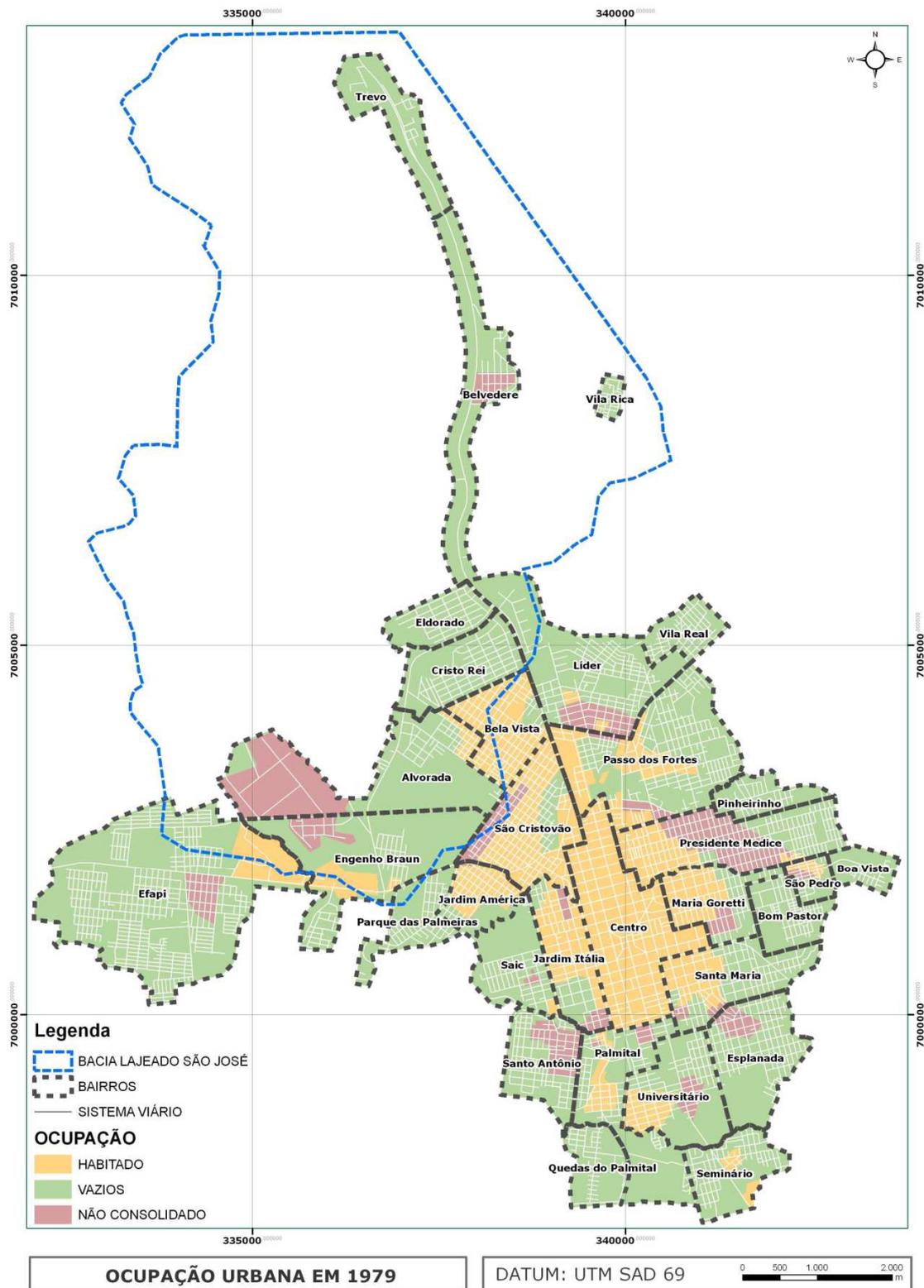


Mapa 5: Ocupação urbana em Chapecó em fins da década de 1950.

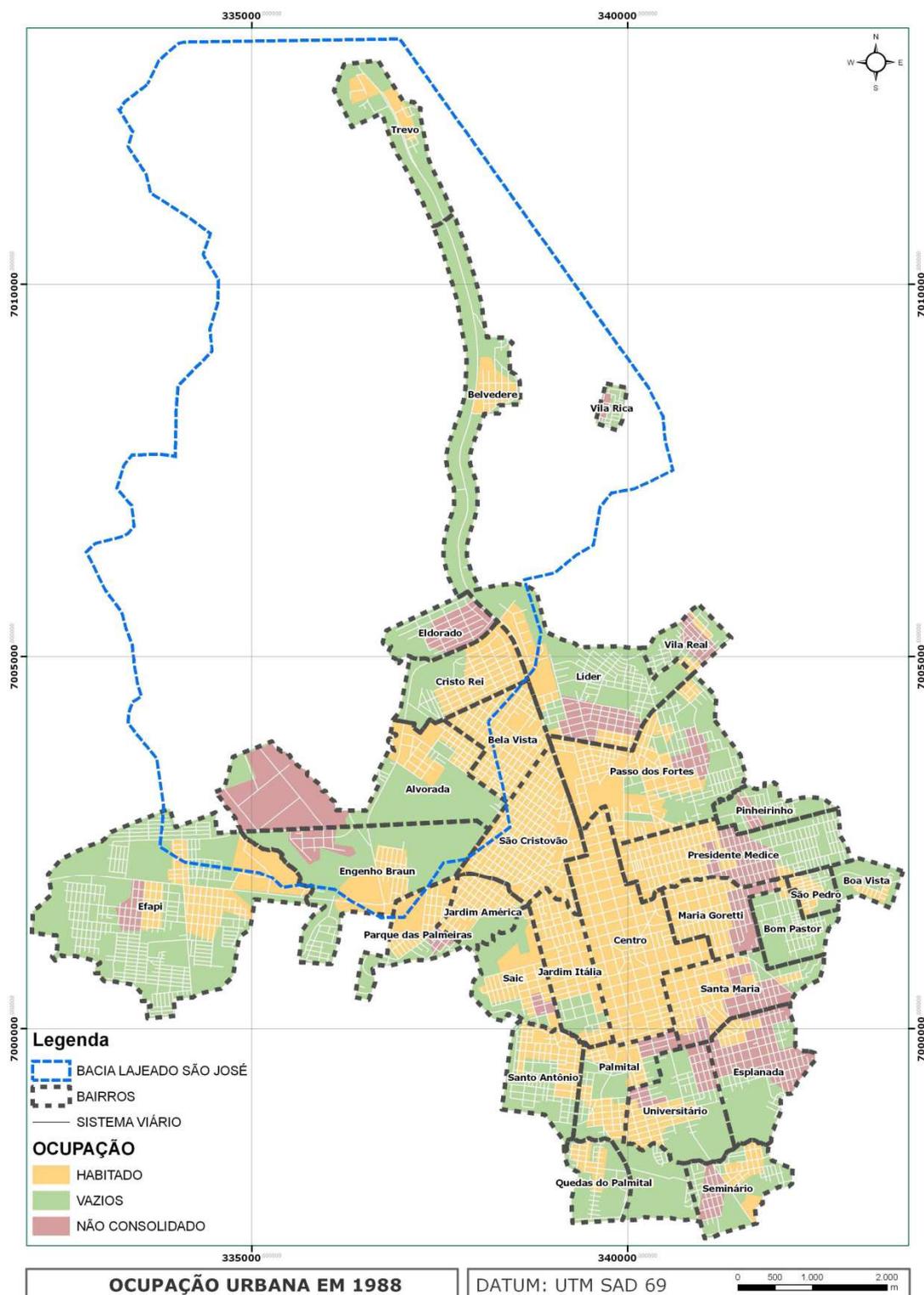
Fonte: Prefeitura Municipal de Chapecó / Edição Júlie M. Engler (2010). *Apud* Berto et. al (2011).



Mapa 6: Ocupação urbana em Chapecó na metade da década de 1960.
 Fonte: Prefeitura Municipal de Chapecó / Edição Júlie M. Engler (2010). *Apud* Berto et. al (2011).

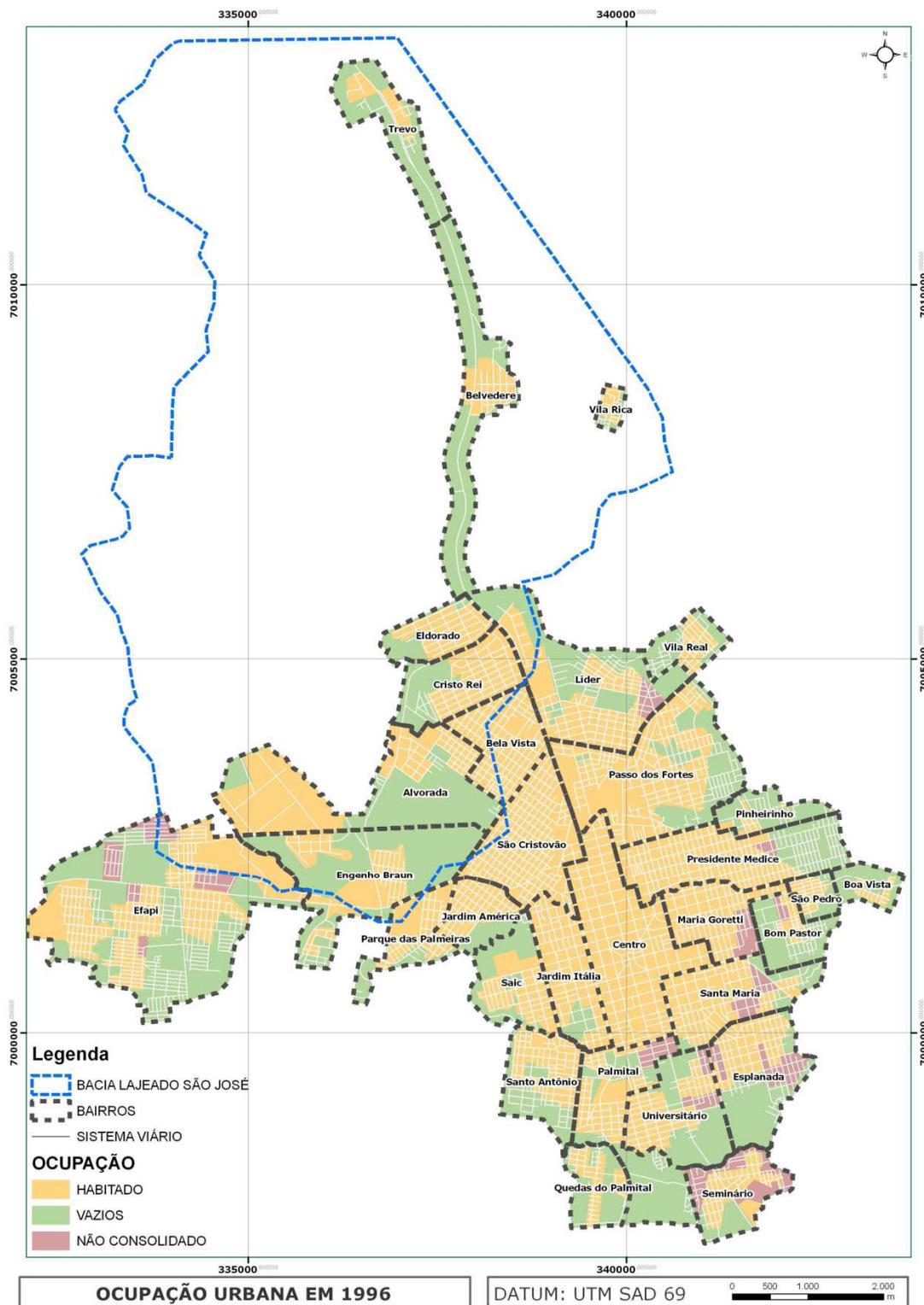


Mapa 7: Ocupação urbana em Chapecó, final da década de 1979.
 Fonte: Prefeitura Municipal de Chapecó / Edição Júlie M. Engler (2010). *Apud* Berto et. al (2011).

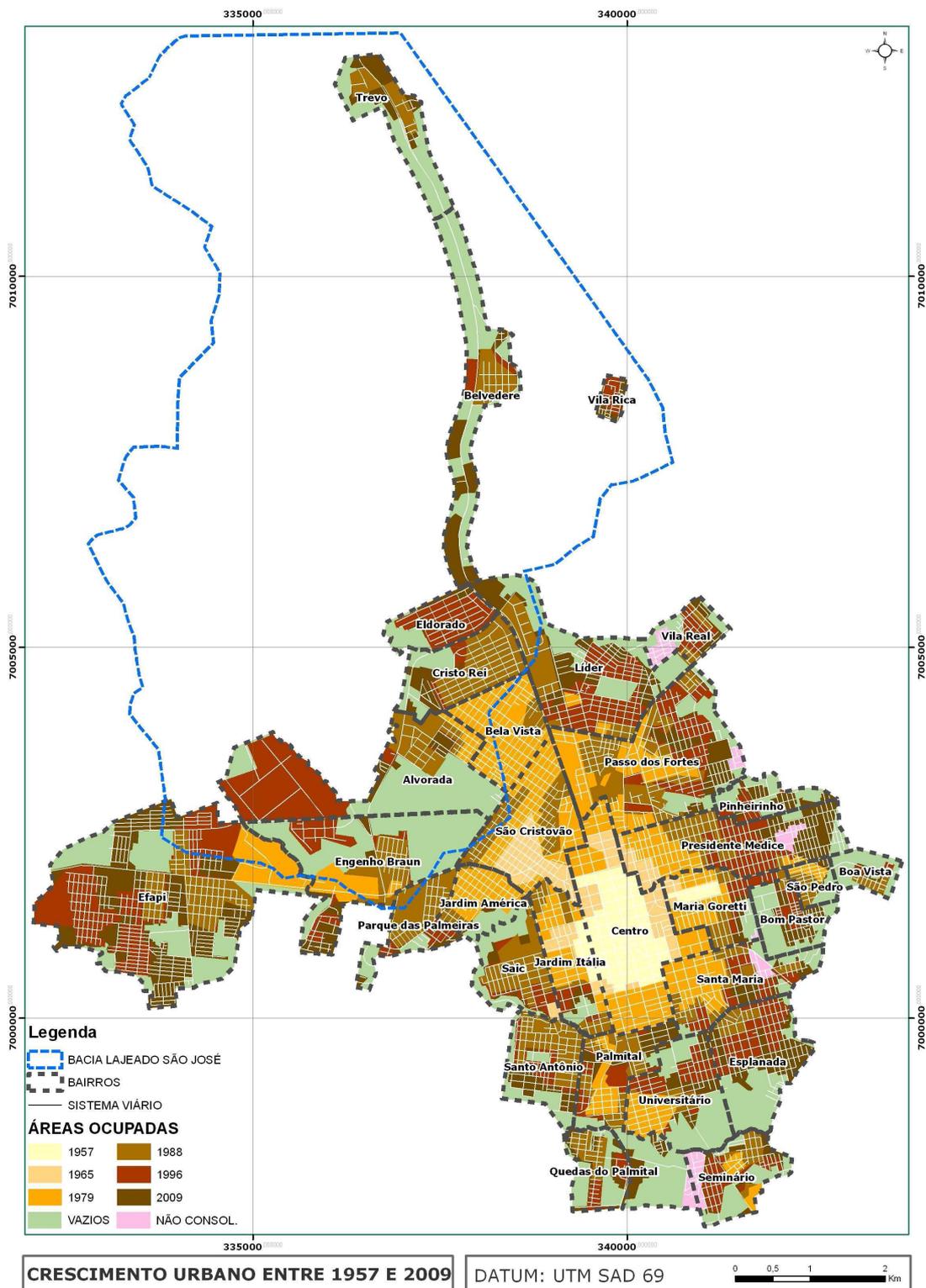


Mapa 8: Ocupação urbana em Chapecó na década de 1980.

Fonte: Prefeitura Municipal de Chapecó / Edição Júlie M. Engler (2010). *Apud* Berto et. al (2011).



Mapa 9: Ocupação urbana em Chapecó na metade da década de 1990.
 Fonte: Prefeitura Municipal de Chapecó / Edição Júlie M. Engler (2010). *Apud* Berto et. al (2011).



Mapa 10: Sobreposição de mapas do crescimento urbano de 1957 a 2009.

Fonte: Prefeitura Municipal de Chapecó / Edição Júlie M. Engler (2010). *Apud* Berto et. al (2011).

O que torna o crescimento de Chapecó diferente de outras cidades brasileiras? O porquê de esta cidade ser reconhecida como uma das cidades brasileiras com maiores índices de crescimento? Pensar a respeito da cidade, sobre a cidade, a partir da cidade é ter a noção de que as bases sólidas para tal crescimento não pode ser dada por meio de separações, de discontinuidades. E sim, por meio de estratégias e de continuidades. A maior cidade oestina desempenha papel preponderante nas questões regionais e nacionais.

A figura 15 mostra a vista aérea da cidade de Chapecó no ano de 2007. A imagem em questão denota os espaços que são considerados como centro da cidade de Chapecó.

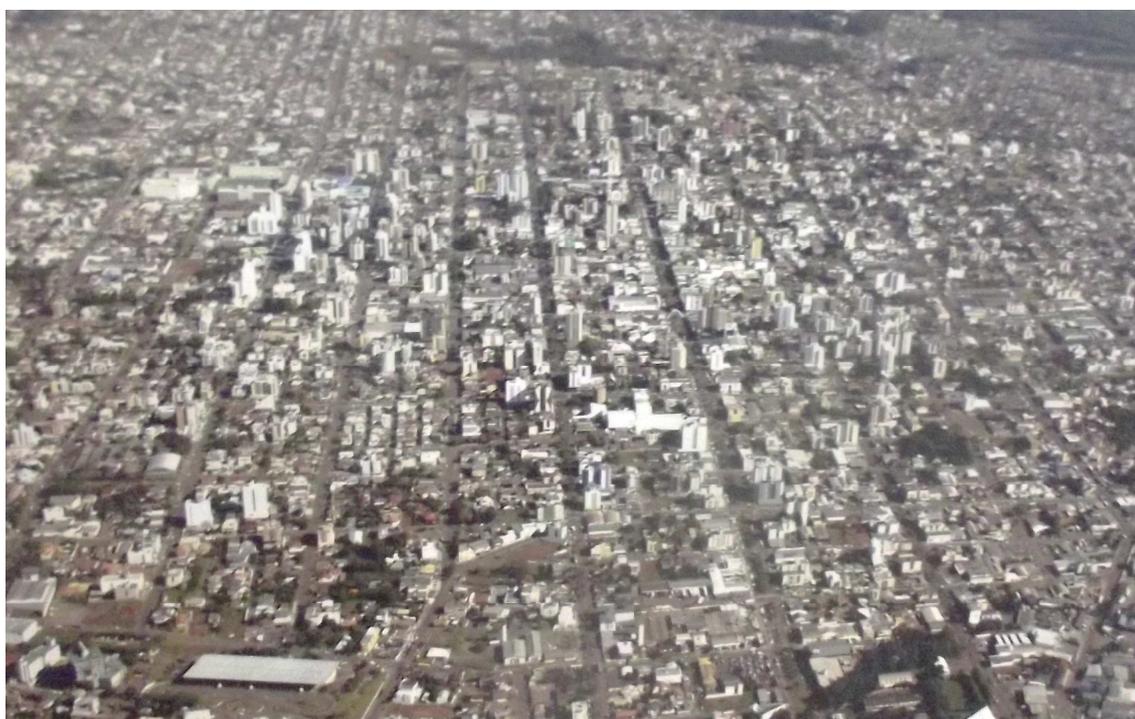


Figura 14: Vista aérea da cidade de Chapecó, datado de 2007.
Fonte: Cópia do acervo de Victorino Zolet.

A cidade de Chapecó se encontra hoje com praticamente 200 mil habitantes. “A Capital do Oeste” desempenha importância econômica não somente diante dos municípios vizinhos, como também em âmbito nacional, já que é considerada como a Capital Brasileira da Agroindústria.

De fato, entendemos que este crescimento teve suas bases sólidas calcadas nas iniciativas governamentais das primeiras décadas do século XX, e que foram amplamente

difundidas diante das questões migratórias, assim como, da possibilidade e da necessidade por parte do governo de reorganização territorial.

A maior cidade do Oeste não teve seu crescimento separado de outras cidades oestinas. Chapecó manteve sua especificidade produtiva, econômica e cultural. No entanto, soube utilizar-se de sua multipolaridade produtiva. O espaço, a população, a dicotomia produtiva caminham em direção às inovações trazidas pelo mercado.

Pensamos de certa forma, que é vital aprender a pensar a cidade a partir da cidade e o rural a partir do rural. A comparação de determinado crescimento e/ou atraso econômico (seja do rural ou da cidade) não nos leva ao ponto principal - que é trazer contextualizações sobre a produção do espaço no Oeste. Então, quando cometemos o equívoco de separar o rural e a cidade para podermos entendê-los, o estamos tirando seu lado essencial como projeto de análise. Lado este que é o de transformação, de adaptação, recodificação, enfim, de produção. Também não podemos uni-los, já que cada um apresenta sua característica. Porém, entendemos as transformações espaciais no Oeste Catarinense como subsidiadas diante da mutabilidade contida e proposta nas relações provenientes do urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discorrer sobre o crescimento de Chapecó, sobre a funcionalidade política, sobre a produção e reprodução do espaço é termos em mente a concepção de uma cidade, que parecidas a muitas do Brasil, tiveram seu espaço e seu respectivo crescimento premeditado. Poderemos até arriscar e dizer que Chapecó não está crescendo ao acaso, que isso poderia ter advindo de determinado setor econômico. Podemos considerar o crescimento da cidade para Chapecó enquanto corpo vivo, diretivo, ordenado. A cidade que escapa aos olhos, que não está mais contida a muros, ou formas estruturais. A cidade que emerge enquanto possibilidade. Lefebvre não estava totalmente disserto quando de sua análise sobre a submissão do rural em decorrência do urbano. Muito menos quanto á condição da cidade. Esta, por sua vez, perpassada como única forma de o indivíduo, mesmo morando em áreas periféricas ser privilegiado.

A cidade é um lugar laborioso, com amplas possibilidades de emprego. A cidade enquanto oportunidade educacional, social, de saúde, de infraestrutura. Quanto a estas questões não há dúvidas de que é na cidade que tais formas de assumem maior veemência. A cidade tem infinitas possibilidades. Mas a característica dela não está relacionada a subordinar o campo. O crescimento da cidade, sua mutabilidade, a reprodução social e espacial que abarca e, principalmente suas relações urbanas não se distanciam do campo. Serão sim diferentes. Mas farão com que tenhamos também um campo diferente.

Logo, este meio rural, com suas atividades produtivas, suas horas de lazer, os modos de sobrevivência, enfim, ligações que parecemos estante da cidade, mas que fazem parte (mesmo que indiretamente da cidade). As mudanças de grande cunho acontecem ‘normalmente’ na cidade. Porém, não ficam contidas nesta. A relação entre a cidade e o campo não os fazem enquanto contextos desconexos.

Entretanto, voltando ao tema em questão, que traz o debate sobre a cidade de Chapecó no limiar do século XX e princípio do século XXI, a contextualizamos enquanto sua forma de fortalecimento apregoada às questões econômicas, as quais tiveram respaldos em questões políticas e trouxeram uma reconfiguração social e espacial no Oeste Catarinense. Nestas formas de conceber a cidade, partilhamos das discussões de Lefebvre. Neste sentido, segundo Lefebvre (Op. Cit., 1978), a cidade projeta sobre o terreno uma sociedade, uma totalidade

social ou uma sociedade considerada como totalidade. Esta cidade é um espaço tempo e não somente uma projeção de uma estrutura social, de uma sociedade global em um mero espaço.

Se a sociedade está diretamente interligada com as questões sociais, podemos considerar que o Oeste Catarinense, em seu cunho político/econômico nasce juntamente com Chapecó. Logo, o solo citadino e a relação urbana influenciarão na função do material, do construído, do físico. É o que também Ana Fani (Op. Cit., 1994) deixa transparecer quando escreve que a cidade não pode ser estudada isoladamente, muito menos que isso implique nesta, enquanto organismo independente. “A grande cidade é apenas a forma que tais relações assumem (p. 28)”.

Contextualizando ainda sobre as relações do espaço e da natureza, Ana Fani comenta que o espaço enuncia a ideia de continuidade. Esta ideia de espaço está muito distante, para Fani da ideia de natureza. Uma vez que se tem a perspectiva da discussão do espaço enquanto obra. Neste sentido, ao longo da história, surgirão espaços diferenciados, com conteúdos diversos.

Continuamos engajados nas ideias de Ana Fani em que discorre que o espaço geográfico aparece como um produto histórico e social e que o homem é sujeito deste processo. Logo, o “espaço organizado será espaço produzido (Idem, p. 36)”.

O espaço de Chapecó teve sua transformação por meio das características urbanas. Das inovações que adviriam dessa forma. A cidade é a forma mais elementar que capta estas inovações, ela muda, reconfigura, reorganizada as condições urbanas que são provenientes na cidade. E o rural age no limiar, mantendo sua própria especificidade, e também apresenta mutações quando da interpelação com o urbano. Mas o rural, salientamos, pode prover-se de suas próprias transformações sem a relação de submissão. Ele pode inovar, trazer à cidade suas inovações produtivas. A cidade trará ao meio rural também suas inovações tecnológicas. Estamos diante de processos de inter-relação. Há certa continuidade entre o campo e a cidade, não em suas formas materiais, mas em suas relações. E estas relações têm no fenômeno urbano seu principal agente. Nem sempre a questão urbana trará resultados materiais, mas, é disserto que trará transformações. Estas, por sinal serão expressas no plano macro ou no plano micro, tanto em questões ligadas a transformações espaciais (como é o caso da multiplicação do solo citadino) como o caso de questões temporais (como as que estão ligadas à cotidianidade). Analisando as obras de Lefebvre, e das da professora Ana Fani, e principalmente a pesquisa in loco nos trouxeram a ideia da inter-relação.

Demonstraremos a forma que discorremos durante a presente pesquisa, sobre as questões ligadas à cidade, ao rural e ao urbano. Tais questões estão expressas na figura 24, a qual fora produzida - a pedido do autor -, pela professora Mantelli. Nesta imagem, gostaríamos de trazer o que chamamos de “mundo urbano”. Não ficaria muito distante se colocássemos algumas imagens de inovações na agricultura, ou de agricultores assistindo televisão, falando no celular, com o notebook ligado, ou até mesmo estando preocupado com as transformações da cidade ao qual seu meio faz parte, ou do Brasil e até mesmo do mundo. Poderíamos também, expor algumas imagens de pessoas na cidade aperfeiçoando ferramentas agrícolas, ou pessoas da cidade, cuidando de seu negócio no meio rural. No entanto, se fizéssemos isso, não iríamos estar sendo transparentes do que consideramos ser a influência do urbano, tanto na cidade quanto no meio rural.

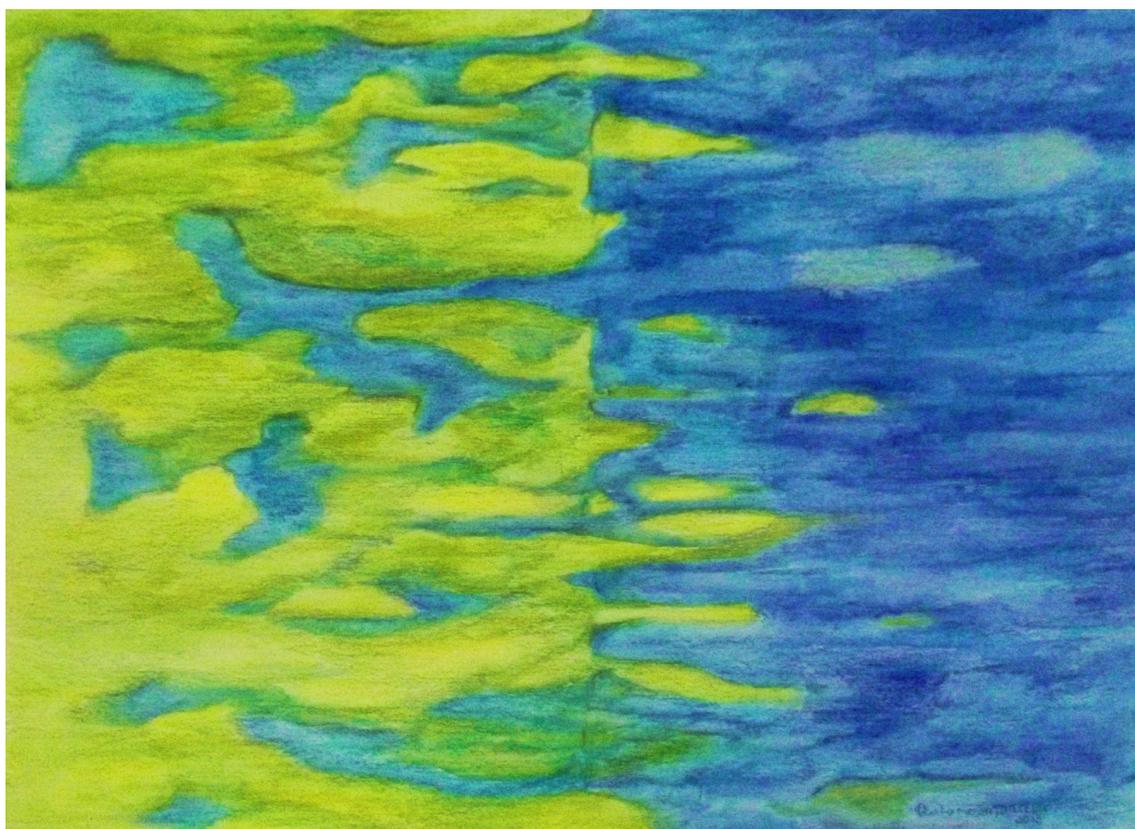


Figura 15: Representação das relações da cidade, do rural e do urbano na atualidade no Oeste Catarinense.
Autora: Cristiane Schuster Mantelli – Aquarela – 2013.

Existe uma linha turva, embasada que separava a cidade e espaço rural. Esta linha não existe mais. Talvez possa haver alguns fragmentos físicos, materiais e técnicos que tragam alguma referência dos entornos desta cidade. Estes “limites” turvos mudam a todo instante, são de intensidades variáveis. Mas, cabe a pergunta do que seria o processo, a definição, a forma produtiva ou reprodutiva de tais transformações espaciais. Ai vem à tona realmente o papel do urbano.

Se discorrermos do urbano enquanto relações, não o estamos atribuindo limites físicos, materiais. Neste sentido, não podemos dizer que o urbano se limita a cidade, ou que ele segue os pressupostos do IBGE concisos nas sedes municipais. A cidade (mesmo diante de vários debates em torno da discordância) em muitas ocasiões é consentida enquanto forma física. Ao qual sabemos aonde começa esta cidade e onde acaba. Mas, no urbano isso não pode ser consentido.

A instrumentalização das bases sólidas à Chapecó não adviriam somente com a consolidação da cidade. O fato de a cidade estar em crescimento econômico deve-se também a inovação do meio rural. Este, por sinal, enfrenta sérios problemas. Porém, estes empecilhos estão relacionados com a produção espacial ao qual a sociedade está determinada. Cada espaço terá a sua especificidade, mas o que tem em comum com ambos é a relação urbana. Na cidade o urbano é mais influente, já que normalmente advém desta. A cidade também recebe influências (em menor intensidade, normalmente) das questões ligadas ao meio rural.

Desta forma, entendemos que pesquisa apresentada foi capaz de trazer pressupostos da incentiva produção espacial de Chapecó por meio de um viés que vai de encontro das questões ligadas à cidade e ao rural. Fatos este, que consideramos relevante para entendermos, quais realmente foram os condicionantes da conjuntura atual do município de Chapecó. Obviamente que quanto mais discutimos sobre questões complexas como estas, maiores serão as premissas de aprofundamento conceitual, ao qual se direciona o planejamento espacial, o crescimento econômico e o ritmo de vida das diferentes formas, em diferentes contextos, em suas diferentes relações.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

1. Jornais

Jornal **Folha D'Oeste**, 05 de Setembro de 1969.

O Jornal **Folha D'Oeste**, 24 de Setembro de 1967.

Jornal **Folha D'Oeste**, 05 de setembro de 1970.

Jornal **O Imparcial**, 5 de abril de 1959, p. 3.

2. Fontes oficiais.

Arquivo Histórico do Exército.

Estados Unidos do Brasil. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal**. Ano 4. Nº. 4. Rio de Janeiro, D.F. Instituto Nacional do Pinho, 1951.

Federação Catarinense das Associações Municipais – FECAM.

Museu de História e Arte de Chapecó.

3. Memórias orais

L., A.. **Entrevista.** Chapecó, junho de 2013.

MOLINETTE, Lourdes. **Entrevista.** Chapecó, junho de 2013.

ZOLET, Victorino. **Entrevista.** Chapecó, junho de 2013.

4. Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. CAMARANO, Ana Amélia. **O êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos.** In: Encontro Anual da Anpocs, 11, 1997, Caxambu, 1997.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado.** Ensaios de teoria da História. 2007. Bauru, Edusc.

ALTHUSSER, Louis. BADIOU, Alain. **Materialismo histórico e materialismo dialético.** São Paulo: Global Editora, 1986.

ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a política.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

BAVARESCO, Paulo Ricardo. **Ciclos Econômicos Regionais: empobrecimento no Extremo Oeste Catarinense**. Argos: Chapecó, 2005.

BELLANI, Eli Maria. **Madeiras, Balsas e Balseiros no Rio Uruguai: o processo de colonização do Velho Município de Chapecó (1917-1950)**. Florianópolis: UFSC, 1991.

BELLANI, Eli Maria. **Santos Marinho e Passos Maia: a política do velho Chapecó : 1917-1931**. Chapecó: Autor, 1990.

BENEVOLO, Leonardo. **A cidade na história da Europa**. Lisboa, Editorial Presença: 1995.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994. – (Obras escolhidas; v. 1).

BERTO, James Luiz et al. **Os Conflitos Ambientais no Processo de Urbanização na Bacia Hidrográfica de Abastecimento de Água de Chapecó - SC**. Chapecó, 231 f: Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais). Universidade Comunitária da Região de Chapecó, 2011.

BORGES, Maria Elisa. **A Arte Tumular: a produção dos marmoristas de Ribeirão Preto no período da Primeira República**. Tese de Doutoramento em Artes Plásticas. Escola de Comunicações e Arte da Universidade de São Paulo, 1991. *Apud* FARIA, Rodrigo Santos de. **Ribeirão Preto, uma cidade em construção (1895-1930): o moderno discurso da higiene, beleza e disciplina**. Campinas, 432 f: Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

CAMPANHOLA, Clayton. SILVA, José Graziano. (Ed.). **O novo rural brasileiro: políticas públicas**. São Paulo: Embrapa, 2000.

CAMPANHOLA, Clayton. SILVA, José Graziano. Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local. *In*: CAMPANHOLA, Clayton. SILVA, José Graziano. (Ed.). **O novo rural brasileiro: políticas públicas**. São Paulo: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000. Cap. 3, p. 61-92.

CARDOSO, Fernando Henrique: "Condições e fatores sociais da industrialização de São Paulo". **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, (11): 148-163, jun. 1961.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço – Tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo, Contexto, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alexandre. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

CASTELLS, Manuel. **Lutas urbanas e poder político**. Maspero, Paris, 1973.

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista: categorias e leis de análise**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

DLUGOKENSKI, Leonardo. **Metamorfoses na cultura cabocla: a inserção do lavrador nacional no ciclo da madeira em Chapecó (1930 – 1965)**. Passo Fundo, 136 f: Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo, 2012.

ESPIG, Márcia Janete, MACHADO, Paulo Pinheiro (Orgs.). **A Guerra Santa revisitada: novos estudos sobre o movimento do Contestado**. Florianópolis: Ed. da

FARIA, Rodrigo Santos de. **Ribeirão Preto, uma cidade em construção (1895-1930): o moderno discurso da higiene, beleza e disciplina.** Campinas, 432 f: Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, 2003.

FILHO, Alcides Goularti. **Formação econômica de Santa Catarina.** Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

FLORES, Murilo Xavier. MACÊDO, Manoel Moacir Costa. Políticas para o novo mundo rural brasileiro. *In*: CAMPANHOLA, Clayton. SILVA, José Graziano. (Ed.). **O novo rural brasileiro: políticas públicas.** São Paulo: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000. Cap. 2, págs. 51-60.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOULQUIÉ, Paul. **A dialética.** [S.l.]: Publicações Europa-América, 1978.

GOLO, Cristiomar. **Desejo de civilização, desejo de progresso: a exploração dos recursos naturais (Mata Nativa) e a atuação do Instituto Nacional do Pinho (1941-1966) no Oeste Catarinense.** Chapecó, 61 f.: Monografia (Especialização em História e Geografia: Fronteiras do conhecimento) - Universidade Comunitária Regional de Chapecó, 2008.

GRETZLER, Cristiane. **Chapecó (SC), para além de polo regional, uma cidade média no oeste catarinense.** Porto Alegre, 186 f: Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

GROSSI, Mauro Eduardo Del; SILVA, José Graziano da. **O novo rural: uma abordagem ilustrativa.** Londrina: IAPAR, 2002.

GUATTARI, Félix – ROLNIK, Soely. **Micropolítica: cartografias do desejo.** Petrópolis: Vozes, 1996.

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo.** Educação e Realidade, 22(2), 15-45, jul./dez, 1997.

HASS, Mônica. **Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo do poder local 1945 – 1965.** Chapecó: Argos, 2000.

IANNI, Octavio. **Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

KONDER, Leandro. **O que é dialética.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

KORSCH, Karl. **Marxismo e filosofia.** Porto: Afrontamento, 1977.

LEFEBVE, Henri. **De lo rural a lo urbano.** Barcelona: Península, 1978.

LEFEBVRE, Henri. **A formação urbana.** Belo Horizonte: UFMG, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno.** Ática: São Paulo, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. *Apud* SOTO, William Héctor Gómez. **Espaço e política em Lefebvre** in: *Pensamento Plural Pelotas* [03]: 179 – 185 julho/dezembro 2008.

LEFEBVRE, Henri. **La fin de l'histoire.** Paris, Ed. Anthropos/Econômica, 2001. *Apud* CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço – Tempo na Metrópole: a fragmentação da vida cotidiana.** São Paulo, Contexto, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **O pensamento marxista e a cidade**. Póvoa de Varzim, Ulissea, 1972.

LEFEBVRE, Henri. **Production de l'espace**. Paris, Anthropos, 2000.

LENHARO, Alcir. **Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, nordeste e centro-oeste: os anos Campinas**: FUCAMP - Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP, 1986a.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. São Paulo: Papyrus, 1986b.

LLANOS, Alfredo. **Introdução à dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **A política de colonização do Império**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Colonização e conflitos no sul do Brasil: estudos sobre os Campos de Palmas. In: MOTTA, Márcia M.; OLINTO, Beatriz A.; OLIVEIRA, Oseias. (Org.). **História Agrária: Propriedade e Conflito**. Guarapuava. Editora da UNICENTRO, 2009, v. 1, p. 279-296.

MARTINS, José de Souza. **O Poder do Atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MATTEI, Lauro. **A pluriatividade no contexto do desenvolvimento rural catarinense: ideias e ações.** Florianópolis: Cepagro, 1998.

MUXÍ, Zaida. **La Arquitectura de La Ciudad global.** Barcelona: Gustavo Gilli, 2004.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **Estado Novo e a conquista de espaços territoriais e simbólicos.** Política & Sociedade. Nº 12 – abril de 2008, p. 13-21.

OLIVEIRA, Manfredo de Arapujo. **Tópicos sobre dialética.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

PECHMAN, Robert Moses. **Pedra e discurso: cidade, história e literatura.** In: AGUIAR, Flávio; MEIHY, José Carlos S. B; VASCONCELOS, Sandra G. T. (Org.). Gêneros de fronteira. Cruzamentos entre o histórico e o literário. São Paulo: Xamã VM Editora, 1997, v. , pp. 101-107.

PETROLI, Francimar Ilha da Silva. **Região, civilização e progresso: Oeste Catarinense, 1916-1945.** In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH São Paulo, julho 2011.

PETROLI, Francimar Ilha da Silva. **Território, economia e modernidade: Oeste Catarinense, 1916-1945.** In: XIV Encontro Estadual de História - Tempo, memórias e expectativas, 2012, Florianópolis/SC. Anais do XIV Encontro Estadual de História - Tempo, memórias e expectativas, 19 a 22 de agosto de 2012, UDESC, Florianópolis, SC, 2012.

PETROLI, Francimar Ilha da Silva. **Um Desejo De Cidade, Um Desejo De Modernidade, (Chapecó, 1931-1945).** 170 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

PETROLI, Francimar Ilha da Silva. **Construindo a ordem e o progresso através do Jornal a Voz de Chapecó (1939-1941).** 2005., 92 f.; Monografia (Conclusão do Curso de História) Universidade Regional de Chapecó, 2005.

PIAZZA, Walter Fernando. **A colonização de Santa Catarina.** Florianópolis: Lunardelli, 1994.

RENK, Arlene Anélia. **A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2006.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert. **Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970 [2 v.].

SCHEJTMAN, Alexander. La Cuestion Urbana en el desarrollo rural: elementos para una reformulación de las políticas. *In*: CAMPANHOLA, Clayton. SILVA, José Graziano. (Ed.). **O novo rural brasileiro: políticas públicas**. São Paulo: Embrapa, 2000. Cap. 1, págs. 17-50.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. rev. Campinas: Fucamp - Fundação de Desenvolvimento da Unicamp, 1998.

SOTO, William Héctor Gómez. **Espaço e política em Lefebvre** in: *Pensamento Plural Pelotas* [03]: 179 – 185, julho/dezembro, 2008.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1998.

STALIN, Josef. **Materialismo dialético e materialismo histórico**. São Paulo: Global, 1987.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação as plantas e aos animais 1500-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. UFSC, 2008.

VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula. **O Limoeiro da educação: a história da criação da diocese e a ação educacional de Dom Aureliano Matos em Limoeiro do Norte (1938-1968)**. Tese (Doutorado em Educação). Fortaleza: UFC, 2006.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2003.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, sudoeste: ocupação e colonização**. Curitiba: Lítero Técnica, 1985.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelodesenvolvimento rural**. En publicacion: ¿Una nueva ruralidad en América Latina?. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2001.

WERNET, Augustin. **A Igreja paulista no século XIX: a reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-. 1861)**. São Paulo: Ática, 1987.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 198-215.